UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PPGEH
Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA - UERN

JORGE LUIZ MAIA DE FREITAS

QUEBRANDO A HISTÓRIA: A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) NA NARRATIVA REVISIONISTA DO BRASIL PARALELO

MOSSORÓ
2022

JORGE LUIZ MAIA DE FREITAS

QUEBRANDO A HISTÓRIA: A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) NA NARRATIVA REVISIONISTA DO BRASIL PARALELO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História / Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. Linha de pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Martins Torcato

MOSSORÓ

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

F866q Freitas, Jorge Luiz Maia de
Quebrando a História: a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) na narrativa revisionista do Brasil Paralelo. / Jorge Luiz Maia de Freitas. - Mossoró, 2022.
126p.

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Eduardo Martins Torcato.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. 2. Revisionismo. 3. Brasil Paralelo. 4. Ditadura Civil-Militar. 5. Método Histórico. I. Torcato, Carlos Eduardo Martins. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

JORGE LUIZ MAIA DE FREITAS

QUEBRANDO A HISTÓRIA: A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) NA NARRATIVA REVISIONISTA DO BRASIL PARALELO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História / Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: ___/___/_____.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br
CARLOS EDUARDO MARTINS TORCATO
Data: 28/08/2023 15:32:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr. Carlos Eduardo Martins Torcato (orientador)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/PROFHistória

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE BONSANTO DIAS
Data: 31/08/2023 14:49:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr. André Bonsanto Dias

Universidade Federal de Goiás – UFG/PPGCOM

Documento assinado digitalmente
gov.br
FRANCISCO FABIANO DE FREITAS MENDES
Data: 22/10/2023 19:04:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr. Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN/PROFHistória

Às mais de 650 mil vítimas da necropolítica brasileira e do negacionismo científico.

A todos os professores que não se furtam da missão de formar o cidadão integral e de transformar a realidade.

AGRADECIMENTOS

Aprendi desde cedo que, contrariando os dogmas da sociedade individualista e dita meritocrática, por mais que tivesse o direito de gozar dos louros de minhas conquistas, eu jamais chegaria a elas sozinho. Tenho, portanto, muito a agradecer àqueles que me ajudaram e ajudam, pessoal, profissional, emocional, intelectual e espiritualmente.

A Deus, “causa das causas”, pelos dons da vida e da razão, e pelo amparo certo nos momentos mais difíceis, cansativos e desesperançosos.

À minha mãe, Verônica, pelo temperamento sempre franco e transparente, e pela firmeza de sua educação; e ao meu falecido pai, Zé de Castro, por sua sabedoria prosaica e pelo exemplo de caráter, hombridade e respeito, o qual eu tento, muitas vezes sem sucesso, imitar.

À minha esposa, Hanna, pela cumplicidade e companheirismo, e por me amar e me aturar; e aos meus filhos Joyce, Ygor, Jorginho e João.

Às minhas amigas professoras, Fabrícia e Najara, sem as quais eu dificilmente teria tido ciência da seleção de mestrado; e ao casal de amigos Amanda e Nildo, pela imprescindível ajuda que me deram no dia da prova.

Ao PROFHISTÓRIA e à Capes, pela oportunidade de dar esse passo importante na minha carreira.

Aos professores do programa: Carlos Eduardo, pela orientação sincera e exigente, e por boa parte do que há de positivo neste trabalho; Fabiano Mendes e André Bonsanto, pela disposição de ler e avaliar meu texto, e pelas sugestões e críticas que o tornaram uma dissertação de verdade; André Seal, pela brilhante forma de coordenar o programa, com respeito, compreensão e zelo acadêmico; Aryana, Isaíde e Marcílio, pelas valiosas aulas, que muito mais do que meros cumprimentos de créditos, foram oportunidades de crescimento intelectual.

A todos os colegas, pelas dicas, pelo ambiente amistoso e pelas conversas paralelas; e, claro, ao secretário Márcio, por sempre nos atender de forma educada e eficiente.

Aos professores Ângelo Felipe (meu compadre) e Leila Velez, pela paciência que tiveram em ler e apreciar meu primeiro esboço de projeto, quando aquele

professor enferrujado deu seu primeiro estalo em querer se tornar Mestre. Muita coisa já chegou aqui adiantada graças à ajuda de vocês.

Às pessoas de São Francisco do Oeste, que se mostraram amigas no momento certo. Ao pessoal da Igreja, Vanderlei, Deia, Irmã Lilia, Dona Mundica (e Dona Fátima, sua irmã, pelas orações), Marina, Gardrian, Tia Diana, Bianca, Leidja, Dona Maria Alves e por todos os que rezaram por mim na véspera da prova. Passei, e o resultado está aqui. Muito obrigado!!

Um agradecimento especial a padre Netinho, pela ajuda solícita e desinteressada num dos momentos mais difíceis. Que Deus o guarde sempre!

Àqueles na Escola Estadual Professor Manoel Herculano, na qual trabalhei quase dez anos, que sempre me trataram com amizade e cortesia: Dona Alzimar, Júnade, Dona Socorro, Tia Fátima, Anderson, Cézar, Dalila, Elinaldo, Gonzaga, Leidimar, Lisboa, Nilciene, Pedro e Wancicleide.

A todos os que continuam sendo meus alunos e alunas, independente de sala de aula. Não vou citar, com medo de esquecer algum, mas quem é, sabe. Sinto sempre uma grande emoção quando converso com vocês. Levo-os sempre no fundo do coração. Espero ter podido (e continuar a) ser útil na vida e na formação de vocês, como professor e amigo.

Enfim, a todos e a todas que, onde quer que estejam, torcem e rezam por mim. Que eu saiba retribuir a amizade de vocês!

Da História, é preciso dizer o quanto seu relato é indispensável, pois nenhuma sociedade pode prescindir de seu estatuto de veridicidade e dos protocolos de pesquisa que asseguram sua coerência, sua fiabilidade, sua ética. Mesmo reformulada, revisitada incessantemente porque reinterrogada pelo presente, a História é, a cada época, o relato ponderado dos acontecimentos, aquele que evita sua falsificação e a vergonha das derrapagens flagrantes ou das denegações mortíferas".

Arlette Farge

"Em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história. Roma derrotou e destruiu Cartago nas Guerras Púnicas, e não o contrário".

Eric Hobsbawn

"O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer".

Walter Benjamin

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a discutir as produções da empresa Brasil Paralelo referentes ao tema da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Através da análise dessas produções, pretendeu-se compreender como se dá a construção de suas narrativas em relação ao período assinalado, e quais os interesses econômicos, políticos e simbólicos por trás delas. Para isso, foi empreendido o debate teórico em torno do revisionismo, entendido aqui como a manipulação arbitrária de fontes históricas com o objetivo de construir uma narrativa hegemônica vinculada a um projeto político e à memória de grupos específicos, principalmente conservadores. Foram utilizados como fonte o livreto *Entre Mitos e Verdades* e o documentário *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros*, ambos do Brasil Paralelo. Analisou-se como essas fontes foram operacionalizadas para a construção da narrativa para, a partir daí, aferir as possíveis diferenças desse fazer historiográfico com o método da História enquanto ciência. Ao final, constatou-se que a narrativa do Brasil Paralelo despreza o método histórico e o conhecimento acumulado por essa disciplina, demonizando os professores e buscando substituí-los nas escolas e universidades. Para lidar com isso, foi proposto um projeto didático, que ensinasse aos alunos as bases da pesquisa histórica para, dessa forma, inibir a propagação de narrativas revisionistas no ambiente escolar.

Palavras-chave: Revisionismo. Brasil Paralelo. Ditadura Civil-Militar. Método Histórico.

ABSTRACT

This research proposes to discuss the productions of the company Brasil Paralelo referring to the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). Through the analysis of these productions, it was intended to understand how the construction of their narratives takes place in relation to the indicated period, and what are the economic, political and symbolic interests behind them. For this, the theoretical debate around revisionism was undertaken, understood here as the arbitrary manipulation of historical sources with the objective of building a hegemonic narrative linked to a political project and the memory of specific groups, mainly conservatives. The booklet *Entre Mitos e Verdades* and the documentary *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros*, both from Brasil Paralelo, were used as sources. It was analyzed how these sources were operationalized for the construction of the narrative to, from there, assess the possible differences between this historiographical work and the method of History as a science. In the end, it was found that the narrative of Brasil Paralelo despises the historical method and the knowledge accumulated by this discipline, demonizing teachers and seeking to replace them in schools and universities. To deal with this, a didactic project was proposed, which would teach students the bases of historical research in order to inhibit the propagation of revisionist narratives in the school environment.

Keywords: Revisionism. Brasil Paralelo. Civil-Military Dictatorship. Historical Method.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1. CAIXA DE RESSONÂNCIA DE PANDORA: BRASIL PARALELO, GUERRA CULTURAL E CIBERATIVISMO 19

1.1 Uma *self made company*? A formação da empresa Brasil Paralelo 19

1.2 Crenças e vertigens: o Brasil Paralelo na guerra cultural bolsonarista 25

1.3 O elo do ódio: Brasil Paralelo e o ciberativismo de direita 37

2. VERDADES SUFOCADAS: ARMAS E LIVROS DO BRASIL PARALELO 47

2.1 Construindo um pastiche: o método paralelo 47

2.2 Apenas mais um elo: os documentos da StB e seu uso como "prova" 54

2.3 O Brasil Paralelo entre armas e "orvils": o nova-velha tese do "marxismo cultural" (ou "gramscismo") 64

3. "SALVAR O BRASIL": JUSTIFICAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA DITADURA PELO BRASIL PARALELO 73

3.1 Goebbels são os outros: visão geral do documentário *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros* 73

3.2 "Prevalecendo a razão": justificando a suposta necessidade do golpe e da Ditadura 84

3.3 Todo mundo a favor: a suposta popularidade da Ditadura 93

3.4 "O que fizeram os heróis?": a suposta vitória da esquerda no campo cultural 97

4 PROPOSTA DE PROJETO DIDÁTICO: QUEBRANDO O REVISIONISMO EM SALA DE AULA 104

4.1 O revisionismo vai à escola 104

4.2 Juntando os cacos: o Projeto Didático "Reconstruindo a História" 107

CONSIDERAÇÕES FINAIS 111

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 114

INTRODUÇÃO

"Quem chama de ditadura (o período entre 1964 e 1968), não sabe nada, nem de política nem de história" (AVELLAR, 2018). Essa frase, dita por um historiador, Marco Antônio Villa, em 2014[1], revela o ponto em que chegou a produção de narrativas históricas feitas para consumo do público. Nos anos seguintes, tem-se o crescimento das posições de direita no Brasil, que leva à derrubada do governo petista de Dilma Rousseff em 2016 e à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018. O fato de Dilma ter sido uma guerrilheira, opositora de armas na mão à Ditadura Civil-Militar, integrando grupos de viés ideológico marxista, e de ter viabilizado, enquanto chefe do Executivo, o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), levou a que esses grupos em ascensão fomentassem narrativas que buscassem revisar de forma superficial o passado ditatorial, muitas vezes bebendo na fonte de historiadores como Villa. Contudo, historiadores assim são exceção. O grande sucesso dessas narrativas provém, principalmente, de livros como o do jornalista Leandro Narloch, *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (NARLOCH, 2009), no qual há toda uma pretensão em se produzir algo diferente, e até superior, ao que é produzido pelos historiadores acadêmicos, usando fontes pinçadas acriticamente, desprezando a historiografia consagrada e acolhendo um viés político de enfrentamento confesso à memória de determinados grupos sociais.

Dentro desse contexto de crescimento das direitas, e de uso de narrativas revisionistas como arma política, surge em 2016 a produtora de vídeos Brasil Paralelo, que sob várias divisas, entre elas "desenterrar a memória dos grandes nomes da nossa história", "resgatar o orgulho de ser brasileiro", "devolver a história que nos foi negada", "reverter as mazelas que nossa cultura sofreu nos últimos anos" (BRASIL PARALELO, 2018c), produz material na sua página oficial e em seu canal no *Youtube*, não só audiovisual mas também escrito, onde apresenta sua versão de eventos importantes da História do Brasil. Uma versão, uma narrativa, carregada de

[1] Essa frase, dita numa entrevista, é apenas uma variação mais provocadora do que o mesmo tinha dito no seu próprio livro, *Ditadura à Brasileira*: "O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Que ditadura no mundo foi assim?" (VILLA, 2014, p.9).

revisionismo (MELO, 2014) (BORGES, 2019) (FERNANDES, 2016) (CARVALHO, 2019d) (MENESES, 2019) (DIAS, 2019).

A pesquisa, então, se debruçou sobre essa narrativa, em especial aquela que se refere ao tema específico da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A escolha deste recorte temático se deu pelo fato de ser um assunto que permanece nas disputas narrativas, em boa parte por conta de um discurso idealizado, justificador, e até mesmo saudosista, tanto do Brasil Paralelo, quanto da literatura revisionista brasileira em geral.

> Se o revisionismo histórico tem incursionado em diversos temas da historiografia brasileira, é, sobretudo, quanto ao golpe de 1964, e a ditadura que lhe seguiu, que a revisão política e ideologicamente motivada, em função da necessidade de se ajustar as memórias coletivas e, às vezes, as memórias individuais, fincou raízes e vicejou nas últimas décadas (SENA JÚNIOR, 2017, p.62-63).

Não esquecendo também o fato de que a produção dessa narrativa parte de um lugar. O Brasil Paralelo é, antes de tudo, uma empresa, que se preocupa com lucrar com seu produto, o que parece fazer muito bem (PAULO, 2020). Sendo assim, a História passa também a ser um negócio, e a narrativa, um produto a ser consumido, uma mercadoria.

A pesquisa se justifica no atual cenário político e social brasileiro em vista do constante descrédito a que é levada a produção científica e acadêmica, muitas vezes com aval do próprio governo. Desacredita-se, entre outras coisas, as vacinas (como ineficientes)[2] e os dados do IBGE (como manipulados e falsos), para citar os casos mais emblemáticos. Todo esse descrédito recai também sobre a produção historiográfica. Professores de História são reduzidos a “doutrinadores”, que buscam desde a escola incutir falsos valores através de conteúdos enviesados e panfletários na cabeça dos alunos, usando como ferramenta os chamados “livros do MEC”. A produção acadêmica também sofreu ameaças, inclusive físicas, reforçadas ainda por projetos parlamentares, como o “Escola Sem Partido”, que partia do mesmo pressuposto de que as escolas estariam contaminadas pela esquerda, e de que,

[2] “A hesitação à vacina contemporânea floresce na Europa, atinge inicialmente países de alta renda e tem como marco a publicação do artigo fraudulento de Wakefield em 1998, divulgando uma possível associação entre a vacina contra o sarampo e autismo. Mesmo após a confirmação da fraude e evidências científicas em todo o mundo legitimando a segurança e eficácia das vacinas, grupos contrários à vacinação se tornaram visíveis e perpetuam suas expressões por meio da internet e mídias sociais numa velocidade e alcance global inéditos”. (COUTO *et al*, 2021, p.5-6).

portanto, se deveria intervir nela com mais firmeza, no intuito de desencorajar tomadas de postura mais críticas nesse ambiente, plural e aberto por excelência.

Grupos como o Brasil Paralelo são parte integrante dentro dessa engrenagem de repulsa a professores e à historiografia acadêmica, que segundo eles, criam narrativas "que não são fiéis à veracidade dos fatos" (BRASIL PARALELO, 2018a, p.8), negando a verdade histórica ao povo brasileiro. Sua missão, é então, reescrever essa História. Assim se expressa Rafael Nogueira, em vídeo da empresa:

> A História não é um patrimônio dos doutores em História. A História é um patrimônio público. Eles são uma espécie de guardiões. Se eles estão agindo mal, ou seja, se eles pegam um tesouro que é nosso, tomam para eles dizendo que "não, não é seu, é nosso", e eles não lidam com isso de forma a nos contar essa História adequadamente, **pelo contrário, eles criam narrativas para nos conduzir por caminhos que lhes interessam**, então **a gente tem que quebrar essa História**. Bom, vocês como guardiões estão muito mal! Volte a nós esse trabalho e nós vamos tentar aí, **reencaminhar**. E aí no futuro, ou futuros historiadores ou o povo mesmo, decidem (BRASIL PARALELO, 2019b) – grifos meus.

Além disso, como diz Josep Fontana (1998) toda visão da história busca dar conta de entender o presente, quase sempre para justificar o que ele chama de "uma 'economia política', isto é: uma explicação do sistema de relações que existem entre os homens" (FONTANA, 1998, p.8). A partir daí, busca-se um "projeto social" que se expressa numa proposta política, inicialmente alternativa e crítica à ordem vigente, mas que uma vez tornada hegemônica, busca legitimar a nova ordem. A visão histórica do Brasil Paralelo é conservadora. Entende o Brasil como fruto exclusivo da cultura portuguesa e da atuação dos grandes personagens. Subsiste nela um total desprezo pela herança cultural indígena ou africana na formação da nação, assim como pelas reivindicações populares. Sua "economia política" é o ideário ("ticket") liberal-conservador (CARVALHO, 2019d), onde se defende a ordem capitalista e se rechaça qualquer movimento de contestação a essa ordem, e até mesmo a intervenção do Estado na economia. Seu projeto político está atrelado ao bolsonarismo. E nesse ponto, a escola tem papel essencial, pois assim como a esquerda teria conquistado hegemonia ao ganhar esse espaço, ele precisa ser tomado de volta.

A problemática central da pesquisa é a seguinte: Como o Brasil Paralelo constrói sua narrativa sobre a Ditadura Civil-Militar? O objetivo central é analisar a construção e seus usos no discurso da empresa. Especificamente, buscou-se

também: 1) contextualizar histórica e politicamente o Brasil Paralelo, no intuito de compreender seus interesses, motivações e objetivos, sejam econômicos, políticos ou simbólicos; 2) identificar e avaliar a(s) fonte(s) utilizada(s) pelo Brasil Paralelo, assim como sua relação com a tradição revisionista brasileira, condensada no *Orvil*; e 3) analisar as teses da produtora sobre a Ditadura, comparando-as com a historiografia consagrada sobre o tema. Como existe um interesse da empresa em inserir seus produtos como conteúdo a ser apreciado nas escolas, e como o programa exige uma intervenção do que foi apreciado na pesquisa em sala de aula, foi também elaborado um projeto didático, que a partir da análise crítica do Brasil Paralelo, discutiu a importância do método e da pesquisa histórica na escola como uma ferramenta para fazer frente às narrativas revisionistas.

*** * ***

O referencial teórico para essa pesquisa foi constituído, primordialmente, por autores que analisam e discutem questões sobre revisionismo histórico e sobre o uso das mídias digitais.

O conceito de revisionismo, que apesar de não surgir no âmbito dos estudos históricos, é incorporado por estes a partir de meados do século XX. Demian Melo (MELO, 2013) vai apontar então dois vieses: um de genuína renovação de abordagem, obedecendo à dinâmica da História; outro com menos rigor acadêmico e mais interesses em criar narrativas que sirvam às disputas ideológicas.

> Na historiografia ocidental sobre a Revolução Russa de 1917, por exemplo, o termo “revisionismo” refere-se a um conjunto de trabalhos que a partir da segunda metade dos anos 1960 se opôs à interpretação ortodoxa/anticomunista dos *coldwarriors* estadunidenses, e se caracterizou pela introdução da história social. Entretanto, em outros contextos hermenêuticos recentes, o termo apareceu com teor *negativo*, como forma de *crítica* a certas abordagens, principalmente em razão de suas tendências *apologéticas* (e/ou reacionárias), como acontecem nos debates sobre a Revolução Francesa e o Nazifascismo, respectivamente ligados às proposições dos historiadores François Furet (1927-1997) e Ernst Nolte (1923-) (MELO, 2013, p.50).

Essa conotação negativa de revisionismo – “novo revisionismo” (HABERMAS, 1989, p.25) possui, entre outras, as seguintes características: 1) é apologética (HABERMAS, 1989), ou seja, busca defender uma causa, e faz isso negando, atenuando os efeitos, ou justificando os erros ocorridos em um dado contexto histórico, dividindo, ou mesmo transplantando a culpa, para outros, atuando de forma a validar uma memória e/ou uma narrativa de um grupo específico; 2) busca

hegemonia, ou seja, ao mesmo tempo em que afirma-se como alternativa a uma pretensa “história oficial”, busca, na verdade, se impor como visão normativa da História, a “verdadeira história” (SOUTELO, 2009); 3) é conservadora, buscando deslegitimar qualquer tipo de pensamento, visão ou postura que se identifique com a esquerda política (MELO, 2013); e 4) manipula as fontes históricas de forma arbitrária, ignorando deliberadamente algumas, ou dando luz a outras de autenticidade duvidosa, não trazendo novidades relevantes para a discussão, em termos científicos. (VIDAL-NACQUET, 1988).

Tomando como exemplo a narrativa revisionista em torno da Ditadura Civil-Militar brasileira, vemos que boa parte desses elementos se encaixam:

> Caso se tratasse de um movimento reflexo de deslocamento das interpretações no sentido das novas evidências que vêm sendo reveladas com aberturas de arquivos da repressão, poder-se-ia admitir os termos de uma revisão que jogasse luz sobre elementos desconhecidos. Entretanto não são novas evidências que determinam a necessidade de novas interpretações. (SENA JÚNIOR, 2017, p.76).

Essa versão da História, que se faz ignorando ou deturpando fontes e desprezando a produção acadêmica, que é apologética de uma determinada ideia e que se alinha a grupos de poder, alarga os espaços de discussão histórica, fazendo com que essa discussão seja levada aos não profissionais, o que “certamente deságua na confecção de uma História pública digital” (BORGES, 2019, p.164). Dessa forma, ocorre uma verdadeira batalha pelo passado nos ambientes virtuais (ESCOSTEGUY FILHO, 2019). Esses ambientes, como o Youtube, passam a ser considerados de extrema importância na aprendizagem histórica contemporânea, visto que uma memória construída nesses ambientes, como a dos apologistas da Ditadura, afeta a escrita da História (BAUER, 2020) (TRAVERSO, 2011), ensejando as narrativas revisionistas. Basta ver que é através do uso das mídias que o Brasil Paralelo busca se inserir nos ambientes escolar e universitário.

Essas mídias digitais, na modernidade, são elementos que moldam e influenciam o mundo social, aumentando a visibilidade do produtor, e com isso seu poder, como nos fala John B. Thompson (1995). Na sua obra, ele reflete sobre os meios de comunicação desde os primórdios da imprensa, no século XV, até focalizar no seu papel de destaque na modernidade. O avanço tecnológico, que gera as novas e modernas mídias eletrônicas, moldam o comportamento, as visões de mundo e os

modos de se relacionar de forma praticamente global. Elas vão substituindo a interação face-a-face e a interação mediada, ambas dialógicas, pelo que o autor chama de quase-interação mediada, em que, por exemplo, meios de comunicação como a TV, o rádio, os livros, os filmes (assim como os vídeos do Youtube ou de qualquer outra plataforma da internet de hoje em dia), apresentam um conteúdo sem que haja uma maior interação por parte do receptor, ou seja, de uma forma mais monológica. Esses novos tipos de interação geram novas relações sociais.

As mídias passam então a moldar o mundo social, a influenciá-lo, aumentando a visibilidade do produtor. Daí o autor falar do poder comercial e lucrativo dos produtos midiáticos, da formação dos grandiosos conglomerados empresariais da comunicação (poder econômico), e da relação destes com os governos e instituições estatais (poder político), além, claro, do poder simbólico.

As múltiplas narrativas históricas, propagadas com facilidade por qualquer indivíduo, com critério ou não, algo possível graças ao desenvolvimento desses meios digitais, vão eclipsando e fragmentando a autoridade do historiador profissional, majoritariamente avesso à inserção nesse meio (CARVALHO, 2020), o que gera uma propagação mais efetiva dos discursos revisionistas, como o do Brasil Paralelo. Daí a necessidade que houve de entender sua formação e desenvolvimento, enquanto empresa e lugar de produção de narrativas históricas, assim como de que forma se insere essa produção na tradição revisionista brasileira, de modo que a partir daí possam ser abertas novas frentes de pesquisa em torno do revisionismo histórico e de suas relações com as mídias digitais.

* * *

As fontes utilizadas foram as produções audiovisuais e escritas do Brasil Paralelo, fazendo o recorte no tema escolhido. Este tema está, de uma forma ou de outra, impregnado nas produções em geral da empresa, mas mais especificamente em um vídeo: *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros* (BRASIL PARALELO, 2019a). Este vídeo teve um complemento, um livreto digital intitulado *Entre Mitos e Verdades: A História do Regime Militar* (BRASIL PARALELO, 2018a), que também foi analisado.

A metodologia iniciou-se com a identificação das fontes (bibliográficas, jornalísticas, testemunhais) utilizadas pelo Brasil Paralelo, e como elas são operacionalizadas para a construção da narrativa. A partir daí, foram aferidas as possíveis diferenças desse fazer historiográfico com o método da História enquanto ciência e, consequentemente, com a historiografia consagrada. Para isso esta

pesquisa se valeu do conceito de método histórico de Jörn Rüsen (RÜSEN, 2015). Segundo ele, ao mesmo tempo em que a reflexão histórica não pode ser prisioneira de “rotinas consagradas” nem submetida a um “partidarismo politicamente organizado” (RÜSEN, 2015, p.175),

> a produtividade de uma problematização histórica específica não é desregrada, pois ela pode ser discutida. Para tal discussão, são determinantes **critérios de coerência** que dizem respeito à relação de cada problematização com o acervo de saber da especialidade e, além dele, com a cultura histórica do tempo e da vida (RÜSEN, 2015, p.176) grifos meus.

Ou seja, regras sistematizadas num método unitário coerente são necessárias pois, mesmo que rechacemos o dogmatismo de verdades pétreas, elas mantêm o caráter de objetividade da experiência histórica. Se essa experiência perde seu vínculo com a realidade objetiva e relativiza suas “pretensões de validade”, então “a crítica das fontes como operação metódica do conhecimento histórico seria apenas perda de tempo. A passagem do mito à história seria assim radicalmente cancelada” (RÜSEN, 2015, p.177). Sendo assim, a pesquisa histórica utiliza essas fontes para responder a um questionamento, que é o ponto de partida da pesquisa. Analisamos como isso funciona, ou não, no Brasil Paralelo, o que nos ajudou a entender como essa empresa se encaixa na caracterização de revisionista.

* * *

Ao dividir este trabalho, levou-se em conta os vários aspectos que o Brasil Paralelo assume: em primeiro lugar, trata-se de uma empresa, que possui interesses econômicos de lucro e busca de mercado consumidor e que, portanto, tem de se debruçar sobre a dimensão do marketing e da propaganda para angariar seu público, sua clientela; em segundo lugar, é uma empresa que navega no meio digital, e que portanto usa uma linguagem e uma forma de interação com seu público própria desse universo; em terceiro lugar, é uma produtora de narrativas históricas pretensamente verossímeis e fundamentadas, inclusive arrogando-se como VERDADEIRAS, e que, portanto, tem a pretensão de construir conhecimento histórico, ou seja, de ensinar História; por último, apresenta latente filiação político-ideológica a um discurso conservador, que embora não seja assumido (e talvez por isso mesmo), tem claras implicações nas suas narrativas. Esses quatro aspectos se imbricam uns com os outros. Dessa forma, eles foram tratados separadamente. Essas várias facetas do Brasil Paralelo formam apenas o referencial utilizado para fazer a divisão temática dos

capítulos. Mais de uma delas estarão presentes em cada um.

No *primeiro capítulo*, a discussão se deu em torno da formação da empresa e de sua inserção no contexto da guerra cultural bolsonarista, assim como do ativismo por meio das mídias sociais, o chamado ciberativismo. Foi constatado o papel central da produtora, fundada no contexto de desgaste dos governos petistas, que culminou na derrubada de Dilma Rousseff, em 2016, como parte integrante da chamada Nova Direita, propagadora do "sistema de crenças Olavo de Carvalho", que serviu de suporte à chamada "onda conservadora", responsável pela ascensão do então deputado federal Jair Bolsonaro à Presidência da República. Foi mostrado que a faceta empresarial e a ativista política caminham juntas, e que a existência de uma juventude de direita, consumidora de narrativas nas mídias sociais, ávida por discursos que lhes digam o que querem ouvir, foi providencial para o desenvolvimento de um público que desse sustentação a esse empreendimento.

No *segundo capítulo* foi analisada a base bibliográfica do Brasil Paralelo. Discutiu-se, separadamente, três livros. O primeiro, produto da própria empresa: *Entre Mitos e Verdades – A História do Regime Militar* (BRASIL PARALELO, 2018a). No qual constatamos a falta de método, assim como de seleção e de crítica das fontes. Nele, as informações são simplesmente jogadas, sem critério, unicamente para respaldar a narrativa, o que leva a algumas contradições. O segundo, *1964 – O Elo Perdido* (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017), que pode se dizer que é a principal fonte do documentário *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros* (BRASIL PARALELO, 2019a). Esse livro parte de uma boa premissa: ir aos documentos primários da espionagem comunista no Brasil (mais especificamente da antiga Tchecoslováquia) para lançar novas luzes sobre o assunto. No entanto, peca ao ser tomado como prova absoluta, ignorando outras fontes. E por último, o *Orvil*, um enorme texto datilografado cuja origem remonta aos primeiros anos da redemocratização, e que toma como base documentos originais das Forças Armadas para contar a história da conspiração comunista no Brasil. Apresenta um discurso que será praticamente arremedado pelo do Brasil Paralelo, que por sua vez, dará a essa suposta conspiração um nome: marxismo cultural.

Já o *terceiro capítulo* tratou exatamente da construção da narrativa em torno da Ditadura pela produtora, a partir de três eixos: 1) a justificação ou não do Golpe Militar de 1964 e das medidas de exceção que o sucederam; 2) o apoio ou não dado à derrubada de Goulart, e consequentemente aos governos que o sucederam, seja

por setores da população brasileira, seja por entidades estrangeiras, como a CIA; e 3) a tese da vitória da esquerda no campo cultural, após as derrotas nos campos político e militar (cassação de mandatos e extermínio dos grupos guerrilheiros, respectivamente). A partir desses eixos foi possível assimilar a visão que o Brasil Paralelo tem da Ditadura, e o tipo de discurso sobre ela que o grupo repassa ao seu público.

Como uma exigência do programa PROFHISTÓRIA, é necessário um *produto final*, que faça a ponte entre o conhecimento que se produz na pesquisa acadêmica e aquilo que é ensinado nas escolas. Desse modo, entendemos que a proliferação de discursos revisionistas se dá pela desconsideração do senso comum pelo método histórico. Dessa forma, qualquer leigo, desde que pince uma ou duas fontes, e as trate acriticamente, passa sua narrativa histórica por verdadeira, sem precisar se dar ao trabalho de obedecer ao processo metodológico: heurística, crítica e hermenêutica. Isso não quer dizer que o ofício de historiar seja monopólio dos historiadores, o que nos levaria a uma simplória falácia de autoridade. O que é importante é entender que o processo de escrita da História, que se quer respeitada, deve obedecer a regras. Do contrário, se cai naquilo que Rüsen chama de “encanto da metáfora das fontes” (RÜSEN, 2007, p.104), que consiste em achar que a narrativa é só uma reprodução do que está na fonte, e que essa, sozinha, responde aos questionamentos do pesquisador. Na verdade, as fontes sozinhas são insuficientes sem o trabalho de questionamento metódico feito por quem pesquisa. E isso exige unidade de critérios para ser válido cientificamente. As fontes devem dialogar com pressupostos teóricos, e umas com as outras, para terem sentido para o pesquisador, se não para se concretizar em fato, pelo menos para ganhar verossimilhança.

Dessa forma entendemos a necessidade de uma educação voltada para a pesquisa histórica na escola. Em outras palavras, transformar o ambiente escolar num ambiente de pesquisa, de forma a que os alunos se municiem com autonomia de subsídios intelectuais para lidar com o revisionismo. Propomos então um projeto didático, que deverá durar por um bimestre, aproveitando os conteúdos da Guerra Fria e da Ditadura Civil-Militar. Consiste na feitura de uma pesquisa pelos alunos, sob orientação do professor, a partir de seis subtópicos envolvendo a narrativa do Brasil Paralelo. Cada uma delas será confrontada com a historiografia. O trabalho culminará numa apresentação para a comunidade escolar, e público em geral, das fragilidades e incompletudes da narrativa revisionista.

1. CAIXA DE RESSONÂNCIA DE PANDORA: BRASIL PARALELO, GUERRA CULTURAL E CIBERATIVISMO

1.1 Uma *self made company*? A formação da empresa Brasil Paralelo

O ano de 2016 foi, sem dúvida, um ano agitadíssimo na política nacional. Alguns analistas chegam a compará-lo a 1968, como outro “ano que não acabou” (CRUZ; LEWIS, 2020). Esse clima de agitação se deve, quase que exclusivamente, a todo o processo que levou à derrubada de Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República. Dois anos antes, Dilma havia sido eleita, numa votação extremamente apertada, contra o senador mineiro Aécio Neves (PSDB). No entanto, apesar do apoio que a vitória nas urnas podia pressupor, desde que assumiu, Rousseff vinha liderando um governo com cada vez menos popularidade, o que gerou acirramento dos impasses políticos e da instabilidade institucional. Vale dizer que boa parte dessa instabilidade se deveu às atitudes do candidato derrotado, que não aceitando o resultado das eleições, chegou inclusive a pedir auditoria das urnas (MACHADO, 2019).

Uma parte da opinião pública foi ficando cada vez mais insatisfeita, e fustigada diuturnamente por movimentos conservadores solidamente organizados, articulados nas redes sociais não só contra Dilma, mas contra seu partido, há 14 anos no poder, foi tomando as ruas. Ligeiramente inspiradas nas Jornadas de Junho de 2013, as manifestações de rua desses movimentos de direita ganharam destaque em março de 2015, e foram ampliando seu cacife político nos meses seguintes, até que explodiram de verdade em março de 2016 (ROCHA, 2021).

A saída encontrada pelas forças de oposição, articuladas pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, para derrubar Rousseff e dar fim ao impasse, foi se utilizar de algumas operações orçamentárias realizadas pelo governo em 2015, supostamente não-previstas na legislação (as famigeradas “pedaladas fiscais”), e com base nisso, acusar a presidenta de crime de responsabilidade, o que pela Constituição, dava suporte legal para um processo de *impeachment*. A partir daí, além dos grupos anti-PT, movimentos de apoio ao governo também tomaram as ruas, o que gerou momentos um tanto inusitados, que mais se assemelhavam a arquibancadas de estádios de futebol em dia de clássico. Uma muralha colocada na

praça dos três poderes separando gente de amarelo e de vermelho, todas acompanhando uma votação no Congresso, exemplifica bem isso.

IMAGEM 1 – Movimentos divididos em Brasília[3]

Em abril, a Câmara abriu o processo, numa sessão espalhafatosa, para dizer o mínimo. Afastada, Dilma perdeu seu mandato, definitivamente, quando o Senado a depôs em agosto. Mas o impasse político e a instabilidade ficaram longe de ser resolvidos, muito pelo contrário. Enquanto a direita vangloriava-se de sua vitória política, e a defendia como legítima, sob o argumento de que o processo de *impeachment* obedeceu a todos os ritos constitucionais, os correligionários e aliados de Dilma continuam, até hoje, a deslegitimar todo o processo, chamando-o de golpe, sob o argumento de que as tais “pedaladas” teriam sido feitas por todos os presidentes, antes e depois de Dilma, e nenhum foi derrubado. O impasse, então, se agravou cada vez mais nos anos seguintes, fazendo com que a polarização política e ideológica chegasse a níveis preocupantes, gerando um clima de crise política permanente.

Em meio a toda essa turbulência, três ex-alunos da Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre (RS), Felipe Valerim, Henrique Viana e Lucas Ferrugem, resolveram catalisar a insatisfação dos grupos anti-PT e, além de

[3] https://bit.ly/3K3xKXL.

atuar politicamente, ganhar dinheiro com isso. Em entrevista ao site Boletim da Liberdade, Valerim, o “rosto” da empresa, explica:

> Ao mesmo tempo em que as pessoas estavam emocionalmente envolvidas com esse processo, havia uma carência enorme por compreender o que nos levou até aquele momento de crise política extrema. Enquanto a maioria da população permanecia adormecida, ou comprometida com uma hegemonia cultural de esquerda, ainda restavam alguns “sobreviventes”: professores, políticos, escritores, historiadores, filósofos, pesquisadores, profissionais que eram referência em suas áreas e que tinham como contribuir de forma mais lúcida ou racional com essa análise – abstendo-se de sentimentalismo (VALERIM, 2018).

O plano inicial dos três rapazes era realizar entrevistas com esses “profissionais que eram referências em suas áreas”, e disponibilizar o produto para as pessoas mobilizadas, de forma gratuita, como uma forma de ajudar a movimentação política. Só para quem quisesse assistir depois, seria cobrada uma taxa. Dessa forma, o empreendimento empresarial, cuja estrutura inicial não passava de duas câmeras T5I Canon, uma sala pequena de seis metros quadrados alugada, e dinheiro “emprestado a juros”, se financiaria (VALERIM, 2018).

Faltava agora um nome para a empresa, que deveria ser mais atrativo ao público do que a razão social inscrita nos documentos, LHT HIGGS Produções Audiovisuais LTDA. A escolha não deixa de ser inusitada, como explica Felipe Valerim:

> Nesse momento, o projeto mudava de nome toda semana, passando por Brado, (palavra presente no hino do Brasil), Paralelo 15 (paralelo que passa por cima de Brasília), e outros que não me recordo. A inspiração para o nome “Brasil Paralelo” veio de um filme do cineasta Christopher Nolan, ídolo dos sócios, chamado “Interestelar”. Nesse filme, o ator principal precisa salvar a humanidade do apocalipse terrestre entrando em um buraco de minhoca no espaço e encontrando um planeta habitável nesse universo “paralelo” que salvaria a espécie humana. O logo da empresa tem o formato de um buraco de minhoca justamente para dar a ideia de que a marca é a conexão com uma realidade paralela. No caso, paralela ao que as pessoas estavam acostumadas a ver na grande mídia (VALERIM, 2018)

Analisando o leque de entrevistados, os tais pensadores “sobreviventes” da “hegemonia cultural de esquerda”, pode-se dizer que a seleção foi bem esmerada. Nessa primeira série de documentários, chamada posteriormente de *Congresso Brasil Paralelo*, salta aos olhos a presença de figuras destacadas e conhecidas, muitos inclusive da chamada Nova Direita: Ives Gandra Martins (advogado ligado ao *Opus Dei*), Janaína Pascoal (uma das autoras da denúncia que levou à derrubada de Dilma

Rousseff), Olavo de Carvalho (tido como o ‘guru’ da Nova Direita), Luís Philippe de Orléans e Bragança (um dos pretendentes ao trono monárquico brasileiro), além de políticos com cargos importantes, como o então deputado federal, e um dos líderes de oposição a Dilma, Onyx Lorenzoni (DEM), e o também deputado, futuro Presidente da República, Jair Bolsonaro. O elenco de peso, conseguido logo de entrada, seria a garantia óbvia de sucesso empresarial do grupo diante do seu público alvo.

O alcance de autoridades que se dispõem a colaborar com a empreitada continua alto nos meses seguintes, assim como o faturamento, que logo decola. Ainda em 2016, o Brasil Paralelo anuncia a venda de um pacote de 68 palestras, que podem ser compradas em até 12 vezes de R$ 36,14 no cartão (PAULO, 2020), onde o público poderia acompanhar, além dos já citados, o então Ministro da Educação, Mendonça Filho, e até um dos juízes da Suprema Corte, o STF, Gilmar Mendes, o que leva à conclusão de que o *know-how* da jovem empresa continuava se desenvolvendo de forma considerável, comparando-se à sua estrutura inicial, que beirava o amadorismo. Em outras palavras, “há de se reconhecer a capacidade de alcançar figuras relativamente importantes, como deputados, senadores e ministros – personalidades pouco acessíveis a pessoas comuns” (PAULO, 2020, p.103).

O historiador Diego Martins Dória Paulo escreveu um artigo para a revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos – REBELA (PAULO, 2020), no qual se debruça exatamente sobre o faturamento da empresa. O Brasil Paralelo afirma viver de membresia e venda de palestras, cursos e entrevistas, mas segundo Paulo, a realidade tem tudo para não ser bem assim. O problema é que, se expusesse isso, a empresa perderia a imagem que “vende” de si mesma, como encarnação do sonho liberal, ao se desenvolver sozinha, sem apoio externo, muito menos público. Em se tratando do Brasil Paralelo, discurso ideológico e interesses empresariais parecem sempre andar de mãos dadas.

> Testemunhamos, assim, a entificação da narrativa liberal clássica. O grupo de jovens comuns, que tem de tomar recursos emprestados para realizar o sonho, triunfa por oferecer ao mercado um produto *que atenda necessidades dos consumidores*. A encarnação do mito é a própria empresa, e a mensagem é clara: acredite no autofinanciamento, defenda a iniciativa privada contra o Estado – aquela é eficiente em detectar as necessidades dos consumidores; este, estruturalmente ineficiente e corrupto (PAULO, 2020, p.105) – grifos no original.

O autor vai estranhar o fato de que, apenas um ano depois de sua primeira empreitada, o documentário sobre a derrubada de Dilma Rousseff, sexta parte da série *Congresso Brasil Paralelo*, tenha alcançado o grande circuito de salas de cinemas para sua exibição. Ele aponta também que, nas suas campanhas de arrecadação com seu público, a empresa não atinge grandes cifras, embora receba algumas contribuições polpudas de amigos não especificados[4]: "A arrecadação coletiva em favor de 'Brasil: a última cruzada' mirava alcançar 2 milhões de reais. (...) A vaquinha virtual conseguiu pouco mais de 400 mil" (PAULO, 2020, p.104). É muito pouco para quem gasta cerca de 50 mil dólares por semana em anúncios longos no Facebook (PAULO, 2020).

> O orçamento sugere apoio empresarial, que é visível, pelo menos, em apoio e publicidade nas redes sociais. Alguns dos apoiadores são conhecidos: Luciano Hang, o novo bilionário do pedaço, Winston Ling e Flávio Rocha, este publicando artigos laudatórios à Brasil Paralelo em seu site oficial, como pode ser visto aqui: http://www.flaviorocha.com.br/brasil-paralelo-ideia-da-mudanca (PAULO, 2020, p.105, n.13)

O seguimento da cartilha liberal, parte importante da imagem que a empresa vende de si mesma, ainda é reforçada pela ideia de que não existe nenhum tipo de vínculo com qualquer entidade estatal, seja financeiro ou político. Qualquer relação dessa natureza "limitaria a liberdade dos meios de comunicação" (BRASIL PARALELO, 2021a):

> Desde o primeiro momento, mesmo contraindo empréstimos com bancos privados, **os sócios decidiram não ser partidários, não fazer campanha política, não se beneficiar de editais, leis de incentivo ou qualquer fonte de dinheiro público**. Eles já previam que estas relações com o Estado diminuiriam a credibilidade da empresa (BRASIL PARALELO, 2021a) – grifos no original.

No entanto, a produtora recebeu ajuda considerável, por parte do governo Bolsonaro, ao assinar contrato para a apresentação de seu documentário *Brasil: A Última Cruzada* na TV Escola, financiada pelo Ministério da Educação (MEC). Apesar do contrato não prever nenhum ônus pecuniário (SILVA, 2019), a divulgação gratuita por parte do Estado tem enorme significado, e de cara, deveria minar o "mito" da

[4] Diz Lucas Ferrugem: "Tem premiação lá pra quem contribuir com dez, pra quem contribuir com cinquenta, pra quem contribuir com seiscentos, dois mil, cinco mil, dez mil. Nós já tivemos pessoas aqui contribuindo com dez mil reais conosco. Três pessoas. Muito obrigado a vocês!" (BRASIL PARALELO, 2019b). Trecho a partir de 42:10.

empresa que faz a si mesma, e que é apartidária. Até porque, ironicamente, “a Brasil Paralelo não simpatiza com a existência da TV Escola” (BRASIL PARALELO, 2021a). Mas a afinidade ideológica entre ela e Jair Bolsonaro é bem explícita, das participações do político, seus familiares e membros de seu governo nas produções da empresa, até o apoio maciço dado à divulgação (BOLSONARO, 2019). Um vídeo em especial expõe essa relação, embora de forma indireta. Intitulado “Foro de São Paulo e Porquê Bolsonaro”, foi postado no Youtube logo no início do segundo turno da eleição presidencial de 2018, claramente para influenciar eleitores e demarcar posicionamento (BRASIL PARALELO, 2018b). Utilizando um excerto de quase quatro minutos do próprio documentário *O Teatro das Tesouras*, do mesmo ano, o vídeo em si não traz menção nenhuma direta ao futuro presidente. A mensagem é colocada subliminarmente apenas no título, para marcar a posição da empresa na disputa política, denotando de forma enfática sua filiação ideológica, para quem ainda não tivesse prestado atenção.

O decorrer da trajetória da empresa em meio ao novo governo só confirma isso. Os documentários produzidos no primeiro biênio do mandato, 2019-2020, versam quase todos sobre temas ligados diretamente ao bolsonarismo, como globalismo (*O Fim das* Nações), revisionismo da Ditadura (*1964: O Brasil Entre Armas e Livros*), críticas e ataques aos integrantes do STF (*Os 11 Supremos*), depreciação de Paulo Freire e dos movimentos identitários (*Pátria Educadora* e *As Grandes Minorias*), e combate às medidas restritivas em meio à pandemia de Covid-19 (*7 Denúncias: As Consequências do Caso Covid-19*). Isso só mostra que a empresa Brasil Paralelo, que afirma não ter ligações com a política, que teria feito a si mesma, obedecendo ao ditame mais clássico do que é ser liberal, na verdade está profundamente inserida no terreno dos discursos ideológicos e nas disputas que envolvem partidos, agentes políticos e narrativas do passado, mostrando-se, de fato, um órgão de apoio ao governo de Jair Bolsonaro. Torna-se então um elemento chave na mobilização constante das massas digitais, já que estas

> buscam a confirmação de suas crenças no grande supermercado contemporâneo de fatos alternativos, notícias falsas e teorias insensatas, isto é, o YouTube, que se transformou numa máquina delirante, produtora sistemática de desinformação ao gosto do cliente (ROCHA, 2021, p.360).

Essas massas, mantidas em constante mobilização e excitação, por sua vez, são parte necessária da chamada guerra cultural bolsonarista, da qual o Brasil Paralelo faz parte (ROCHA, 2021). Quem nos dá uma pista disso é o próprio Lucas Ferrugem, que diz:

> A cultura é o campo de batalha para fazer front dessas (sic) ideias que são importantes para construir o Brasil que a gente quer. É aqui que o Brasil Paralelo atua. A gente atua tentando quebrar um paradigma que nos foi imposto (BRASIL PARALELO, 2019b)[5].

"Quebrar", portanto. Esse é o verbo que se destaca em muitas colocações dos vídeos da produtora. Mas não se trata mais de quebrar fisicamente. Essa estratégia foi usada, e falhou, como veremos adiante. Se agora o campo de batalha é a cultura, é nesse nível que deve ser feita a quebra. É uma guerra cultural, e a narrativa revisionista é uma arma importante.

1.2 Crenças e vertigens: o Brasil Paralelo na guerra cultural bolsonarista

A noção de guerra cultural, da forma como é entendida pelo bolsonarismo, ou seja, "eliminação sumária do outro, sempre visto como inimigo" (ROCHA, 2020, p.117), teria surgido a partir do livro *Culture wars: The struggle to define America* (1991), do sociólogo estadunidense James Davison Hunter. Nele, o autor estabelece como ponto principal a chamada pauta de costumes, tornando esse tema algo decisivo nas disputas políticas.

> O minucioso subtítulo do ensaio é esclarecedor: *Making sense of the battles over the family*, *arts*, *education*, *law*, *and politics*. De fato, na ascensão internacional da direita e da extrema direita, as guerras culturais somente são inteligíveis no âmbito de autênticas batalhas ideológicas pelo estabelecimento de modelos normativos (reacionários até) de família, arte, educação, lei e política (ROCHA, 2020, p.113).

Ou seja, existe uma "guerra pela alma da nação"[6]. O discurso, então, é o seguinte: os valores basilares da sociedade, como a família, estão em perigo, por conta de uma turba que tomou conta, de forma sorrateira, dos espaços de formação

[5] Trecho a partir de 35:50.
[6] Trecho de discurso proferido pelo jornalista conservador americano Pat Buchanan no dia 17 de agosto de 1992, numa convenção do Partido Republicano. Disponível em https://youtu.be/2olwuAy3_og. Acesso: 30 de março de 2021.

de opiniões: arte, escola, imprensa, etc.. Cabe ao cidadão de bem, patriota, combater isso com ferocidade, se necessário, a fim de recuperar os valores destruídos e neutralizar (para não dizer eliminar) o inimigo, aquele que os destrói. “Take our country back” (“tomar nosso país de volta”) era um dos slogans de Donald Trump. “Varrer”, “fuzilar”, “limpar”, “mandar para a ponta da praia”, são os verbos de predileção de Bolsonaro.

No Brasil, além do bolsonarismo, tempera essa guerra cultural o olavismo, ou melhor, o “sistema de crenças Olavo de Carvalho”, assim caracterizado:

> Reúna anticomunismo paranoico com uma ideia mofada de alta cultura, acrescente teorias conspiratórias de dominação mundial com atribuição raivosa de analfabetismo funcional para todo aquele que discorde do “seu mestre mandou”, associe a lógica da refutação ao emprego consciente do mecanismo do bode expiatório, relacione a retórica do ódio com palavras de baixo calão (ROCHA, 2020, p.91).

Essa “retórica do ódio com palavras de baixo calão” é uma “técnica discursiva que pretende reduzir o outro ao papel de inimigo a ser eliminado” (ROCHA, 2020, p.157). No caso de Olavo de Carvalho, identifica-se ela a partir de dois procedimentos, que João Cezar de Castro Rocha chama de desqualificação nulificadora e hipérbole descaracterizadora.

O primeiro consiste na desqualificação completa do outro, a ponto de reduzi-lo a um “puro nada, um ninguém de lugar nenhum” (ROCHA, 2020. p.160), que não deve falar, não deve existir. Esse outro deve ser destruído também simbolicamente, ou seja, deve ser desqualificado *a priori*, para que tudo que diga seja descartado de antemão. Na retórica olavista, os “inimigos” não têm nomes, só apelidos, ditos de forma infantil e extremamente grosseira: o historiador Marco Antonio Villa se torna *Marco Antonio Vil* (MOTA, 2020); o presidente do PSL, partido que elegeu Bolsonaro, mas que logo rompeu com ele, Gustavo Bebianno, vira *Bebê Ãnus* (CARVALHO, 2019c); o deputado federal, e um dos integrantes mais conhecidos dos movimentos de rua que derrubaram Dilma Rousseff, Kim Kataguiri, passa a se chamar *Kim Katapiroka* (CARVALHO, 2019a). O próprio Olavo de Carvalho se orgulha desse seu comportamento (FAGA JR, 2017). Um fato chama a atenção: os três citados sempre estiveram do mesmo lado que Carvalho, na luta para derrubar o PT e desqualificar a esquerda. Mas na lógica binária, maniqueísta, do “sistema de crenças Olavo de Carvalho”, a simples discordância é fator de inimizade, não fazendo diferença

qualquer vínculo que existisse no passado. Bastou discordar, o ex-aliado recebe o tratamento considerado conveniente, podendo ser chamado até de comunista. E comunista, o inimigo na guerra cultural, o psicopata manipulador (CARVALHO, 2016), só merece a eliminação: “A guerra cultural começa com a desocupação de espaços. Botar para fora, da maneira mais humilhante possível, os farsantes e usurpadores. Isso exige militância organizada e PRESENÇA FÍSICA” (CARVALHO, 2018).

Importante frisar que essa nulificação, com palavrão e tudo, é um comportamento mimetizado pelos discípulos de Olavo de Carvalho, conhecidos por repetirem o mote “Olavo tem razão”. Esse grupo se expandiu inclusive para a música, onde as letras exemplificam bem o procedimento do mestre. É o caso da canção que se chama exatamente *Olavo Tem Razão*, da banda REAC. De repente, em meio aos *riffs* e acordes distorcidos, aparece a voz do personagem-tema da música, que diz: “Os nossos escritores tão escrevendo sobre a Ditadura Militar. (...) E a gente é obrigado a discutir com esse tipo de entidade suína. (...) Ora, puta que pariu. (...) Larga do meu saco, porra!” (REAC, 2018)[7]. Ou de *Pátria Traída*, da banda Pandora 101, cujo guitarrista e vocalista é o *youtuber* Nando Moura, que diz: “É comunista fodendo o país/É um puto corrupto que não sabe o que diz/Futebol é o caralho, não vou me esquecer/Porque agora é vagabundo que vai morrer” (MOURA, 2019). Destaque para o rapper Luiz, o Visitante, com suas letras inseridas de cabeça na guerra cultural. Duas merecem ser mencionadas: *Meu Filho Vai Ser Bolsonarista*, que diz “Meu filho vai ser direita/E valorizar PM/Quem não gosta é bandido/Quem não deve, não teme” (LUIZ O VISITANTE, 2018)[8]; e *Se Essa Rua Fosse Minha*, que diz “Se essa rua, se essa rua fosse minha/Nem feminista e nem petista ia pisar” (LUIZ O VISITANTE, 2016). É a retórica do ódio, típica da guerra cultural bolsonarista, estampada em poesia fraca: insultos, desqualificação, linguagem chula, apologia da violência, intolerância e generalizações grosseiras. Retrato fiel da desqualificação nulificadora.

O segundo aspecto (hipérbole descaracterizadora) consiste em dizer qualquer absurdo, desde que se aproveite da linguagem hiperbólica (exagerada) e confirmatória de si mesma para anular qualquer tipo de contraponto. “O absurdo do enunciado é domesticado pela eloquência da enunciação” (ROCHA, 2020, p.172). Rocha dá o exemplo de um vídeo do próprio Olavo de Carvalho, no qual ele rebateu uma crítica de Ruy Fausto (que ele chama de *Ruim Fausto*), dizendo que escreve

[7] Trecho a partir de 02:45.
[8] Trecho a partir de 01:57

melhor, que os textos dele têm mais humor, sentido e conteúdo, que seus críticos são todos uns coitados, que não sabem nem português, e que tudo isso é ÓBVIO (CARVALHO, 2019b)[9]. Eis a tática: se é óbvio, não tem como se discordar. Afinal, quem discorda do que é óbvio, ou seja, do que está à vista, do que é evidente? Com certeza, adjetivos depreciativos não faltariam a quem se comportasse assim. E assim, o mestre sempre "ganha" o debate.

Olavo de Carvalho é muito versado nesse tipo de confronto retórico, onde o objetivo não é construir conhecimento através do diálogo, mas "mitar"[10] sobre o interlocutor, transformado em adversário. É o que se chama, em filosofia, de Erística. Não por acaso, era uma técnica bastante utilizada pelos sofistas na Antiguidade. Também não por acaso, Olavo de Carvalho traduziu, revisou e comentou o famoso manual de retórica erística *Como Vencer Um Debate Sem Precisar Ter Razão*, de Arthur Schopenhauer[11]. Ao longo da apreciação de 38 estratagemas, o livro busca o objetivo do título. Eis o que diz o último desses estratagemas:

> Quando percebemos que o adversário é superior e que acabará por não nos dar razão, então nos tornamos pessoalmente ofensivos, insultuosos, grosseiros. O uso das ofensas pessoais consiste em sair do objeto da discussão (já que a partida está perdida) e passar ao contendor, atacando, de uma maneira ou de outra, a sua pessoa. Isto poderia chamar-se *argumentum ad personam*, para distingui-lo do *argumentum ad hominem*. (...) Quando argumentamos *ad personam*, o objeto é deixado completamente de lado e concentramos o ataque na pessoa do adversário, e a objeção se torna insolente, maldosa, ultrajante, grosseira. (...) Esta regra é muito popular, pois todo mundo é capaz de aplicá-la e, por isto, é usada com frequência (SCHOPENHAUER, 1997, p.180-181).

O uso do termo "partida", como se a discussão fosse um jogo, é a essência da erística, que objetiva, como já foi dito, "vencer" um debate, e não construir conhecimento. No caso de Olavo de Carvalho, o debate é uma verdadeira batalha, parte da guerra cultural. É preciso "botar para fora, da maneira mais humilhante possível, os farsantes e usurpadores". Interessante o filósofo alemão colocar que esta é uma regra muito popular. E colocá-la como o último recurso: quando nenhum outro estratagema funciona, usa-se o ataque pessoal.

---

[9] Trecho a partir de 16:20.

[10] Esta palavra é muito utilizada na retórica olavista, como veremos adiante. É isso que explica seu uso neste trabalho.

[11] O livro do filósofo alemão tem como objetivo reconhecer uma série de estratagemas sofísticos, e esquivar deles quando aparecerem num diálogo. No olavismo, vai ter outra conotação, como veremos.

Outra tática componente da retórica olavista consiste em subverter o método lógico. Uma enunciação lógica (silogismo) sempre parte das premissas para se chegar às conclusões. É o clássico “se todo homem é mortal e se Sócrates é homem, podemos concluir que Sócrates é mortal”. A subversão olavista (paralogismo) consiste em partir da conclusão ignorando completamente qualquer conteúdo necessário para se chegar a ela. Ela vale por si só, e pronto. Podemos remeter essa tática a outro estratagema do livro de Schopenhauer, o de número 22 – “Falsa alegação de *petitio principii*”. A nota explicativa é do próprio Olavo de Carvalho: “*Petitio principii* (‘petição de princípio’): figura de sofística que consiste em dar implicitamente por demonstrado aquilo mesmo que se pretende demonstrar” (SCHOPENHAUER, 1997, p.152). É o que ele faz nesse exemplo:

> É significativo que o século da democracia, do governo das massas, seja também o século do poder secreto — da CIA, da KGB, do Mossad, etc. Estas entidades influíram muito mais na produção da História contemporânea do que todos os parlamentos e todas as eleições (CARVALHO, 1997, p.441).

Fontes dessa informação? Zero. Ou seja, vale por si mesma. Como diz Rocha, “não há passo a passo, gradações, nada que seja razoável, que permita análise de premissas e, sobretudo, contestação das conclusões” (ROCHA, 2020, p.75). É uma guerra, embora cultural, e na guerra vale tudo, como diz o dito popular.

Vale notar que a noção de guerra cultural com um viés de eliminação do adversário não é a única. Podemos elencar alguns casos que possuem uma perspectiva menos destruidora (ROCHA, 2020). Por exemplo, a disputa entre o moderno e o clássico, no século XVII francês, em que se debateram Charles Perrault e Nicolas Boileau. Ou então Camões, que exalta os portugueses, colocando-os acima dos gregos, embora ainda emule o valor destes (CAMÕES, 2002)[12]. Isso sem esquecer, é claro, da *Kulturkampf* alemã. Em todos esses casos, há uma disputa pela hegemonia cultural, mas partindo do princípio de que as vozes dissonantes são aceitáveis, necessárias até. A que se vê na guerra cultural bolsonarista, é exatamente o contrário.

[12] “Cessem do sábio Grego e do Troiano/As navegações grandes que fizeram;/Cale-se de Alexandre e de Trajano/A fama das vitórias que tiveram,/Que eu canto o peito ilustre lusitano/A quem Netuno e Marte obedeceram;/Cesse tudo o que a Musa antiga canta/Que outro valor mais alto se alevanta”. Canto Primeiro, estrofe 3, p. 14.

Sendo assim, o clima de guerra precisa ser mantido constantemente. O paradoxal disso tudo (ROCHA, 2020) é que com o mesmo clima, é impossível governar. O mesmo é dito pelo filósofo Paulo Ghiraldelli:

> Mas o correto seria não esperar de Bolsonaro nenhum governo. O seu modo de governar é o puro desgoverno. “Vamos jogar pesado nisso aí”, dizia ele em campanha. Mas não se sabia, então, o que era o “jogar pesado”. Agora sabemos. Trata-se de promover a mera balbúrdia (a palavra aqui é proposital) ideológica. É isso que dá prazer relativamente genital em Bolsonaro. A política ideológica é a sua vida e a sua vida é a política ideológica. Fora disso, ele precisa atirar com arma verdadeira ou fazer a arminha com as mãos, e assim ele se imagina um herói soldado – o que de fato ele nunca foi (GHIRALDELLI, 2019, p.40-41).

Rocha (2020) identifica três momentos em que a guerra cultural se torna concreta. O primeiro se explica pela necessidade de, nesses contextos, se maquiar a realidade para que haja espaço para a narrativa oficial florescer. Trata-se do corte de verbas no Censo 2020.

> O corte proposto pelo governo no Censo 2020 é uma metonímia selvagem do paradoxo: por que investir recursos para conhecer a realidade? Na eterna batalha de narrativas, identificar inimigos é o que importa” (ROCHA, 2020, p.358).

O segundo demonstra a total falta de compromisso com a coisa pública: a famigerada reunião ministerial de 22 de abril de 2020, ocorrida em meio à comoção gerada pela pandemia do novo coronavírus, que já havia matado à altura quase três mil brasileiros (G1, 2020)[13]:

> Manifestou-se solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19? Planejaram-se ações para conter a peste? Você se recorda, não é mesmo? Paulo Guedes sonhou em esconder “a granada no bolso do inimigo”, ou seja, o funcionalismo público, numa atualização grotesca da Doutrina de Segurança Nacional; Damares Alves entrou em êxtase para “prender governadores e prefeitos”; Ricardo Salles, sem corar, sugeriu “ir passando a boiada e mudando todo o regramento”. O presidente manifestou o desejo inconstitucional de ter um serviço secreto pra chamar de seu:
> (...)
> Duas horas de parolagem inútil, dominada por palavrões, mimetismos exaltados do chefe-brigão, delírios conspiratórios, pulsão autoritária de intervir no Judiciário, e nada que reflita uma equipe de governo definindo

[13] “As secretarias estaduais de Saúde divulgaram, até as 22h00 desta quarta-feira (22), 46.195 casos confirmados de infectados pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2) no Brasil, com 2.924 mortes pela Covid-19” (G1, 2020). O número de mortes se refere ao cumulativo desde o início da pandemia. Na verdade, no dia 22/04 morreram 165 brasileiros. A coisa só pioraria dali pra frente. Quase um ano depois, o Brasil registraria 4.195 óbitos num único dia devido à doença (06 de abril de 2021).

> metas, estabelecendo prioridades, atribuindo missões específicas a agentes públicos treinados para o trabalho. (ROCHA, 2020, p.358-359)

Ou seja, as coisas concretas, responsabilidades constitucionais de quem governa, não têm relevância nenhuma. O que importa é a retórica da guerra cultural. É o que se vê no terceiro ponto, cujo protagonista é o Ministério da Educação, o "bunker da guerra cultural" (ROCHA, 2020, p.363). Dados da organização *Todos Pela Educação* indicam que houve redução na execução orçamentária do MEC no ano de 2020. Alguns gastos essenciais, como construção de creches e conectividade nas escolas (importante em vista da necessidade das aulas remotas em meio à pandemia), entre outras coisas, utilizaram apenas 22% do total aprovado para o ano (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020). O absurdo da atuação do ministério chegou ao ponto de o ministro Alexandre de Morais, do STF, em março de 2020, determinar a transferência de 1,6 bilhão de reais da educação para a saúde, por conta desse dinheiro não ter sido utilizado. Segundo Abraham Weintraub, ministro da educação à época, isso ocorreu por conta da pasta não ter um projeto pronto (SALDAÑA, 2020). Governo sem projeto para a educação é arma carregada na guerra cultural.

Até um filme brasileiro concorrendo ao Oscar, antes motivo de união nacional, como a Seleção Brasileira em Copa do Mundo, virou combustível no embate. Em 2020, *Democracia em Vertigem*, que tratava exatamente da derrubada de Dilma Rousseff, ocorrida quatro anos antes, concorria na categoria de melhor documentário. Enquanto de um lado

> o campo da esquerda celebrou na ocasião a oportunidade de infligir uma derrota simbólica de alcance internacional ao governo Bolsonaro. De outro, a milícia digital bolsonarista iniciou uma intensa **campanha difamatória contra a diretora**; nos programas de rádio e de televisão, comentaristas fiéis ao governo reiteraram o potencial infinito do tédio (ROCHA, 2020, p.26) – grifos meus.

Essa campanha difamatória contou, inclusive, com o uso da máquina estatal. Em 3 de fevereiro de 2020, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) postou em sua página no Twitter um trecho de uma entrevista de Petra Costa (diretora do longa), e a acusou de estar "difamando a imagem do País no exterior". E completava: "Mas estamos aqui para mostrar a realidade. Não acredite em ficção, acredite nos fatos" (SECOM, 2020). Ao chamar o documentário de ficção, e dizer que "está aqui para mostrar a realidade", o governo assume, mais uma vez, seu

profundo comprometimento na disputa de narrativas, elemento necessário da guerra cultural.

O Brasil Paralelo, por sua vez, como elemento importante de difusão do bolsonarismo (ROCHA, 2020), não podia deixar de apreciar o documentário de Petra, ao qual dedicou uma pequena *live* (BRASIL PARALELO, 2019b), exemplar para entender a centralidade da guerra cultural para os bolsonaristas. Analisar essa *live* é importante, não para defender *Democracia em Vertigem*, cuja narrativa precisa ser, naturalmente, problematizada, e criticada se preciso, o que não cabe aqui. A importância se dá pelo fato de que praticamente todos os elementos que caracterizam as narrativas do Brasil Paralelo, e que veremos nos capítulos seguintes, estão presentes neste vídeo-crítica: imprecisões históricas, erros conceituais, pretensão de neutralidade, pedantismo, equívocos técnicos e narrativas conspiratórias, estas últimas quase sempre insinuando complôs de altas esferas de poder político e econômico com os comunistas, que para eles significa qualquer integrante, ou mero simpatizante, da esquerda política.

Comecemos pelas incongruências históricas, que são quase sempre bastante grosseiras. A primeira se refere ao militante comunista Pedro Pomar (1913-1976). No vídeo, Pomar (de quem Petra Costa recebeu o nome como homenagem), é apresentado por um professoral Lucas Ferrugem, a partir de 03:08, da seguinte forma: “Foi um militante do PC do B que morreu em guerra terrorista no período do regime militar e ele, enfim, cometia atos terroristas e tudo o mais. E ele **numa dessas guerras com os militares** morreu durante o período da Ditadura” (BRASIL PARALELO, 2019b) – grifos meus. Em primeiro lugar, não há notícia de que Pedro Pomar tenha tomado parte em qualquer ato terrorista[14]. Além disso, ele não morreu “numa dessas guerras terroristas” com os militares. Na ânsia, Ferrugem simplesmente observou as palavras-chave “comunista” e “ditadura”, e já tachou de terrorista, sem nem ter feito uma pesquisa simples sobre o personagem. Pedro Pomar foi morto, junto a outro dirigente do partido, Ângelo Arroyo, naquilo que ficou conhecido como Chacina da Lapa, uma emboscada armada pelas forças de repressão contra a direção do PC do B (POMAR, 2010). Não houve “guerra terrorista”, foi um atentado puro e simples.

[14] Para um entendimento do conceito de terrorismo, sugiro a leitura do verbete “Terrorismo Político” (BOBBIO et al, 1998, p.1242-1244). Vale ressaltar que na narrativa pró-ditadura, terrorismo se refere a qualquer ato de grupos subversivos que tenha gerado mortes. Ainda neste caso, não se tem notícia de nada praticado por Pomar.

Um segundo erro histórico é citado rapidamente, a partir de 33:20, quando Lucas Ferrugem, citando coisas teoricamente erradas difundidas nas escolas, diz que a gente cresceu ouvindo “que a Monarquia roubou todo o dinheiro, sendo que eles trouxeram mais dinheiro do que tinha quando acabou a Monarquia”. O erro de concordância entre o pronome “eles” e o sujeito “monarquia” pode ser justificado pela rapidez da fala. Mas nada justifica o erro histórico, a não ser o apego ideológico que a empresa tem pelo período monárquico. O caso a que Ferrugem se refere, com certeza, é o rombo provocado no caixa do Banco do Brasil por Dom João VI quando este voltou para Portugal em 1821, após 13 anos de ausência. Não é verdade que o monarca português trouxe mais dinheiro quando chegou. Tanto que o Banco do Brasil foi capitalizado pelos próprios brasileiros. Estudo recente de Cardoso (2010) corrobora a versão já consolidada, de que realmente Dom João esvaziou os cofres do Banco do Brasil, levando-o à bancarrota. Ele só foi refundado em 1851, por iniciativa do Barão de Mauá.

Mas nem tudo era só deturpar fatos históricos. Era preciso minar a credibilidade do documentário de Petra. A partir dessa estratégia, foram utilizadas três táticas: expor o viés político da documentarista e, portanto, do próprio documentário, acusando de ser uma peça meramente panfletária; questionar, através de um tom de pretenso conhecimento técnico, a qualidade do filme enquanto obra cinematográfica dentro do gênero documentário; inserir o filme num contexto conspiratório, insinuando que estaria vinculado a grupos políticos e econômicos, nacionais e internacionais, grupos estes interessados em promover narrativas de esquerda, que doutrinem as pessoas a esse viés através do audiovisual. Todas essas táticas visam, como foi dito, destruir a credibilidade de *Democracia em Vertigem*, visto como um elemento PERIGOSO no contexto da guerra cultural.

> O **grande perigo** dele, pra quem não acompanha nada de política, (...) e se depara com esse documentário, (...) o cara cai ali naquela narrativa, ele é envolvido com aquilo. Ele tem um **apelo emocional muito forte**, ele é bem feito nesse sentido. Por isso esse documentário **se torna tão perigoso**, principalmente porque ele **levanta aquela narrativa que a gente já conhece da esquerda**. (BRASIL PARALELO, 2019b)[15] – grifos meus

Enfim, o “perigo” é ter uma narrativa divergente da do Brasil Paralelo, e “com apelo emocional”. *Democracia em Vertigem*, com todos os defeitos que possa ter, não

[15] Fala de Felipe Valerim, a partir de 07:38.

é um artigo acadêmico. É um filme, e mesmo sendo um documentário, faz uso de recursos de dramaticidade, próprios da linguagem cinematográfica. Como, aliás, faz o próprio Brasil Paralelo. Mas antes dos eventuais problemas de ordem cinematográfica, também colocados pelo vídeo-crítica, a preocupação maior é com o viés de quem produz. Isso é que torna o filme "perigoso". Por isso a necessidade de "esclarecer" que Petra tem lado, porque "uma vez que tu percebe (sic) já qual é a posição, e como é que está sendo construída a narrativa, desmancha um pouco a fábula" (BRASIL PARALELO, 2019b)[16]. A questão é que o posicionamento de Petra não é nenhuma grande descoberta. Ela já coloca seu lado desde o início. "A parcialidade do olhar é a premissa do filme — para o bem ou para o mal" (ROCHA, 2020, p.28). O documentário é, assumidamente parcial, defendendo uma bandeira de forma clara.

Acontece que um dos pontos do Brasil Paralelo em sua autorrepresentação, é buscar se mostrar neutro, o que é uma ilusão, ou manipulação. Os documentários da produtora são claramente enviesados, o que é atestado no discurso, na construção da narrativa, naqueles a quem ataca e, principalmente, nos convidados. O velho mantra pedante de "apresentar os dois lados" não se impõe aqui. E vale dizer que isso não é um problema, não depõe contra eles. Eles é que criam essa celeuma em torno de algo que é ponto batido em praticamente todas as áreas do conhecimento. E nesse momento, eles transpõem essa defesa da neutralidade para a avaliação técnica, pondo em xeque a própria ideia de que o filme seja um documentário. É o que diz Felipe Valerim logo em 01:00 minuto de vídeo:

> Primeiro, o documentário não pode ser chamado de documentário. Tem que começar por aí. A palavra documentário, por definição, ela se refere a algo que seja factual, que reúna documentos, que lista (sic) os fatos, e que a partir disso se construa uma história. O documentário ali, ele é uma obra de ficção, sem dúvida. Ele sonega, deturpa, enfim, **coloca narrativas** de uma série de coisas que pertencem ao campo do que poderia ser (BRASIL PARALELO, 2019b).

Nesse momento ocorre uma interrupção de Ferrugem, que coroa o raciocínio com o seguinte comentário: "Ele sequer tem uma ficha técnica bibliográfica".

Vejamos! "A palavra documentário, por definição"... Qual definição? Na certa faltou aqui uma "ficha técnica bibliográfica" também, que nos apontasse a fonte da

[16] Fala de Lucas Ferrugem, a partir de 07:17.

definição, mas trataremos dessa questão mais à frente. Uma definição convincente pode ser esta:

> O documentário é um gênero fortemente marcado pelo 'olhar' do diretor sobre seu objeto. Ao contrário do que ocorre com os demais gêneros jornalísticos, nos quais se buscam uma suposta neutralidade ou imparcialidade, **no documentário, a parcialidade é bem-vinda. O documentarista não precisa camuflar a sua própria subjetividade ao narrar um fato. Ele pode opinar, tomar partido, se expor, deixando claro para o espectador qual o ponto de vista que defende**. Esse privilégio não é concedido ao repórter sob pena de ser tendencioso e, em última instância, de manipular a notícia (MELO; GOMES, 2001, p.3) – grifos meus.

Em se tratando de ficha técnica, que consiste naquele rol de nomes que aparece no fim dos filmes, ela ocorre em *Democracia em Vertigem*, e dura cerca de seis minutos. O documentário do Brasil Paralelo *1964: o Brasil Entre Armas e Livros* também possui ficha técnica, obviamente, que dura um minuto e dezesseis segundos. Se com "bibliográfico", Lucas Ferrugem quer dizer uma lista de livros na ficha técnica, realmente o filme de Petra não tem. Interessante que nem o filme de sua própria produtora. Aliás, é bom dizer que nenhuma produção do Brasil Paralelo possui isso. A crítica é feita em torno de algo que nem eles mesmos fazem. Aliás, que ninguém faz. Um documentário não necessita de ficha bibliográfica. Um estratagema falacioso, que faz deduzir que os discípulos de Olavo de Carvalho seguem à risca a deturpação que este fez do manual de Schopenhauer. Essa crítica mais técnica segue, ressaltando o apelo emocional, e sobra até para a voz da narradora, a própria Petra Costa. Esse apelo emocional que o filme teria é algo que a esquerda já trabalha faz tempo, segundo Lucas Ferrugem:

> Esse filme não tá (sic) sendo feito pra você, nem pra mim, nem pra ninguém. Esse filme tá (sic) sendo feito para o futuro. **Porque teóricos da esquerda, e fora dela, já entenderam há muito tempo** que você precisa estar presente na casa das pessoas por meio das emoções, por meio da cultura, dos filmes, dos documentários, das histórias que se perpetuam e que são contadas de pai pra filho por aí (BRASIL PARALELO, 2019b)[17].

Então, existiria de fato uma guerra cultural, que assim sendo, não se trava com armas e guerrilhas, mas com a conquista da mente das massas através da cultura. Esse é o ponto culminante da narrativa do Brasil Paralelo em torno da Ditadura, do qual falaremos nos capítulos seguintes. A esquerda é derrotada na guerrilha, e passa

[17] Fala de Lucas Ferrugem, a partir de 32:45.

para o aparelhamento da cultura, “por meio da importação de uma conspiração de proporções planetárias: o marxismo cultural, através do estudo da obra de Antonio Gramsci” (ROCHA, 2020, p.281). E quando se fala em planetária, não é exagero. Na narrativa do Brasil Paralelo, a produção e divulgação de *Democracia em Vertigem*, visando doutrinar as pessoas nos ideais de esquerda, envolve até multinacionais estrangeiras.

Começa-se com a avaliação assustadora do filme: ele não é só enviesado, mal feito, ele é PERIGOSO, como já foi dito. O fato de Petra Costa ter tido acesso privilegiado ao Palácio da Alvorada, e aos bastidores do governo, só comprovaria que o filme é só uma peça de propaganda da esquerda, montada de antemão para transformar Dilma e os seus em vítimas. Interessante que o Brasil Paralelo experimentará o mesmo privilégio, como um dos grupos de mídia com acesso irrestrito à cobertura da posse de Jair Bolsonaro na Presidência, enquanto outros sofreram restrições (MENEZES, 2019). Por fim, a divulgação de *Democracia em Vertigem* também teria contado com o apoio de uma articulada máquina de propaganda:

> Eu quero que vocês notem, façam um esforço, e percebam conosco e procurem na internet... a facilidade que esse documentário foi recebido. ASSISTAM O DOCUMENTÁRIO! Tirem suas próprias conclusões no sentido de se ele merecia essa crítica. Nem acredita na gente. Faz o seguinte: pega, vai lá, e assiste, uma parte que seja (...) e aí você fica com a sua opinião. E aí com a sua opinião, você vai olhar a repercussão que isso está tendo, na mídia, na crítica, nos grandes canais de comunicação (BRASIL PARALELO, 2019b)[18].

A tática é, aparentemente, normal. Convida as pessoas a assistir e tirar as próprias conclusões. No entanto, já induz, obedecendo ao procedimento olavista de partir das conclusões e refutar todo o resto, à opinião negativa. Mas a crítica está gostando! Foi até indicado ao Oscar! A própria Netflix o incorporou como produção original! Como explicar? Simples: se todo esse aparato gostou, significa que fazem parte da conspiração. A lógica é essa. O Tropa de Elite 1, “que mostrava a vida difícil dos policiais” (BRASIL PARALELO, 2019b)[19], assim entendido como de direita, não concorreu ao Oscar, enquanto que a sequência, “que de uma certa forma pede desculpas para a esquerda” (BRASIL PARALELO, 2019b)[20], foi indicado ao prêmio. Até o grande prêmio do cinema americano faria parte da conspiração, que conta ainda

[18] Fala de Lucas Ferrugem, a partir de 14:45
[19] Fala de Felipe Valerim, em 21:58
[20] Fala de Felipe Valerim, em 22:09

com a Globo, e suas regionais levando até os municípios. “Olha a escala do aparelhamento!” (BRASIL PARALELO, 2019b)[21]. Por sinal, aparelhamento é palavra chave na retórica dos olavistas/bolsonaristas. Chega-se a se insinuar dinheiro recebido por fora, e o número de pessoas a fazer parte da produção, comparado aos documentários deles. Nenhuma empresa que tenha apoiado o projeto, não fez pelo potencial óbvio de retorno financeiro, que uma temática dessas suscita, mas por fazer parte da engrenagem conspiratória.

Esse é o motivo, natural na lógica do grupo, pelo qual os documentários do Brasil Paralelo não terem a mesma repercussão. O “establishment” ignora as visualizações recordes que eles têm, inclusive faz campanha difamatória contra, e nem o Youtube monetiza os vídeos adequadamente (BRASIL PARALELO, 2019b)[22]. Por conta disso, eles estão trabalhando para transformar a série *Brasil – A Última Cruzada*, num filme único, e estão muito focados na qualidade do produto, chegando a desafiar o “establishment”, que, segundo eles, vai ser obrigado a reconhecer que o material é “de ponta” (BRASIL PARALELO, 2019b)[23]. Se isso não acontecer, será só um fator a mais na narrativa conspiratória da produtora, perseguida pelo tal “establishment”. A guerra cultural não pode parar.

1.3 O elo do ódio: Brasil Paralelo e o ciberativismo de direita

O mundo atual, dito globalizado, tem presenciado um cada vez maior encurtamento das distâncias, entre outras razões, por conta do visível, e cada vez mais arrojado, desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação, processo secular cujo objetivo é favorecer a maior circulação de bens e serviços na sociedade capitalista. Esta se desenvolve e provoca o aceleramento da vida social e, com isso, o declínio das barreiras espaciais (THOMPSON, 1998).

O grande exemplo disso são os avanços na área da informática, que na esteira de outros desenvolvimentos tecnológicos, mas com muito mais vigor, revolucionaram os processos de interação social. Segundo o sociólogo Pierre Lévy, isso levou ao surgimento de um novo meio de comunicação, que ele chama de “ciberespaço”. Esse termo “especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas

[21] Frase dita quase que ao mesmo tempo por Ferrugem e Valerim, entre 16:26 e 16:27.
[22] Toda essa reclamação do que chamam de *establishment* é feito entre 27:55 e 29:35.
[23] Trecho a partir de 30:40.

também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo" (LÉVY, 1999, p.17). Esse novo meio é entendido então como abrangendo as máquinas, assim como seus usuários e as informações. Como se trata de algo novo, "diferente das formas culturais que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer" (LÉVY, 1999, p.15), esse meio gerará um novo comportamento. Levy chamará esse novo comportamento de "cibercultura", um neologismo que especifica "o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço" (LÉVY, 1999, p.17).

Essa nova cultura, altera também o modo como se configura o ativismo político, criando aquilo que se chama "ciberativismo", que consiste num

> tipo de estratégia que utiliza diversas técnicas e tecnologias de comunicação, baseadas na Internet, visando criar, operar e gerenciar diferentes modos de práxis política. Isto pressupõe o uso individual e/ou coletivo, sistematicamente orientado, de redes sociais e outras tecnologias online (as plataformas mais utilizadas são *Twitter*, *Facebook*, *LinkedIn*, *YouTube* e outras redes sociais populares como o *Whatsapp*, juntamente com *e-mail*, mensagens instantâneas e outras ferramentas de colaboração online) para táticas políticas múltiplas: alcançar e reunir membros, defender posicionamentos ideológicos, realizar eventos políticos e protestos, difundir mensagens, discutir temas de interesse de uma causa ou movimento, entre outras (BEZERRA, 2015, p.136).

O Brasil Paralelo aparece, portanto, dentro dessa esfera do ciberativismo, visando propagar as ideias bolsonaristas e atrelada ao "sistema de crenças Olavo de Carvalho". Nesse sentido, faz parte da categoria de *Conscientização/Defesa* (BEZERRA, 2015). Nessa categoria, a internet é usada como fonte de informação, geralmente alternativa aos veículos mais conhecidos, a fim de munir um determinado grupo ou organização de narrativas próprias que lhes sejam convenientes, e assim mobilizá-los em prol de uma causa. Em outras palavras, a produtora se torna uma das principais referências em termos de informação para os grupos com os quais compartilha afinidades ideológicas. Assim, quando Eduardo Bolsonaro postou no seu *twitter* que estava estudando a história do país através dos vídeos da produtora (BOLSONARO, 2019), estava dando esse recado a todo o seu grupo: "Vocês querem aprender a verdade sobre a História que seu professor não contou? Veja os vídeos do Brasil Paralelo". Isso tem o poder de mobilizar seus partidários.

Vale ressaltar que a mobilização política através dos meios de comunicação não é novidade. Não se deve pensar que a “era digital” foi quem criou a relação entre mudanças tecnológicas e novos modos de atuação política. Podemos remeter isso a, pelo menos, o século XIX (ROCHA, 2020). No início do século XX, mais precisamente nas décadas de 20 e 30, por exemplo, novidades como o rádio permitiram que as grandes massas urbanas, antes alheias, se vissem incluídas no processo de tomada de decisões. A falta de preparo dos líderes políticos tradicionais para lidar com esse novo elemento levou a que ele fosse aproveitado por líderes populistas e/ou fascistas, não muito simpáticos ao modelo elitista de democracia liberal então vigente. Getúlio Vargas, por exemplo, aproveitou soberbamente o potencial do rádio como mobilizador das massas. O mesmo foi feito pelos nazistas, na Alemanha, através do *Volksempfänger* (rádio do povo), um pequeno aparelho criado para facilitar o acesso das massas à propaganda do *Führer* (ROCHA, 2020). Isso sem falar no uso de programas de TV e de filmes na Guerra Fria, tanto por soviéticos quanto por estadunidenses.

No entanto, a configuração atual das mídias possui peculiaridades, a começar pela questão quantitativa. Segundo dados do Banco Mundial[24], em 2018 o Brasil possuía 70,4% de sua população com acesso à internet. Dez anos antes eram 39,2%. É uma taxa maior do que outros países em desenvolvimento, como Índia e África do Sul, e maior que a média mundial, 49%. Em números absolutos, o país é o quarto no mundo com mais usuários, só perdendo pra China, Índia e EUA (GROSSMANN, 2020). Ou seja, lembrando que o Brasil Paralelo é uma empresa, que se sustenta com contribuições de seus clientes-espectadores, é um ótimo nicho de mercado para explorar. Não à toa, como já dito, a produtora começou a se desenvolver em 2016, ano em que a turbulência política se alimentou bastante das redes sociais.

Essa turbulência já vinha desde 2013, com as chamadas Jornadas de Junho, convocadas, inspirando-se na Primavera Árabe (2010-11) e no *Occupy Wall Street* (2011), pelas redes sociais. Esse movimento, que começa reivindicando tarifas mais baixas de transporte público, vai rapidamente englobando outros pontos de pauta. Uma das principais é pela não realização da Copa das Confederações de 2013, e da Copa do Mundo FIFA de 2014, ambas no Brasil, por conta das denúncias de superfaturamento e desvios de recursos na construção dos luxuosos estádios “padrão

[24] https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?locations=BR-US-RU-IN-CN-ZA

FIFA". Os protestos vão arrefecendo nos meses seguintes, mas a receita estava dada. O início de uma recessão econômica em 2014, somado a escândalos de corrupção amplamente noticiados envolvendo membros e aliados do PT e à insatisfação com os gastos da Copa, deu força a novos protestos. Só que dessa vez, com uma guinada à direita, e com a cara à mostra. Surgem nesse ano grupos que vão se aproveitar da internet para propagar suas ideias, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua Brasil e o Revoltados Online, entre outros. Todos eles têm uma coisa em comum: lideranças jovens. Uma juventude de direita que surge com força total, traquejada no uso das mídias e que cresceu em meio a um período de uma década e meia de um governo de esquerda, identificado por ela como o *establishment*. Uma juventude ativa politicamente, atuante nas redes sociais, com uma visão de mundo formada "primariamente por meio do sistema de crenças Olavo de Carvalho, apreendido por meio das mesmas redes sociais — e, aqui, a redundância é o sal da terra" (ROCHA, 2020, p.34-35). Não à toa, o Brasil Paralelo também é um empreendimento de jovens. Com base nisso, é que João Cézar de Castro Rocha vai dizer que, além do sentimento anti-PT e da veneração a Olavo de Carvalho, há também um conflito geracional

> agravado pela difusão da tecnologia digital e sua apropriação criativa e irreverente por uma crescente juventude de direita, cuja presença nas redes sociais materializou-se nas multitudinárias manifestações a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff (ROCHA, 2020, p.33-34).

Esses primeiros grupos tornam-se então a referência para os outros que vão surgindo, sempre na base da mídia digital, onde eles conseguem mais e mais adeptos, que se utilizam dessas referências para confirmar suas crenças e ter subsídios para "mitar" com os mais velhos, principalmente os de esquerda. Aliás, a estratégia da "mitada" é uma das preferidas, por dar a impressão imediata de razão, e de vitória. Afinal, lembremos que é uma guerra, embora cultural. Entre os vários vídeos que podem ser encontrados no Youtube, destaco um que se intitula *Todas as Mitadas do MBL* (LIBERALIZANDO, 2019). A receita é a mesma em todos: trechos editados de debates, mostrando uma resposta direta seguida por um tipo de efeito sonoro e/ou visual, dando a impressão a quem assiste de que o debate foi encerrado naquele momento por falta de argumento do interlocutor. O grupo que posta sempre está certo, sempre "humilha".

A outra estratégia utilizada com vigor é o uso de memes, que podem ser imagens ou pequenos vídeos que tenham uma mensagem a transmitir, geralmente com teor sarcástico e humorístico, e que por serem assimilados com facilidade pelo senso comum, se espalham rapidamente. Segundo Roldão Pires Carvalho (CARVALHO, 2019d), os memes são contagiantes, e sua eficiência vem do fato de reforçarem as ideias já defendidas pelo público receptor. Assim como as “mitadas”, os memes prescindem de reflexão. Ainda segundo Roldão Carvalho, o meme é uma propaganda, que alimenta com facilidade concordâncias, assim como ódios e ressentimentos.

> Outra estratégia deve ser adotada para a eficiência dos memes, que consiste em trabalhar na modelagem do senso comum, na formação das mentalidades, e na criação do pensamento hegemônico. Cabem aos *think tanks* e aos diversos influenciadores digitais, como youtubers, blogueiros ou empresas de divulgação como o *Brasil Paralelo*, esta parte da estratégia de comunicação. As produções devem ser mais elaboradas, com maior quantidade de conteúdo, com certa lógica e que procure alterar os sentidos das representações (CARVALHO, 2019d, p.37).

Essa, portanto, é a receita a ser seguida pelo Brasil Paralelo: aproveitar a massa jovem, doutrinada por Olavo de Carvalho, e por isso inconformada com o PT, ou vice-versa, e também conectada no avanço das mídias sociais. A produtora oferece a eles, em primeira mão, através dos “pensadores sobreviventes da hegemonia de esquerda”, os subsídios narrativos para essa clientela. Um grande negócio, portanto. Mas vale lembrar que, em se tratando de Brasil Paralelo, o empreendedor caminha junto ao agente ideológico. E cada um se alimenta do outro. Desse modo, também no sentido político-ideológico, a coincidente ascensão das mídias digitais e da juventude conservadora foi de grande valia.

Comecemos por 2015 com uma fala do escritor e semiólogo Umberto Eco. Segundo ele, as redes sociais deram voz a uma “legião de imbecis”, que até então existiam e falavam, mas suas opiniões ficavam restritas ao seu ambiente doméstico ou de convivência. "Normalmente, eles (os imbecis) eram imediatamente calados, mas agora eles têm o mesmo direito à palavra de um Prêmio Nobel” (CALDEIRA, 2021). Podemos fazer um paralelo com os vídeos do MBL em que um de seus membros “humilha”, “mita” “destrói” ou “coloca no seu devido lugar” professores[25], com frases feitas e, aparentemente, irrefutáveis, e constatamos a realidade do

[25] https://www.youtube.com/results?search_query=mbl+humilha+professor

pensamento de Eco. Este comportamento, digamos, iconoclasta, desses grupos, que ensejará propostas como o Escola Sem Partido, e que será seguido à risca, embora com um pouco mais de polidez, pelo Brasil Paralelo, desenvolveu um ambiente de permanente conflito nas redes. Um conflito que, não raro, de tão polarizado, vai desembocar em discursos e crimes de ódio.

> O discurso de que professores são doutrinadores marxistas e esquerdistas, que tenta legitimar a aprovação do projeto “Escola sem Partido”, já surte efeito nas relações entre professores, alunos e pais de alunos. Professores chegam a perder ou são afastados dos seus empregos simplesmente por abordarem temas que desagradam a visão de mundo dos pais e alunos. (CARVALHO, 2019d, p.140).

Um caso exemplar desse tipo de conflito ocorreu com a professora de inglês Virginia Ferreira, de Vinhedo (SP), cidade natal de dois fundadores do MBL, Rubinho Nunes e Renan Santos, por conta de um trabalho que solicitou aos alunos, cujo tema eram as correntes do movimento feminista. O pai de uma das alunas de Virginia não gostou do conteúdo do trabalho, e denunciou a professora à Ouvidoria. Por conta disso, ela foi submetida a um processo administrativo. O presidente da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores da cidade, Rubens Nunes (MDB), pai de um dos fundadores do MBL, Rubinho Nunes, chegou também a se envolver no caso, solicitando providências da Secretaria Municipal de Educação. Por fim,

> A advocacia do município recomendou o arquivamento da denúncia, mas tanto a Secretaria de Educação como a Controladoria Geral do Município concluíram que um processo administrativo disciplinar deveria ser aberto. O processo finalmente foi aberto em agosto e, após seis meses, acabou arquivado nesta segunda-feira, por se considerar que não “houve configuração de irregularidade” Neste período, a professora foi investigada por negligência e corria o risco de sofrer uma punição disciplinar —a maior delas seria o afastamento de suas atividades. "Participei de todos os depoimentos. Quando depôs, o pai fez uma ameaça velada. Disse 'eu tenho muita coisa contra essa professora, ela vai ver”, recorda Ferreira (BETIM, 2020).

Contudo, mais uma ressalva. Não se deve pensar que o ódio político, ou mesmo as famigeradas *fake news*, sejam algo inventado pela era digital. Este último problema (durante muito tempo chamado em bom português de notícia falsa) já era motivo de preocupação desde os atenienses, que pensaram em soluções para isso, o mesmo fazendo São Tomás Morus ao escrever seu famoso *Utopia* (ROCHA,

2020)[26]. Algumas dessas notícias falsas ganharam fama histórica no Brasil, como o Plano Cohen (MILARÉ, 2019). Quanto ao ódio político, existe a ilusão de que é algo que não faria parte do comportamento do brasileiro, por conta do mito do "povo pacífico e cordial", mito esse já desnudado (CHAUÍ, 2000) (HOEPFNER, 2013).

A diferença no ciberespaço é que os filtros e algoritmos potencializam o ódio pela criação de bolhas, ambientes em que cada um só procura aqueles com quem concorda (BARDINI, 2017). E nesses ambientes, vale tudo, o que contraria a visão otimista que tinha Pierre Lévy em 1999, quando falava de uma "ética da rede (netiqueta)" (LÉVY, 1999, p.244), onde usuários e dirigentes de servidores responsáveis manteriam a rede livre de "calúnias, proxenetismo e disseminação sistemática de informações impertinentes" (LÉVY, 1999, p.244). O que vai ocorrer é que, na esteira da tão desejada democratização da informação, surgirá um ambiente propício para o ódio e a intolerância, assim como para ataques à democracia e apologia do crime e da violência, livre de amarras e proibições (BARDINI, 2017). E os protagonistas disso serão identificados mais à direita do espectro político, a mesma direita dos jovens que "consomem" produtos como os oferecidos pelo Brasil Paralelo. O papel da produtora é ser exatamente essa criadora de desinformação, por exemplo, quando repete tal e qual o discurso dos militares, de que o Golpe de 1964 foi uma necessidade em vista de uma iminente revolução comunista, de que a tortura foi incidental e não sistemática, ou de que a esquerda derrotada pelas armas aparelhou escolas, imprensa e setores culturais. É uma cantilena que, embora pareça inofensiva, mantém para alguns a ideia de que a Ditadura possa ser justificada de alguma forma, e de que a democracia possa ser um estorvo às vezes. A empresa se torna a

> versão profissionalizada do que "muitos produtores no espaço da Internet já vinham fazendo". Declarando confronto a historiadores, intelectuais, universidades e à mídia tradicional, a produtora Brasil Paralelo se coloca como uma "caixa de ressonância" que vocaliza e oferece um espaço profissionalizado a intelectuais, youtubers, ativistas e ciberativistas "anti establishment" (FIRMINO, 2020, p.171).

"Com o império da mídia, as técnicas retóricas de persuasão e controle das massas, exacerbadas pela propaganda política, terminaram sendo apropriadas pela

[26] João Cézar de Castro Rocha irá destacar o seguinte trecho da obra de Morus: "Entre os regulamentos do senado, o seguinte merece ser assinalado. Quando uma proposta é feita, é proibido discuti-la no mesmo dia; a discussão é transferida para o dia seguinte. Desta maneira ninguém fica exposto a desembuchar levianamente as primeiras coisas que lhe passem pela cabeça, e a defender, em seguida, a sua opinião antes do que o bem geral" (ROCHA, 2020, p.361).

publicidade comercial" (SODRÉ, 2006, p.75). Sabendo como se comportam essas massas digitais, a produtora faz questão de sempre mobilizá-los no início dos vídeos:

> Mas eu diria que o mais importante é que seu financiamento torna possível que novas produções sejam distribuídas gratuitamente para que novos brasileiros tenham a chance de despertar suas consciências. É a chance de fazer algo efetivo pelo nosso país (BRASIL PARALELO, 2017a).[27]

O intuito é fazer o espectador, mesmo passivo na prática, se sentir como parte integrante da mesma missão.

> É dado ênfase de que ao ser assinante, o membro não será um doador, mas também terá as benesses de acessar conteúdos que correspondam a seus valores, de formação intelectual e além do benefício maior de fazer parte de algo "*grande*", isto é, a transformação do país, a difusão de ideias e sentimentos para mais brasileiros, "*ganhar mentes*" para mudança através do intelecto (FIRMINO, 2020, p.177).

Agrupado o público, portanto, nessa missão da produtora, que consiste em "desenterrar a memória dos grandes nomes da nossa história", "resgatar o orgulho de ser brasileiro", "devolver a história que nos foi negada", "reverter as mazelas que nossa cultura sofreu nos últimos anos" (BRASIL PARALELO, 2018c), tem-se a formação de uma massa imprescindível para a guerra cultural. Esta se configura no discurso, principalmente na série *Brasil – A Última Cruzada*, que emula a Idade Média, com ênfase nas Cruzadas, encaradas como luta de sobrevivência do Ocidente contra seus inimigos: no passado, o Islã; no presente, as esquerdas (PACHÁ, 2019). Criar um inimigo é, inclusive, segundo Thompson (2011), uma das formas como se opera a ideologia, no caso do Brasil Paralelo, pelo "expurgo do outro", que consiste em nomear e identificar um inimigo, e em seguida retratá-lo "como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente" (THOMPSON, 2011, p.87). No caso do Brasil Paralelo, isso não é feito diretamente, mas mesmo assim, permite a concretização do ódio em atos reais.

Tomemos como exemplo outro pequeno trecho de Felipe Valerim. Logo no início do segundo episódio da série *Brasil – A Última Cruzada*, intitulado *A Vila Rica*. Ele diz: "Por décadas destruíram nosso patriotismo. Através das escolas e da mídia, nos fizeram acreditar que somos um povo fadado ao fracasso, que não temos virtude" (BRASIL PARALELO, 2017b). Aqui já se apresentam dois inimigos. Um deles,

[27] Fala de Felipe Valerim a partir de 01:02.

inclusive, é bastante recorrente: a escola. Esta, assim como a universidade, é formada por doutrinadores a serviço de uma ideologia, sendo uma das grandes responsáveis pelo atraso do Brasil, representado aqui pela falta de patriotismo. Em vez de amar o país, amam suas ideologias, e por isso devem ser combatidos. O mesmo ocorre na fala de Paulo Cruz, apresentado como professor. Ela aparece no mesmo episódio *A Vila Rica*, a partir de 34:58, falando sobre a escravidão no Brasil:

> Não é racial, ela se torna racial no século XIX. Quando surgem as teses eugenistas, é que aí se usa essa questão de tentar ligar ou associar o africano, ou descendente de africano, ao escravo. Mas isso é muito tardio. Então não era. Foi escravidão, primeiro, de oportunidade. Tanto é que não era difícil você encontrar negros que se tornavam senhores e que tinham seus escravos também. Então quer dizer, dentro de uma economia escravista, se eu sou um senhor de engenho, eu tenho escravos (BRASIL PARALELO, 2017b).

Aqui o alvo são os movimentos negros, que associam o racismo contemporâneo a um legado da escravidão, que era caracterizada pelo elemento racial. Ora, se a ligação entre escravo e africano só ocorre no século XIX, se foi uma "escravidão de oportunidade", e se os próprios ex-escravos tinham escravos, quaisquer movimentos que busquem lutar contra o racismo e que reivindiquem reparações históricas aos negros, amparados na denúncia do passado escravista, são simplesmente movimentos ideológicos, que buscam dividir, de forma pervertida e artificial, uma nação orgulhosa de sua miscigenação. Isso tudo dito por um negro, torna tudo ainda mais simbólico.

Como alunos de Propaganda e Marketing, os rapazes do Brasil Paralelo entendem os meandros de como isso funciona. Em primeiro lugar, essas narrativas já faziam sucesso entre o público da produtora. Como a agente da guerra cultural bolsonarista que é, ela só reforça, desta vez num tom mais oficial, pretensiosamente amparado em pesquisa e estudo, aquilo que todos já defendiam. O Brasil Paralelo é um elo, dos mais importantes, de uma corrente bem maior.

> Esta realidade também não é anunciada apenas em um único veículo ou fonte de informação, ela é constantemente repetida por diversos meios, principalmente pela internet. A pessoa escuta essa mensagem do *Brasil Paralelo*, posteriormente recebe um post de Facebook com mensagem semelhante, lê em um blog, ou assiste a um vídeo de um YouTuber e acaba por acreditar que a realidade proposta por esses grupos é o que realmente ocorre. Com os algoritmos, basta um acesso em um conteúdo semelhante para receber uma enxurrada de material que reforça essa perspectiva (CARVALHO, 2019d, p.84).

A partir dessas informações, em memes, vídeos ou outro meio, as massas que consomem esses veículos terminam por incorporar acriticamente, e quase que de forma inconsciente, essas ideias. Daí, que passam a achar que todos os profissionais da educação são desprezíveis, por exemplo. E o que começa com simples descrença, tem potencial para descambar para violência e perseguição, como já vimos. Como diz Hobsbawn: “... a história ruim não é história inofensiva. Ela é perigosa. As frases digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser sentenças de morte” (HOBSBAWN, 2013, p.379).

Dessa forma, o ciberativismo de direita, ao promover o revisionismo e descredibilizar o ambiente educacional, ajuda a reproduzir desigualdades e violência, que por sua vez, poluem o ambiente do debate público. Termina, então, por realizar o grande temor dos estudiosos das novas mídias: o de que, ao mesmo tempo em que promovem uma maior democratização da informação, abrem a caixa de Pandora, com toda a “legião de imbecis” preconizada por Umberto Eco.

2. VERDADES SUFOCADAS: ARMAS E LIVROS DO BRASIL PARALELO

2.1 Construindo um pastiche: o método paralelo

Como conhecimento científico, a História, ou seja, a narração da trajetória do homem no tempo, a própria produção historiográfica, seja ela oral (uma aula, por exemplo) ou escrita (um artigo, um livro, uma tese), precisa se submeter a regras procedimentais de pesquisa, sistematizadas naquilo que se chama “método histórico”. Ao mesmo tempo em que essas regras não são escritas em pedra, ou seja, não devem ser dogmatizadas, sendo sujeitas às mutações próprias de todo conhecimento científico, elas tampouco podem ser descartadas da operação, se o que se pretende é produzir algo que tenha o mínimo de credibilidade e verossimilhança com o real. Segundo Rüsen, ao mesmo tempo em que a reflexão histórica não pode ser prisioneira de “rotinas consagradas” nem submetida a um “partidarismo politicamente organizado” (RÜSEN, 2015, p. 175),

> a produtividade de uma problematização histórica específica não é desregrada, pois ela pode ser discutida. Para tal discussão, são determinantes **critérios de coerência** que dizem respeito à relação de cada problematização com o acervo de saber da especialidade e, além dele, com a cultura histórica do tempo e da vida (RÜSEN, 2015, p. 176) - grifos meus.

Ou seja, regras sistematizadas num método unitário coerente são necessárias, pois mesmo que rechacemos o dogmatismo de verdades pétreas, elas mantêm o caráter de objetividade da experiência histórica. São essas regras que permitem uma “triagem entre a mentira e a verdade” (BLOCH, 2001, p.90), assim como “dosar o provável e o improvável” (BLOCH, 2001, p.122). Se essa experiência perdesse seu vínculo com a realidade objetiva e relativizasse suas “pretensões de validade”, então “a crítica das fontes como operação metódica do conhecimento histórico seria apenas perda de tempo. A passagem do mito à história seria assim radicalmente cancelada” (RÜSEN, 2015, p.177).

Dessa forma, uma metodologia, uma regulação dos procedimentos, se torna necessária, com vistas a que o conhecimento histórico possua credibilidade, verificabilidade e validade enquanto conhecimento científico, ou seja, vinculado ao real e à empiria, pois “fora dos livres jogos da fantasia, uma afirmação não tem o direito de ser produzida senão sob a condição de poder ser verificada” (BLOCH, 2001,

p.94).

Dito isso, é importante lembrar que toda pesquisa surge de uma pergunta, de um questionamento (RÜSEN, 2015). Os três procedimentos do método histórico visam exatamente operacionalizar as fontes no intuito de respondê-la. E essa operação, como já dissemos, não pode ser desregulada.

O primeiro procedimento é a heurística, que consiste na seleção e recolha das fontes. Nesse momento, a recolha deve visar aqueles vestígios (escritos, orais, materiais ou visuais) que nos ajudem a responder à pergunta inicial da pesquisa. Quanto mais "fértil" a pergunta, mais qualificado será esse processo. Como diz Rüsen: "O que é fonte depende, pura e simplesmente, do que eu quero saber. E o que eu quero saber depende, por sua vez, de minhas perguntas. Reguladas metodicamente, as perguntas se tornam problematizações explícitas" (RÜSEN, 2015, p.175). E o que torna essa pergunta plausível é que ela deve, entre outras coisas, levar em consideração o conhecimento histórico acumulado, ou seja, deve ter familiaridade com o que já tem sido estudado dentro daquela temática, para que, além de buscar algo novo, o "ainda-não-sabido" (RÜSEN, 2015, p.174), não se corra o risco de meramente repetir o que outros já fizeram, "reinventando a roda", ou de produzir algo que não guarde coerência com a realidade histórica já atestada.

O segundo procedimento é a crítica das fontes, a fim de avaliar sua confiabilidade e coerência contextual. Esse procedimento é dividido em três partes. A primeira é a crítica externa, que consiste em averiguar a autenticidade de uma fonte, ou seja, se ela realmente é confiável para responder à pergunta inicial. Nesse ponto, Rüsen afirma que mesmo fontes falsificadas não podem ser meramente negligenciadas, visto que também "revelam o que tentam esconder ou camuflar (algo sobre intenção de seus autores, estratégias de engodo ou fraude, critérios específicos de um tempo quanto à plausibilidade, dentre outros)" (RÜSEN, 2015, p.179-180).

A segunda parte desse procedimento é a crítica interna, que avalia a coerência de seu conteúdo com o "saber histórico comprovado" (RÜSEN, 2015, p.180). Isso se alia à terceira parte, que é a possibilidade de que as informações possam formar "agregados de fatos", de forma coerente com o que já se pesquisou e com a realidade empírica. Como já foi dito antes, a construção do conhecimento histórico precisa ter caráter objetivo. Essa objetividade, no entanto, não deve ser entendida como vinculada a uma verdade pura, mas com um grau de certeza apurado pela relação entre essa fonte e as demais (RÜSEN, 2015). Essas "certezas" são sempre lacunares,

e essas lacunas são preenchidas exatamente pelo terceiro procedimento, a interpretação.

A interpretação é o que conecta os fatos esparsos em sequências temporais. “É, pois, somente a interpretação que torna históricos os fatos” (RÜSEN, 2015, p.184). É ela quem “filtra” o que é importante dentro do contexto da pesquisa, da pergunta inicial. Ela também deve dialogar com outras fontes e interpretações, pois “só se interpreta um documento por sua inserção em uma série cronológica ou um conjunto sincrônico” (BLOCH, 2001, p.109). Em outras palavras, deve-se ter em mente que quando se fala aqui em interpretação, não se deve pensar que é algo solto, puramente subjetivo e relativo.

> O processo de conexão interpretativa é regulado metodicamente quando a representação determinante de um contexto temporal abrangente pode ser **relacionada, de maneira controlável**, **às informações obtidas das fontes**. (RÜSEN, 2015, p.185) - grifos meus.

Passando então por esses três procedimentos, e culminando com a narração, a “trama”, “a pesquisa transforma essa ideia de uma possível história em uma **história real**” (RÜSEN, 2015, p.185 - grifos meus). E assim o método regulado produz um conhecimento sólido, crível, verossímil, científico, estável como uma casa bem construída, que pode obviamente ser derrubada ou reformada, mas não sem esforço.[28] Não se configura como uma verdade “pura”, como já dito, mas numa verdade que se apresenta como um “acordo de subjetividades” (GRESPAN, 2008, p.299).

> Ou seja, a intersubjetividade implica que a experiência realizada por alguém **pode ser repetida por ele mesmo ou por outro, tendo de seguir regras e normas claras e imitáveis**, portanto. É o que deve reger também a pesquisa histórica, por mais variados e inovadores que sejam seus materiais e procedimentos. Daí que o pesquisador tenha de se limitar a **afirmações que encontrem contrapartida em material acessível a qualquer outro, que possa ser verificado**, que seja de domínio público de alguma forma (GRESPAN, 2008, p.299) – grifos nossos.

Isso significa que esse conhecimento é verificável, ou seja, pode ser apreciado

[28] Essa é a metáfora usada pelo próprio Rüsen: “A crítica das fontes fornece os “materiais de construção” dessa realidade. A interpretação, enfim, monta esses materiais de construção (...) de acordo com determinados projetos de construção da realidade histórica. Projetos de construção são representações de processos temporais abrangentes, nos quais os fatos podem ser inseridos. (...) pode-se dizer que o narrar é o cimento da obra” (RÜSEN, 2015, p.185).

por outros historiadores. Mesmo que a narrativa, a escrita, contenha elementos óbvios de subjetividade, parta de um lugar específico (CERTEAU, 2002), seja escrita por um indivíduo particular, ao respeitar esses procedimentos prévios, submeter-se à avaliação dos pares e se colocar publicamente à disposição de novas pesquisas, se torna um "resultado de grupo", como nos diz Michel de Certeau:

> O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma "realidade" passada. É o produto de um lugar (CERTEAU, 2002, p.73).

Não se encontra nada parecido no pequeno livro digital *Entre Mitos e Verdades: A História do Regime Militar* (BRASIL PARALELO, 2018a). Produzido pelo Brasil Paralelo, não possui autor especificado, embora em um esboço de ficha catalográfica se diga que o conteúdo é de responsabilidade de Henrique Zingano e Mariana Goelzer. É facilmente encontrado em formato digital na internet. Segundo a própria produtora, em postagem no Facebook de 21 de março de 2019, já tinham sido baixados mais de 150 mil exemplares (BRASIL PARALELO, 2019c). Possui ao todo 67 páginas.

Desde o início fica claro que o objetivo do livro é refutar três "narrativas distorcidas" (chamadas de Fato 1, Fato 2 e Fato 3),[29] inspiradas no que seria, segundo eles, um "ponto de vista deturpado", ponto de vista esse adotado por uma "parcela majoritária dos historiadores". Como o próprio texto diz: "A história do Regime Militar virou panfleto político, fábula de relato parcial e impreciso. A integralidade dos acontecimentos foi deixada para trás" (BRASIL PARALELO, 2018a, p.8).

O texto possui parcialidades e imprecisões, como veremos detalhadamente mais adiante. Em primeiro lugar, boa parte do que eles acreditam ser uma narrativa distorcida dos historiadores não é mais aceita na Academia, se é que foi algum dia, como, por exemplo, a ideia de que a resistência armada contra a ditadura lutava pela democracia. No entanto, os problemas que quero frisar são de ordem metodológica. O Brasil Paralelo praticamente ignora as regras do método histórico, assim como o conhecimento já acumulado e estabelecido a partir dele. No entanto, de forma

[29] O próprio uso do termo "fato" para designar algo a ser refutado já denota uma certa ironia por parte de quem escreveu o livro. Eles são: Fato 1: A Ameaça Comunista Nunca Existiu; Fato 2: O Regime Militar Foi Um Golpe, Pois Não Teve Apoio Popular; Fato 3: Os Guerrilheiros Lutavam Pela Democracia.

paradoxal, emula esses “formatos e discursos já estabelecidos para se aproximar de seu público, conquistando autonomia justamente nas brechas em que essa aparente perda de legitimidade se constitui” (DIAS, 2021, p.7). Cria então um novo discurso, que se legitima a partir da refutação do que é tido por “hegemônico” e da exploração dessa proximidade com o espectador (DIAS, 2021)[30]. Este, dessa forma, ouve o que quer, e não se preocupa em verificar as informações. Bastam que elas façam sentido num contexto discursivo.

> Os contextos de proximidade são normalmente reforçados pela sintonia de ideias, empatia de sentimentos, laços afetivos e partilha de convicções comuns. Logo, tornam possível que o público prescinda da verificabilidade em detrimento da verossimilhança e da integração grupal (CORREIA et al, 2019, p.642).

É exatamente o que ocorre no livreto *Entre Mitos e Verdades*. A primeira coisa que chama a atenção a quem o lê, é a total ausência de notas de rodapé[31], ou mesmo de outras formas de referenciação. Informações controversas são simplesmente jogadas, sem explicitar de onde vêm. Por exemplo: “Uma série de indícios sinalizava a exacerbação das investidas comunistas para se apossar do poder” (BRASIL PARALELO, 2018a, p.15). Quais indícios? Onde se encontram? Ou então: “A extrema esquerda pautou as diretrizes da Constituição de 1988” (BRASIL PARALELO, 2018a, p.65). Quais seriam elas? Se não há notas de rodapé, devemos supor que esses dados devem se encontrar nas referências bibliográficas. Mas o que temos nesse sentido são apenas sete *links* da internet: um artigo acadêmico, duas fontes primárias, um dossiê do CPDOC, e três verbetes de um dicionário da mesma entidade. Nenhum deles traz algo que corrobore as informações citadas. O que devemos subentender, então, dessas pretensas fontes referenciadas ao fim do livro, que claramente não possuem um valor metodológico, como algo que foi utilizado na pesquisa? Permanecem lá, simplesmente para “emular” o formato do texto acadêmico que eles, paradoxalmente, querem tanto refutar, confirmando a tese de Dias (2021)?

O certo é que nenhuma dessas “referências” explica determinadas contradições óbvias do texto. Por exemplo: de um lado temos a informação de que a

---

[30] “A todo momento suas produções são entrecortadas por campanhas com pedidos de assinatura/financiamento do público, mostrando que seus membros, enquanto uma comunidade padrão, seriam os únicos responsáveis por sustentar e conduzir tamanha empreitada” (DIAS, 2021, p.14).

[31] Essa ausência de referências das informações se repete também nas mais de 20 imagens que ilustram o livro. Apesar de acompanhadas de uma nota explicativa, nenhuma delas é creditada.

URSS, em contato direto com o líder do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, estava patrocinando um levante armado rural no Brasil (BRASIL PARALELO, 2018a, p.15-16); por outro, vemos que o PCB, sob diretrizes de Moscou, não estava compromissado com qualquer luta radical, inclusive expulsando os membros mais exaltados, que se tornariam guerrilheiros mais tarde (BRASIL PARALELO, 2018a, p.47-48). Qual informação é a correta? Não dá para saber, visto que não há nenhum tipo de referência.

Esse "método" peculiar que trata a fonte como algo pouco relevante para a construção da narrativa histórica parece ter como outro de seus elementos o desprezo pelo saber histórico acumulado. A ideia é que este saber não seria fruto de um compromisso com a objetividade, mas um discurso enviesado e interesseiro, uma estratégia de poder forjada por grupos políticos que teriam aparelhado a Universidade brasileira:

> A criação de narrativas distorcidas e a disseminação de mitos acerca do passado se metamorfosearam na nova estratégia para a conquista do poder. Sob a inspiração de um ponto de vista deturpado, **uma parcela majoritária dos historiadores adotou uma interpretação sobre os acontecimentos desse período que nem sempre se manteve fiel à veracidade dos fatos.** Entre mitos e verdades, a história do Regime Militar virou panfleto político, fábula de relato parcial e impreciso. A integralidade dos acontecimentos foi deixada para trás. Chegou a hora de resgatar a outra parte, silenciada, dessa trajetória (BRASIL PARALELO, 2018a, p. 8) – grifos meus.

Sendo assim, muito mais do que levar em conta essa produção acadêmica, a ideia é que toda ela constitui um mito. A "verdade" estaria, dentro dessa visão da produtora, naquilo que ficou "silenciado". Em outras palavras, não se pode submeter o saber perante os historiadores, já que a maioria foi contaminada pelo discurso mitológico da esquerda, não passando de intelectuais revolucionários infiltrados nas Universidades pela URSS (BRASIL PARALELO, 2018a, p.7-8). Para se contar essa história, eles dizem que é preciso imparcialidade e isenção, e o Brasil Paralelo é quem possui essas qualidades.

> Ainda que suas narrativas contenham elementos de forte viés ideológico, com posicionamentos políticos claros, a empresa se coloca em contraposição àquilo que produz, emulando em seus discursos autorreferenciais um *ethos* típico do jornalismo e da historiografia, baseado sobretudo nos ideais da "isenção", da "imparcialidade" e da "objetividade" (DIAS, 2021, p.12)

Como a "verdade" está, simplesmente, no "outro lado", na "outra parte" (no

caso, o próprio Brasil Paralelo), deve ser deles a missão de “jogar nas sombras as mentiras, para que a luz finalmente possa recair sobre a parte da realidade que, calada, permaneceu na penumbra” (BRASIL PARALELO, 2018a, p.65). E para cumprir essa missão, aparentemente sagrada, o método é, como a Bíblia, simplesmente o da revelação. As fontes não são necessárias, provavelmente por estarem todas impurificadas pela distorção dos historiadores, o que cria uma espécie de “escritura sagrada”, verdadeira por si mesma, missionária, com uma finalidade redentora. E esse parece ser o ponto central do que seria o modo de escrever história da empresa. A pesquisa não parte de uma dúvida, pois o texto é todo de certezas. As coisas ocorreram do jeito que é dito, e pronto. O texto serve a uma luta pela “verdade”, que foi, segundo o texto, “obliterada” (BRASIL PARALELO, 2018a, p.65). Essa “verdade” reivindicada pelo Brasil Paralelo para suas narrativas, assim como por outros “atores e instituições” (DIAS, 2021, p.6), se legitima a partir de uma autoridade conferida pelo público receptor, que confia na instituição que o envolve afetivamente (DIAS, 2021), algo típico do contexto atual, dominado pelas mídias sociais, no qual ocorre um “alargamento de espaços fechados, onde cada um produz, consome e compartilha as verdades que melhor lhe convém” (DIAS, 2021, p.6). Em outras palavras, viabiliza-se um novo fazer histórico, um novo “método”, menos preocupado em ser submetido a regras procedimentais de investigação a partir de uma pergunta inicial, e mais com estar a serviço da construção de uma nova narrativa, que se credencia como “verdadeira” a partir da negação e do combate à narrativa hegemônica (DIAS, 2021).

> A narrativa construída por *Brasil Paralelo* nos remete diretamente às características típicas do ambiente (des)informacional em curso, onde novos atores - no alargamento de seus espaços fechados, explorados por uma partilha afetiva comum - entram em cena para disputar a legitimidade e o reconhecimento de suas “verdades”. Neste caso, há uma evidente preocupação em refutar o discurso de seus opositores, uma vez que seriam eles os responsáveis diretos pela desinformação, pela manipulação e pela produção de propaganda ideológica enviesada (DIAS, 2021, p.10-11).

Enfim, a escrita do Brasil Paralelo não possui uma lógica interna. Ela serve, simplesmente, ao objetivo de criar uma narrativa conservadora que se contraponha àquela veiculada pelo saber histórico acumulado. Enquanto este, por um lado, deve ser rejeitado por ser enviesado e deturpado, a serviço de um projeto político, a não ser que seja eventualmente útil, aquela deve sempre ser considerada “a verdade” que

foi escondida, sufocada por interesses ideológicos escusos. Todo o resto serve a ela, inclusive as fontes. Essas, enfim, são apenas circunstanciais, e não precisam ser explicitadas, muito menos estar sujeitas ao cansativo processo de seleção, crítica e interpretação. A validade da fonte está em sua concordância com a narrativa. A segunda, por ser "a verdade", é que valida a primeira, e não o contrário, semelhantemente ao falso silogismo da retórica olavista, no qual a conclusão vem antes das premissas (ROCHA, 2021). Uma espécie de método que corre totalmente à margem do método histórico. Um verdadeiro método paralelo, que enseja um discurso maniqueísta, salvacionista, redentor, como bem descreve Fernando Nicolazzi (2019):

> Eu o definiria como método Tonho da Lua, por meio do qual a realidade é encarada sob um viés puramente dicotômico, separando a Rutinha-boazinha de um lado e, de outro, a Raquel-malvada. Aí, bastaria encaixar o que quer que seja em cada um dos lados e pronto, a ilusão do entendimento estaria feita. Porém, é sabido que o produto final do método Tonho da Lua são apenas esculturas de areia que não resistem ao mais leve movimento das águas (NICOLAZZI, 2019[32]).

Ou seja, a consequência disso é uma narrativa sem base, panfletária, interesseira e revisionista, que remonta a um modo ultrapassado de fazer História, que serve a um projeto político. Aliás, chega a ser pior, visto que até mesmo os mais criticados paradigmas "tradicionais" respeitam uma metodologia regulada. A única coisa que esse método paralelo é capaz de criar é aquilo que Vidal-Naquet já falava sobre toda literatura revisionista: "um pastiche da História" (VIDAL-NAQUET, 1988, p.178).

2.2 Apenas mais um elo: os documentos da StB e seu uso como "prova"

Como as fontes utilizadas pelo Brasil Paralelo é que se submetem à narrativa, e não o contrário, elas precisam ser escolhidas de acordo com sua afinidade ideológica. Todas elas precisam validar umas às outras, formando um todo (quase) coerente que simplesmente exclui, ou omite, os contrapontos. Não há uma heurística séria, muito menos uma problematização da fonte.

[32] Tonho da Lua foi um célebre personagem da telenovela *Mulheres de Areia*, interpretado por Gianfrancesco Guarnieri em 1973, e por Marcos Frota no remake de vinte anos depois. O personagem era autista, e vivia na praia produzindo esculturas na areia, sendo atormentado pela vilã Raquel, irmã gêmea da protagonista boazinha Rute.

As preferências da produtora em seus documentários são as fontes orais, os "testemunhos" e relatos dos entrevistados. No entanto, no documentário *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros* (BRASIL PARALELO, 2019a), aparece uma fonte escrita, fundamental para legitimar a narrativa que se quer produzir. Trata-se do livro *1964 – O Elo Perdido*, de Mauro "Abranches"[33] Kraenski e Vladimír Petrílák (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017), resultado de uma pesquisa feita em fontes primárias do antigo serviço secreto da Tchecoslováquia comunista, a *Státní Bezpečnost*[34], ou simplesmente StB. A leitura de trechos desses documentos, e a interpretação dada a eles, apresentam essa entidade de inteligência como mentora de inúmeros agentes no Brasil, nos anos que antecederam o golpe de 1964, e a ideia de que, teoricamente, havia um plano para a tomada do poder pelos comunistas no país, magistralmente orquestrada a partir dela. Importante frisar que é inegável que essa pesquisa, ao lidar com documentos oficiais, joga luzes importantes para o conhecimento maior do período sobre o qual se debruça. Mas será que o livro, sozinho, vale "mais do que toda a bibliografia consagrada sobre os acontecimentos de 1964" (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.9), como afirma Olavo de Carvalho em seu prefácio? Essas questões serão vistas mais adiante. Antes, no entanto, seria interessante, para entender o interesse da obra por parte do Brasil Paralelo, analisar a descoberta dos arquivos e sua chegada ao Brasil.

Mauro Kraenski afirma que passou a se interessar por pesquisar serviços secretos no tempo em que morava na Polônia, onde trabalhava como guia de visitas e educador no Memorial e Museu Auschwitz-Birkenau. Ele conta que numa viagem ao Brasil, ao presenciar uma discussão sobre o Massacre de Katyn[35], ocorrido na Polônia em 1940, na qual um professor universitário brasileiro, que ele não nomeia, reproduzia a manipulada versão soviética aceita durante anos, de que os alemães foram os responsáveis pela matança, quando na realidade ela foi obra do próprio Stalin, ficou "curioso com o quanto se sabe no Brasil a respeito de propaganda soviética, história da URSS e comunismo em geral" (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017,

[33] As aspas estão no original.
[34] Algo como "Segurança do Estado".
[35] O Massacre de Katyn foi uma série de execuções em massa de cerca de 22 mil prisioneiros de guerra poloneses, ocorridas entre abril e maio de 1940, na floresta de Katyn, na Polônia, perpetradas pelo antigo serviço secreto soviético (NKVD), sob o comando de Lavrenti Beria, um dos principais conselheiros de Stalin. Durante muito tempo, a propaganda stalinista atribuiu o massacre aos nazistas. A verdade só foi revelada em 1990, quando Gorbatchov, então líder da URSS, assumiu publicamente a responsabilidade de seu país pelas mortes.

p.283). Ele passou, então, a pesquisar sobre comunismo no Brasil, com destaque para publicações sobre 1964.

> Nesse contexto as informações e opiniões se dividiam: os americanos estavam por trás do golpe, em seu planejamento ou execução, ou a CIA era a responsável, atuando intensamente no Brasil através de seus agentes. Basicamente, a tese é de que os americanos influenciavam em nossas questões e desrespeitavam a nossa soberania.
> O mais esquisito é que quase nada se comenta sobre o outro lado: imperialismo americano e CIA demais; imperialismo soviético e KGB de menos. **Ninguém falava sobre o assunto, exceto Olavo de Carvalho**, professor brasileiro que vive nos EUA - um dos muito poucos, senão o único que mencionava a presença e atividades da KGB no Brasil. (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.284) – grifos meus.

Contudo, mesmo os textos de Olavo de Carvalho não apresentam bases factuais para a atuação maciça da KGB no Brasil. Pode-se deduzir dessa falta de fontes a pouca apreciação desse assunto, em vez de uma conspiração para que isso não venha à tona. O próprio Kraenski assume isso em seu livro:

> Atualmente, os arquivos da KGB são de difícil acesso. Era preciso começar pelos clássicos: os livros de Christopher Andrew sobre o *Arquivo Mitrokhin* e o trabalho de Vladimir Bukowski. **Uma visita rápida foi suficiente para perceber que não há muito material sobre o Brasil** (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.284) – grifos nossos.

Após procurar na Polônia, onde também não encontrou o que queria, veio a conseguir seu objetivo exatamente nos arquivos do serviço secreto tchecoslovaco. Apesar de afirmar que não houve desprezo ao seu trabalho por parte de historiadores, Kraenski não foi atrás de um deles para auxiliar sua pesquisa, mas de um jornalista investigativo da Polônia, chamado Witold Gadowski. Foi este quem ajudou a encontrar alguém do "lado bom" (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.285), o também jornalista Vladimír Petrilák, tcheco, que veio a ser coautor do livro. O fato de procurar alguém que tenha lado, "bom", é explicado quando se chega ao Brasil. Em vez de procurar um historiador, Kraenski e Petrilák vão ao encontro de Laudelino Lima, que administra o site "A Verdade Sufocada", vinculado a grupos bolsonaristas que propagam narrativas revisionistas pró-ditadura, como o famoso *Orvil*, que veremos mais à frente.

> Bom, março de 2014. Eu estava em casa me preparando para dormir, aquele soninho batendo, eu mexendo no celular, vendo mensagem, apagando *spam* e quando eu vi uma mensagem vindo direto do site "A Verdade Sufocada". Eu já era administrador do site já tinha (sic) oito anos, né? Quando me surge na caixa postal uma mensagem de um tal de Mauro Abranches. Vamos ver

> que mensagem é essa. Aí ele está escrevendo lá que é brasileiro e mora na Polônia e que está dentro dos arquivos da KGB (sic), da StB tcheca, traduzindo material de infiltração do que aconteceu no Brasil entre os anos 50 e os anos 80. Já mandou e-mail para um monte de gente, ninguém responde, está quase desistindo do trabalho. Quando eu acabo de ler esse e-mail, eu dou um pulo na cama, que o senso de urgência ligou todas as sirenes dentro da cabeça. Eu dei um pulo da cama, que eu lembro do barulho da hélice de ventilador de teto passando perto da minha cabeça, né? Então eu parti direto para o computador porque eu não queria que aquele cara que acabou de me mandar um e-mail, ele fechasse o computador, eu tinha que responder para ele naquele instante, pegar ele online (BRASIL PARALELO, 2019a)[36].

Não se sabe se os e-mails anteriores ao de Laudelino, que Kraenski teria mandado para “um monte de gente”, teriam ido para pesquisadores e estudiosos do período, ou para outros grupos similares ao “A Verdade Sufocada”. Mas o fato de se enviar para um grupo que pratica claramente revisionismo histórico, e a empolgação de Laudelino Lima, dão mostras de que a publicação teria sérias implicações dentro da guerra cultural bolsonarista. No entanto, para afirmar isso, torna-se necessária uma análise séria do conteúdo do livro, e como os autores tratam as importantes fontes que têm diante de si.

Vale lembrar que os documentos escritos são a fonte por excelência do trabalho historiográfico. Durante muito tempo, foram os únicos aceitos, inclusive. Dentre estes, os documentos oficiais, guardados em arquivos, tiveram um papel especial e, também, quase que exclusivo. Mesmo que essa exclusividade não exista mais, visto que os historiadores aumentaram seu leque de fontes (audiovisuais, imagéticas, orais, materiais), essas fontes documentais não perderam sua importância. “Grandes obras historiográficas tiveram sua origem nas salas de arquivo, onde muito suor e trabalho foram gastos, após semanas ou meses de paciente e dedicada fase de pesquisa” (BACELLAR, 2008, p.24). A relação com eles, no entanto, mudou: se antes esses documentos eram vistos como neutros e verdadeiros, hoje eles são analisados em sua dimensão discursiva, e seus conteúdos são problematizados e contextualizados. O historiador não confia mais cegamente na fonte, e assim se preocupa em reconhecer os vieses de quem fez o documento, fazendo com que, muitas vezes, seus conteúdos sejam desconstruídos (BACELLAR, 2008). Os documentos, portanto, devem ser avaliados como construções humanas, fruto do tempo histórico e da ideologia de seu produtor. Além disso, mesmo que sejam riquíssimos em informações, muitos destes arquivos se encontram desorganizados e

[36] Fala de Laudelino Lima, a partir de 24:06.

fragmentados, devendo-se ter o cuidado de evitar generalizações sem contexto fático. “Ele (o pesquisador) tem que formular seus julgamentos adequadamente, de forma cautelosa, construindo generalizações apenas sobre bases fáticas estáveis”[37] (WARNER, 2015, p.55).

Do ponto de vista da construção do conhecimento histórico, é indiscutivelmente importante uma pesquisa que vá a fundo em fontes primárias a fim de esclarecer melhor determinados contextos históricos. Nesse sentido, o livro *1964 – O Elo Perdido* possui seus méritos. Ele expõe com detalhes o *modus operandi* dos serviços secretos dos países do bloco soviético na sua atuação no campo adversário, assim como seu modo de aliciar colaboradores. Fica-se sabendo, por exemplo, que a StB buscava alianças com elementos não necessariamente comunistas no Brasil, mas também com nacionalistas:

> (...) o documento redigido pelo oficial Pavel, desde a Central em Praga, lançava a Honza o seguinte ponto a ser averiguado. Trata-se da questão número 4, a mais importante sob o ponto de vista dos acontecimentos futuros. “Preciso completar algumas informações sobre a situação geral no Brasil” (...) “4/ Pessoas importantes do burguesismo nacional, que se defendem contra a penetração do monopólio americano...” (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.35)[38].

Ficamos sabendo também que, além dos agentes, haviam os “contatos secretos”, que podiam colaborar com a StB, mas “não sabem que estão adquirindo informações para o serviço de inteligência, e não para os órgãos legais tchecoslovacos” (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.41), e nos informamos a respeito da avaliação que os espiões fazem sobre os contatos brasileiros, tidos como “pessoas preguiçosas e bem levianas” (p.162), assim como da forma como deve ser feita a aproximação: “de maneira apropriada, delicada” (p.65).

Outra informação importante é o relato da tentativa de aproximação da StB com Brizola, visando um eventual fornecimento de armas para uma eventual resistência aos militares, que devia se dar cuidadosa e sigilosamente. O cuidado se devia ao fato de Brizola ser considerado um “caudilho (ditador) latino-americano com planos, até certo ponto, bem fantásticos” (KRAENSKI, PETRILÁK, 2017, p.120)[39]. Já o sigilo, se

---

[37] Tradução livre de “He has to word his judgments accordingly, erring always on the side of caution, and building to generalizations only on stable bases of fact”.

[38] Uma fotografia do documento se encontra na mesma página, sem referências.

[39] Foto do documento na mesma página. A referência se encontra na nota 77, que diz: “N° de registro 11681/305/1/1, folha 23, na folha foi escrito a mão que o relatório era destinado à Seção Internacional

devia a um imbróglio anterior entre o político gaúcho e o governo tchecoslovaco:

> Brizola não teria escrúpulos em aceitar um apoio como esse, e quanto a esse personagem o funcionário do serviço de inteligência faz um alerta. A Tchecoslováquia o decepcionara durante as negociações da construção da fábrica de tratores Zetor. A questão estava discutida, mas a Tchecoslováquia não cumpriu as promessas, o que influenciou negativamente a opinião do governador sobre o país do espião. Por isso, o agente não deveria revelar a origem das armas (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.117)[40].

Enfim, como foi dito, são documentos importantes, que ajudam, sem dúvida, a trazer novas informações à situação da espionagem no Brasil pré-64 por parte do bloco soviético, e a lançar novas luzes sobre a atuação dos diferentes grupos políticos que foram ativos no país no período. No entanto, como já foi dito, deve-se sempre lembrar que os documentos não são neutros e objetivos. São históricos, e como todo escrito, enviesados. Eles precisam ser confrontados com outras fontes, para se formar um todo coerente (BACELLAR, 2008) (BLOCH, 2001) (RÜSEN, 2015) (WARNER, 2015). Os próprios autores de *1964 – O Elo Perdido* admitem essas limitações em alguns momentos. Eles assumem, por exemplo, que "nas descrições deste livro apresentamos a ótica do serviço de inteligência tchecoslovaco" (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.39). Em outro momento, assumindo mais uma vez essa unilateralidade, contam que houve um esforço para confrontar as informações com outras fontes, mas que isso nem sempre foi possível.

> É necessário, portanto, declarar que **não é possível afirmar que as** informações existentes neste livro, que demonstram como os oficiais da *rezidentura* da StB no Brasil, a Central em Praga ou os informantes, agentes, contatos ou pessoas não comprometidas com uma colaboração consciente compreendiam determinadas questões, **sejam necessariamente objetivas e as únicas corretas** (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.25) – grifos meus.

Isso vai de encontro, no entanto, ao que é dito por Olavo de Carvalho no prefácio. Segundo ele, o livro "traz a prova cabal e definitiva do engodo" (p.10), e de que ele, sozinho, "vale mais do que toda a bibliografia consagrada sobre os acontecimentos de 1964" (p.9). Acontece que essas contradições, esse choque entre fatos e suposições, permeiam todo o livro. Ele fica o tempo todo oscilando. É cauteloso

---

do Comitê Central do KSC e para os amigos" (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.271). KSC é a sigla do Partido Comunista da Tchecoslováquia (*Komunistická Strana Československa*).

[40] A foto do relatório está na mesma página. A referência está na nota 70: "N° de registro 43268/020/3/4/0068, folha 172, AO LUTA - relatório sobre a situação no Rio Grande do Sul de 8.3.1962 elaborado por Jezersky" (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.271).

em alguns momentos em fazer afirmativas categóricas, o que traz aos autores uma confessa decepção, contrariando a expectativa dos leitores, como quando falam das armas para as guerrilhas[41], coisa com a qual a StB não tem nenhuma relação comprovada. Ao mesmo tempo, existe um fetiche pela "verdade", considerada uma categoria fundamental: "caso neguemos o seu valor, todos os outros valores perdem o significado, tornam-se falsidade ou ficção: a falsa justiça torna-se injustiça, a falsa sinceridade, mentira" (STAWROWSKI apud KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.253), que aproxima os autores de *1964 – O Elo Perdido* do *ethos* do Brasil Paralelo (DIAS, 2021). E nessa busca pela "verdade", impressões, hipóteses e experiências pessoais caminham juntas com as informações objetivas dos arquivos. Os arquivos são verdadeiros, por exemplo, pelo atestado da experiência pessoal do autor:

> (...) a StB servia ao KSC, ou seja, ao partido político que governou a Tchecoslováquia de 1948 a 1989. **Por ter crescido nesse regime, a minha experiência** é confirmada pelo conhecimento histórico e posso afirmar que vivi num país da mentira. A verdade era escondida, como acontece em todos regimes totalitários. (...) **O governo mentia aos cidadãos, mas não mentia para si mesmo**, pois, para manter o poder e ser eficaz, tinha de conhecer a verdade (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.43) – grifos meus.

Sendo assim, "os documentos não foram feitos para mentir" (p.44). Partindo-se dessa premissa, embora hajam, como já dissemos, avisos cautelosos sobre a necessidade de se ver outras fontes, já se tem a base instrumental sobre a qual toda a narrativa deve fluir. Os documentos não devem ser problematizados, visto que são verdadeiros. O livro, afinal, PROVA a sua tese a partir deles, sem precisar de mais nada. Até porque, "somente uma abordagem como esta poderia garantir a eficiência no trabalho do serviço de inteligência estrangeiro em solo brasileiro" (p.44). E apesar das sugestões de busca de outras fontes, não é isso que acontece, a não ser quando corrobora o que já foi dito.

Por exemplo, quando Olavo de Carvalho afirma, no prefácio, que não existe, em toda a bibliografia, o nome de um único agente da CIA que tenha atuado no Brasil no período pré-1964, ignora nomes conhecidos como Dan Mitrione (que ensinou tortura aos oficiais brasileiros através dos manuais KUBARK), Vernon Walters

[41] "Durante os estudos e descrição dos conteúdos do arquivo da StB em relação ao Brasil **sentimos certa decepção** quando falou-se sobre a descoberta de armamento tchecoslovaco destinado à guerrilha. A StB, como afirmamos, não teve nada a ver com isso, contrariando a sensação primeira de "furo" histórico. Talvez **muitos leitores esperassem** que os arquivos denunciassem um político famoso trabalhando para um serviço de inteligência estrangeiro que servia aos interesses do império soviético. Mas não havia nada" (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.253) – grifos meus.

(astucioso articulador do golpe e amigo pessoal do general Castelo Branco), e mesmo do brasileiro Manoel Pio Corrêa. A bibliografia sobre esse assunto é vasta (AGEE, 1976) (BANDEIRA, 2010) (DREIFUSS, 1981) (HUGGINS, 1998) (LANGGUTH, 1978) (TAVARES, 2014). O interesse é negar a participação dos Estados Unidos no golpe, algo que é atestado também por documentos oficiais do órgão de inteligência desse país (THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2014). O órgão de inteligência estadunidense possuía vínculos, inclusive, com o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), "uma das principais operações políticas da CIA" (DREIFUSS, 1981, p.102), que patrocinava campanhas de políticos de uma nova geração, para que estes servissem aos interesses dos EUA. O IBAD, junto a outra entidade, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), responsável pela criação de peças publicitárias, inclusive em formato de documentários, similares aos do Brasil Paralelo, foram de extrema importância no contexto que levou ao golpe de 1964:

> O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa (DREIFUSS, 1981, p.230).

Contrariando essas constatações, e trazendo novamente a lógica da guerra cultural, Carvalho insiste em que os arquivos da StB e a historiografia consagrada sobre 1964, inclusive embasada em arquivos de outro órgão de inteligência, a CIA, devem se contradizer, e não se complementar. Falta ao livro de Kraenski e Petrilák esse olhar esmerado do historiador, que daria o devido valor às informações importantes dos arquivos tchecos, sem que com isso adotasse o tom triunfalista. Esses arquivos apresentam novas e bem-vindas informações para o estudo da temática, mas não reinventam a história. Infelizmente é isso que Carvalho tenta em seu prefácio, na ânsia por se mostrar o mais grandioso e conspiratório possível. Por exemplo, quando ele diz que houveram "frequentes e discretíssimos episódios de carreiras universitárias abruptamente encerradas pela ousadia de contestar esse ou qualquer outro dogma do credo esquerdista" (KRAENSKI, PETRILÁK, 2017, p.268), no caso, a participação da CIA na queda de Goulart, sem apresentar nenhuma fonte para tal afirmação. O resultado são grosseiras contradições. Carvalho vai dizer, por exemplo, que "os agentes da KGB nas altas esferas da República eram, documentadamente, centenas" (KRAENSKI, PETRILÁK, 2017, p.8). Os próprios

autores de *1964 – O Elo Perdido*, amparados nos arquivos que pesquisaram, vão desmentir essa informação, que vista isoladamente, daria a impressão de um grande complô comunista. O máximo a que o livro chega na conta final são trinta "colaboradores" (p.288), e aqui estão incluídos não só agentes, mas também os chamados "contatos secretos". Na antevéspera do golpe, o número será bem menor:

> Na passagem de 1963 para 1964 a *rezidentura* do serviço de inteligência tchecoslovaco tinha à disposição no Brasil 15 agentes e contatos secretos, ou contatos graças aos quais adquiria informações e recebia apoio às operações (KRAENSKI, PETRILÁK, 2017, p.195).

Por conta do pouco acesso aos arquivos de Moscou, como já foi dito, fica realmente difícil saber detalhes da atuação da KGB no Brasil. Quando Olavo de Carvalho fala de KGB, está falando de StB, pois para ele, seriam a mesma coisa[42]. Mauro Kraenski vai afirmar que, numa guerra, existem sempre dois lados, e por isso era estranho que houvesse muita bibliografia sobre a CIA, mas não houvesse nada sobre "o outro lado" (BRASIL PARALELO, 2019a)[43]. E então ele atribui esse fato estranho não a uma falta de base documental, que ele assume no seu livro, mas a uma espécie de complô, arquitetado pela própria StB, no que talvez seja o ponto mais importante do texto, do ponto de vista do seu objetivo de desmentir a historiografia consagrada.

Trata-se do que aconteceu em fevereiro de 1964, quando os agentes de desinformação do serviço tchecoslovaco puseram em prática um plano ousado. Elaboraram um documento falso, que foi entregue a vários jornais, cujo conteúdo demonstrava a intenção dos EUA de interferir de forma mais direta no Brasil. Após o golpe, em abril, o falso documento ganhou maior credibilidade. O engodo só foi desmentido a partir da década de 1980, através de Ladislav Bittman, ex-agente da StB, que desertou para os EUA, onde contou tudo em livro e numa comissão do Congresso. Documentos apresentados em *1964 – O Elo Perdido* confirmam a versão de Bittman, e os autores do livro os utilizam para demonstrar que a tese de que os estadunidenses estavam por trás da derrubada de Goulart era falsa.

> A narrativa - predominante não apenas no Brasil - que difama os EUA em

[42] "Como se verá no presente livro, a KGB, nos países do Terceiro Mundo, não atuava diretamente, mas através dos serviços secretos dos países satélites; no Brasil, a StB, serviço de inteligência da Tchecoslováquia" (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.268).
[43] Fala de Mauro Kraenski a partir de 25:24.

> relação ao golpe de 1964 também tem as suas raízes nas atividades do serviço de inteligência tchecoslovaco, em operações de desinformação cujo objetivo era tirar a credibilidade dos EUA e da política de Washington. Para isso foram aplicadas técnicas que consistiam na falsificação de documentos e outras ações. A StB ocupava-se disso não só na América Latina, mas em todo o mundo.
> No fim das contas, a luta contra Washington foi, também em solo brasileiro, a tarefa mais importante do serviço de inteligência tchecoslovaco, e não é de se estranhar que essa luta se valesse de métodos desprezíveis e desonestos, já que a StB era ferramenta de um regime comunista. Infelizmente, as consequências desses métodos operam até hoje, 30 anos após o antigo agente tcheco revelar a verdade e quase 10 anos depois da abertura do arquivo da StB em Praga (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.128-129).

Há um equívoco grande aqui. Muito embora as fontes atestem a falsificação antiamericana nesse caso específico, fruto do trabalho de desinformação do órgão de Praga, similar a qualquer outro de qualquer organização do gênero, como a própria CIA (SEVERO, 2015) (WOODWARD, 1987), a tal "narrativa predominante e difamatória", que atribui aos EUA um papel ativo na articulação do golpe de 1964 é reconhecida a partir de outras fontes, inclusive, como já dissemos, documentos oficiais da CIA, similares aos da StB. Inclusive, documentos desclassificados bem antes, de fácil tradução e acesso do público. A confusão nesse quesito se dá por que os autores caem sob aquilo que, segundo Rüsen, é o "encanto da metáfora das fontes" (RÜSEN, 2007, 104-105), onde eles simplesmente extraem dos documentos, quase que literalmente, a narrativa. Não há um processo mais criterioso de crítica das fontes. Ansiosos por revisar a história, eles ignoram todo o resto como fruto da manipulação. Forma-se então, como no livro *Entre Mitos e Verdades – A História do Regime Militar*, aquilo que foi apontado por Bonsanto Dias (DIAS, 2021): cria-se uma narrativa que é historiográfica, visto que usa vários elementos considerados canônicos na área, inclusive a fonte mais tradicional de todas, o documento de arquivo, se legitimando a partir de procedimentos que, paradoxalmente, buscam combater.

No fim, mostra-se bastante conveniente a relação deste livro com o Brasil Paralelo. Os dois possuem o mesmo viés ideológico, dizem um para o outro aquilo que querem ouvir. Por isso o tom triunfalista de Olavo de Carvalho. Por isso as resenhas grandiloquentes no YouTube, como por exemplo *A Verdade*[44] *Sobre a Ditadura Brasileira* (MOURA, 2017). O livro se apresenta, assim, como "a verdade" que desmontaria as mentiras da esquerda, e dos historiadores nas universidades aparelhadas por ela. O próprio título já denota isso: em vez de se mostrar como mais

[44] Mais uma vez, o termo "verdade".

um elemento para um estudo do período, que dialoga com seriedade e respeito com outras fontes, muitas delas de origem similar, ele se apresenta como “O ELO PERDIDO” de uma corrente linear. O elemento que faltava na narrativa, e que releva, automaticamente, todas aquelas que lhe são contraditórias. Com esse tom, serve, de forma providencial, ao empreendimento revisionista.

2.3 O Brasil Paralelo entre armas e “orvils”: o nova-velha tese do “marxismo cultural” (ou “gramscismo”)

Não dá para se falar do Brasil Paralelo, ou da tradição revisionista brasileira em geral, sem mencionar a teoria conspiratória chamada “marxismo cultural”. Tão comum nos meios midiáticos da direita, essa teoria, originalmente associada ao discurso nazista[45] (FELDMAN; GRIFFIN, 2003), defende que, em contraposição ao marxismo leninista, típico da URSS, que promove o socialismo por meio da tomada do poder e da construção de um Estado forte, interventor e burocratizado, o marxismo ocidental, inspirado em dois outros teóricos, o italiano Antonio Gramsci e o húngaro Georg Lúkacs, optaram pela via da cultura. A partir das palavras de William Lind (LIND, 2005), um dos mais importantes defensores da teoria, pode-se resumir da seguinte forma o conteúdo da conspiração: o marxismo cultural, ramo do marxismo ocidental, também conhecido como “multiculturalismo” ou “politicamente correto”, abriu mão das pretensões de revolução violenta do leninismo, ao ver que isso iria fracassar no Ocidente por conta da cultura ocidental e da religião cristã, já que ambas faziam parte, fortemente, da mentalidade dos trabalhadores do Ocidente, sendo praticamente impossível revertê-las de uma hora para outra. Lúkacs, então, iria inspirar o surgimento da Escola de Frankfurt, em 1923, que por sua vez iria fazer a transição do marxismo econômico para o cultural. Um dos proponentes dessa escola, Herbert Marcuse, se radicou nos EUA, e a partir de lá buscou solapar a cultura ocidental com sua ideologia, que se basearia na tomada de poder por uma coalizão de negros, estudantes, feministas e homossexuais, a nova vanguarda do socialismo:

> Ele pegou as obras altamente abstratas de outros membros da Escola de Frankfurt e as reembalou de forma que os estudantes universitários pudessem ler e entender. Em seu livro "Eros and Civilization", ele argumentou que, ao libertar o sexo de quaisquer restrições, poderíamos elevar o princípio

[45] Originariamente chamada de “bolchevismo cultural”.

> do prazer sobre o princípio da realidade e criar uma sociedade sem trabalho, apenas diversão (Marcuse cunhou a frase: "Faça amor, não guerra"). Marcuse também defendeu o que chamou de “tolerância libertadora”, que ele definiu como tolerância para todas as ideias vindas da esquerda e intolerância para quaisquer ideias vindas da direita. Na década de 1960, Marcuse se tornou o principal "guru" da Nova Esquerda, e injetou o marxismo cultural da Escola de Frankfurt na geração do *baby boom*, a ponto de agora esta ser a ideologia do estado da América[46] (LIND, 2005).

Essa teoria da conspiração foi tão efetivada na mentalidade da direita bolsonarista, que pelo menos dois ministros do governo Bolsonaro a citaram diretamente: Abraham Weintraub (BORGES; CANÔNICO, 2019) e Ernesto Araújo (MARIN, 2019).

Embora não citando diretamente o termo, mas professando todo seu conteúdo, existe um elemento importante para a análise do discurso revisionista sobre a Ditadura Civil-Militar, antecipando toda a narrativa que o Brasil Paralelo vai empreender em seu documentário sobre o assunto: o *Orvil*[47] (ORVIL, s/d). Escrito num estilo descritivo e técnico, este livro de mais de 900 páginas traz a versão dos militares sobre uma série de eventos da história republicana brasileira, inclusive, claro, a Ditadura, a partir de documentos reservados dos próprios órgãos de repressão. Está disponível para *download* no site “A Verdade Sufocada”, mantido pela viúva do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, “primeiro oficial condenado na Justiça brasileira em uma ação declaratória por sequestro e tortura durante o regime militar” (CHRISTOFOLETTI, 2008), celebrado pelo então deputado Jair Bolsonaro no seu voto pela destituição de Dilma Rousseff em abril de 2016. O site mantém textos de apoio ao governo Bolsonaro, de críticas à esquerda e, obviamente, de apologia à Ditadura. Vale lembrar que foi esse site quem primeiro recebeu os relatos da pesquisa de Mauro Kraenski nos arquivos da StB. Um exemplar da edição impressa (NASCIMENTO; MACIEL, 2012) foi dado de presente por Bolsonaro a Olavo de Carvalho, que depois de agradecer, afirmou que já tinha lido alguns trechos (MÍDIA SEM MÁSCARA, 2012). Pode-se dizer que o discurso desse livro moldou a mente de Bolsonaro (ROCHA,

[46] Tradução livre de “He took the highly abstract works of other Frankfurt School members and repackaged them in ways college students could read and understand. In his book “Eros and Civilization,” he argued that by freeing sex from any restraints, we could elevate the pleasure principle over the reality principle and create a society with no work, only play (Marcuse coined the phrase, “Make love, not war”). Marcuse also argued for what he called “liberating tolerance,” which he defined as tolerance for all ideas coming from the Left and intolerance for any ideas coming from the Right. In the 1960s, Marcuse became the chief “guru” of the New Left, and he injected the cultural Marxism of the Frankfurt School into the baby boom generation, to the point where it is now America’s state ideology”.

[47] O termo “orvil” é simplesmente a palavra “livro” ao contrário.

2021) e, consequentemente, dos grupos bolsonaristas, como o Brasil Paralelo. A narrativa deste último é, praticamente, um arremedo do dele.

A redação do livro começou no governo Sarney, período de transição do poder militar para o civil, ainda na década de 80. O original datilografado, e carimbado com "RESERVADO" (fotocopiado com essas características na versão digital), possuía originalmente dois volumes, com mais de 1.200 páginas, que foram ligeiramente condensadas em pouco mais de 900 na versão final. Interessante que sua publicação na época foi vetada pelo Alto Comando, "que teria decidido abortar a publicação por temer que o livro renovasse velhas polêmicas" (TORRES; MAGALHÃES, 2000), o que é de estranhar pelo fato de que o trabalho foi feito por encomenda do então Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, a oficiais que tiveram acesso irrestrito a documentações do Centro de Informações do Exército (CIE). Outro dado que chama a atenção é que os documentos dos órgãos militares foram sempre tidos por destruídos, inclusive sendo essa a justificativa para a sua não apresentação à Comissão Nacional da Verdade[48] (CNV), instituída exatamente em 2012 (mesmo ano da publicação da versão impressa do *Orvil*) para apurar os abusos cometidos por agentes estatais no regime ditatorial. Um dos autores, inclusive, general Lício Maciel, negou-se a depor numa das sessões da Comissão, argumentando que não colaborava com o inimigo (BORGES, 2014). É a retórica da guerra, que iria explodir nos anos seguintes. Causou revolta aos remanescentes saudosistas da Ditadura, chamados por Ernesto Geisel de "vivandeiras" (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p.62), o fato de essa Comissão ter sido instituída exatamente no governo de Dilma Rousseff, que participou de grupos armados contra a Ditadura, tendo sido presa e torturada. A CNV foi entendida como uma tentativa de revanche, como bem colocou o próprio Jair Bolsonaro, em 2014:

> Primeiro, senhor Presidente, eu queria aqui torturar muitos dessa Comissão. Que o instrumento da tortura (...) é a verdade. Realmente, tem alguns, e nessa Comissão, muitos, que acreditam na própria mentira. Eu não sei que doença é essa, mas o antídoto para esses caras de pau seria óleo de peroba. (...) Presidente, essa comissão não quer a verdade. Essa Comissão quer a calúnia, quer a mentira. Até porque a sua composição aqui no projeto do Executivo são sete indicados (...) pela Presidente da República. (...) Não querem apurar roubos da Presidente recém-eleita. Qual o problema? Roubos,

[48] Aqui temos mais uma vez o uso do termo problemático. É utilizado genericamente para se referir a comissões que averiguam abusos aos direitos humanos por agentes estatais em contextos de exceção, como as ditaduras militares latino-americanas (Brasil, Argentina, Peru), ditaduras comunistas (Alemanha Oriental), contextos de guerra civil (Congo, Iugoslávia) ou regimes de segregação (África do Sul).

> para financiar a luta armada. (...) Se esse Congresso tiver o mínimo de isenção. Se essa Comissão tiver pudor, ou seja lá o que for, vamos acrescentar aqui integrantes dos clubes militares na composição. Ou estão com medo do debate? (BOLSONARO, 2014).

Em se tratando de revanche, ela parece se encontrar no outro lado. O *Orvil* é uma resposta[49] ao livro *Brasil: Nunca Mais* (ARNS, 1985), que condensa em pouco mais de 300 páginas um relatório de quase um milhão, organizado pelo então Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, em parceria com o Conselho Mundial de Igrejas, o pastor presbiteriano Jaime Wright e o rabino Henry Sobel, contendo inúmeras denúncias de tortura de presos políticos durante a Ditadura. Essas denúncias foram feitas à própria Justiça Militar, o que significa que o acesso foi feito diretamente aos arquivos oficiais. O próprio tom de resposta ao livro organizado por Dom Arns aparece claramente em outros meios, como o livro *Brasil: Sempre* (GIORDANI, 1986), organizado por um ex-integrante do sistema repressivo, e pela organização "Terrorismo Nunca Mais" (Ternuma[50]), formada por militares saudosos da Ditadura.

A narrativa do *Orvil* consiste em expor o que seriam as quatro tentativas de tomada do poder pelos comunistas, em diferentes momentos da história do Brasil, e de diferentes modos. Antes de explicitá-las, aparece um pequeno preâmbulo sobre a "fonte da violência", ou seja, a própria ideologia comunista, no qual vai ser dito, num primeiro momento, que a violência é o instrumento *par excellence* de tomada de poder pelos adeptos dessa ideologia. Tendo como base afirmativas de Marx, Engels e Lenin, a obra afirma que "a violência tem sido o caminho apontado pelos ideólogos comunistas. (...) Em nenhum pais do mundo os comunistas lograram alcançar o poder por outra via" (ORVIL, s/d, p.3). No entanto, mais adiante vai dizer que existe uma "via pacífica", que consiste num trabalho de massas, que será colocado com ênfase apenas na chamada quarta tentativa.

Aquela que é considerada a primeira tentativa abarca os anos entre 1922 e 1954, apresentando a formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro), a "intentona" de 35, a perda do registro legal do "Partidão" em 1947, fechando com uma lista de

---

[49] Rocha (2021) chama a atenção para um trecho do *Orvil* que sugere um ar de refutação à obra organizada por Dom Arns: no fim do quarto tópico da Introdução, já intitulado "Violência: nunca mais", pode-se ler: "Como gostaríamos de poder crer que esses atos cruéis de assassinatos premeditados, assaltos à mão armada, atentados e sequestros com fins políticos e qualquer tipo de violência à pessoa humana não viessem a ocorrer no **Brasil, nunca mais**! (ORVIL, s/d, p.XXIX) – grifos meus.

[50] Esta organização possui um site (www.ternuma.com.br), muito similar ao já citado "A Verdade Sufocada".

“crimes do PCB”, como a execução de Elza Fernandes, em 1936.

A segunda tentativa abarca os anos entre 1955 e 1964, apresentando as divergências dentro do movimento comunista, principalmente após o XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), no qual foram denunciados os crimes de Stalin. Isso levou a uma cisão no movimento, e ao surgimento de várias agremiações dissidentes, como o PC do B (Partido Comunista do Brasil), a AP (Ação Popular) e a POLOP (Política Operária), que segundo o *Orvil*, tentaram tomar o poder a partir da violência no campo (Ligas Camponesas), da anarquia militar (revoltas de sargentos e marinheiros), e da aproximação com João Goulart, para a instauração de uma “república sindical e popular” (ORVIL, s/d, p.118), que foi evitada exatamente pela “Revolução Democrática de 1964”.

A terceira tentativa abarca os anos entre 1964 e 1973, e consiste na luta armada das guerrilhas contra os militares. Esta parte é a mais longa do livro, abrangendo mais de 700 páginas. Começa com uma apologia da “Revolução” de 64, entendida como o resultado

> de uma excepcional reação da sociedade brasileira à corrupção, à subversão, à estagnação econômica, à espiral inflacionária e à insegurança política e social, e **cristalizou-se na manutenção do regime democrático. (...) o movimento democrático de 1964** foi uma simples contra-revolução, que quebrou a trajetória da tornada do poder pelos comunistas (ORVIL, s/d, p.117) – grifos meus.

Aqui já se vislumbra a ideia de que havia uma hegemonia da esquerda nas Universidades:

> Na área educacional, porém, as dificuldades foram maiores. Submetidos, havia anos, **à intensa propaganda marxista**, os estudantes radicais, já apoiados pelo nascente "clero progressista", tornaram-se o único pólo de oposição consistente, após a Revolução. **Doutrinados** pelo PCB, PC do B, PORT, AP e POLOP, já possuíam uma visão de esquerda e os mais politizados estavam a favor da luta armada (ORVIL, s/d, p.126) – grifos meus.

O texto segue justificando as medidas mais extremas, como os Atos Institucionais e o fechamento de agremiações. A lógica é a da defesa da segurança nacional, cuja nova lei “asseguraria ao Governo Costa e Silva o instrumental necessário para a volta à normalidade democrática, com a continuidade da obra revolucionária” (ORVIL, s/d, p.162). Essa nova lei trazia em seu bojo uma nova Doutrina de Segurança Nacional, que concatenada com os ditames da Guerra Fria,

não mais significava a defesa contra inimigos externos, mas contra as “forças internas de agitação” (COIMBRA, 2000, p.10).

> O regime passou a se preocupar com uma maior integração entre os organismos repressivos já existentes. Esta deveria ser efetivada sob a hegemonia do Exército, não somente por ser a Arma de maior contingente, mas também porque a Doutrina de Segurança Nacional conferia-lhe papel especial na nova concepção de guerra, contra um “inimigo interno", e envolvendo especialmente forças terrestres (COIMBRA, 2000, p.12).

Após isso, passa a uma descrição detalhada da formação, programa, pessoas e ações dos grupos guerrilheiros, dando ênfase àqueles mais violentos, no sentido de mostrar os comunistas, os INIMIGOS INTERNOS, de forma pejorativa e, assim, justificar as medidas extremas. No entanto, entre essas medidas, fala-se pouco em tortura. Em se tratando dessa temática, o livro cita e rechaça as várias denúncias feitas dentro e fora do Brasil na época, argumentando que logo no início foi feita uma apuração pelos próprios militares, e que nada foi descoberto de concreto. Esse assunto só merece mais atenção quando se fala das supostas torturas que teriam sido praticadas pelos guerrilheiros (p.490). No mais, vai dizer que esse assunto é só mais uma tática comunista:

> Boa parte das denúncias de tortura no Brasil foi feita com essas motivações: atender a vaidades ou, como propaganda adversa, buscando denegrir, aos olhos da população brasileira e do mundo, os órgãos de segurança do País, visando à sua desmoralização e intimidação. Isto é, como instrumento de guerra psicológica (ORVIL, s/d, p.434).

Essa terceira tentativa de tomada de poder pelos comunistas brasileiros se mostrou “a mais duradoura, a mais sangrenta, mas nem por isso a mais perigosa” (ORVIL, s/d, p.805). O maior perigo ficaria por conta da quarta tentativa:

> Após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando de estratégia — a prioridade agora seria dada ao trabalho de massa (ORVIL, s/d, p.839).

Esse “trabalho de massa” consistiria no abandono dos meios violentos de tomada de poder, e em fazer o trabalho de infiltração nos órgãos de hegemonia (Estado, imprensa, universidades), a fim de propagar sub-repticiamente o ideal comunista, e minar “a crença nos valores da sociedade ocidental (...); enfraquecer as

salvaguardas e os instrumentos jurídicos de defesa do Estado, controlar a estrutura administrativa e influir nas decisões governamentais" (ORVIL, s/d, p.5). Doutrina-se e mobiliza-se a massa, para que, no momento certo, a estrutura de poder seja tomada pacificamente. Na retórica do Brasil Paralelo, assim como do bolsonarismo e do olavismo em geral (CARVALHO, 1997), isso vira Gramscismo, um termo que, embora não utilizado no *Orvil*, encaixa-se perfeitamente no seu discurso:

> Brasil vai virar o país mais gramscista do mundo. Itália e França que são dois países onde o Gramscismo pegou nunca chegaram no nível do gramscismo brasileiro. Qual é a grande questão do Gramscismo que ninguém entende disso no Brasil? A melhor forma de você ser um gramscista ortodoxo é nunca tendo (sic) ouvido falar em Gramsci. Ele quer hegemonia, ele não quer revolução, ele não quer coturno. Ele não quer uniforme, ele quer uma cultura onde você sempre vai repetir os mesmos termos. Por que hoje toda esquerda fala sempre os mesmos termos – machismo, racismo, homofobia? Isso é Gramscismo (BRASIL PARALELO, 2019a)[51].

Referindo-se às ideias do comunista italiano Antonio Gramsci, Olavo de Carvalho vai dizer, e Morgenstern vai simplesmente repetir, que houve uma mudança de estratégia dos comunistas, da violência para o trabalho de massas. É praticamente um arremedo do *Orvil*:

> Derrubada a ditadura, a esquerda não abdicou do controle que exercia sobre os meios culturais, mas, ao contrário, expandiu seus domínios, conquistando ministérios, órgãos oficiais de proteção à cultura, a direção de jornais e TVs, etc., e passando a determinar hegemonicamente os valores, a seleção dos prestígios e até o sentido das palavras. Daí que a acepção gramsciana de intelectual se tornasse de uso comum, e, esquecidas as razões de oportunidade passageira que tinham levado à sua adoção, adquirisse o *status* de pressuposto óbvio, inquestionável e perene (CARVALHO, 1997, p.258-259).

Apesar dessa quarta tentativa teoricamente se iniciar em 1974, ou seja, como já foi dito, a partir do desmantelamento dos grupos armados, resquícios dela teriam se iniciado bem antes. A narrativa é de que o movimento de maio de 1968 na França, irmanado à contracultura, teria já aberto o caminho para a subversão dos valores e dado o mote para a conquista de mentes, principalmente dos mais jovens, antes da conquista do poder político. São novamente falas semelhantes, tanto do *Orvil* quanto do Brasil Paralelo:

> A conjuntura internacional mexia com as cabeças da juventude brasileira. No

[51] Fala de Flávio Morgenstern, a partir de 01:38:02

> Vietnam, a ofensiva comunista do "Tet" (início do ano novo lunar dos vietnamitas) alcançava sucesso contra o "poderoso" exército norte-americano. Nos Estados Unidos, os negros realizavam manifestações contra 'a participação no Vietnam. (...) A Revolução Cultural Chinesa espalhava os "livrinhos vermelhos" de Mao Tsetung. **Nas barricadas de Paris, fortaleciam-se as ideias de Marcuse e surgiam novos heróis, como Daniel Cohn Bendit.** O Movimento Estudantil atuava intensamente no Uruguai e no México. As guerrilhas de concepção cubana ocupavam as matas da Bolívia, da Venezuela e da Guatemala. E, fundamentalmente, florescia a figura de Guevara, o "novo herói" americano (ORVIL, s/d, p.222) – grifos meus.

> Na década de 60, a sociedade ocidental passava por uma transformação profunda. Crenças, valores e tradições que se acumularam durante os séculos passaram a ser contestadas (sic). O movimento *hippie* dos Estados Unidos e **os acontecimentos de maio de 68 na França são reflexos dessa revolução cultural, que ocorria no ocidente, quando jovens e estudantes protestavam e entravam em confronto com a polícia, exigindo mudanças sociais**. Usando a máscara de demandas sociais genuínas como a liberalização sexual, movimento por paz mundial, aborto e a quebra da noção tradicional de família, jovens eram usados como massa de manobra de uma trama que não conseguiam ver. (BRASIL PARALELO, 2019a)[52] – grifos meus.

A narrativa, portanto, é de que a juventude, tratada quase como uma entidade homogênea e monolítica, é massa de manobra da ideologia comunista no objetivo de destruição do Ocidente. No entanto, deve-se levar em conta que a juventude não é um todo coeso. Diferenças culturais, nacionais, religiosas, sociais, educacionais, estão presentes na juventude, assim como em todo o corpo social. De acordo com elas, vão se efetivando diferentes ideologias influenciadoras e, consequentemente, diferentes subculturas juvenis (FREIRE FILHO, 2005). O próprio governo militar também vai se preocupar em utilizar a propaganda, e vai obter relativo sucesso, como o próprio documentário do Brasil Paralelo afirma:

> O governo militar tinha aceitação quase total. Se vocês pesquisarem os vídeos que passavam na TV, que é o grande instrumento de difusão, os vídeos todos, falando a música “Pra Frente Brasil”. Cara, a Copa de 1970 foi vencida com Médici no poder e toda essa propaganda unia o governo com as vitórias. Vitórias esportivas, Fittipaldi na fórmula 1 (BRASIL PARALELO, 2019a).[53]

Contrariando o que é dito por Thomas Giulliano (BRASIL PARALELO, 2019a)[54], não eram só Chico Buarque ou os Tropicalistas que faziam a cabeça da juventude,

[52] Fala a partir de 01:35:30.
[53] Fala de Rafael Nogueira, a partir de 01:34:15.
[54] “Chico Buarque, Gilberto Gil, eles conseguiram dialogar muito melhor com o jovem”. Fala de Thomas Giulliano, a partir de 01:34:41.

levando-a necessariamente à rebeldia antiautoritária. O sucesso da chamada “Jovem Guarda”, que em lugar da contestação política, reproduzia a ideologia do consumismo (OLIVEIRA, 2011), ilustra bem isso.

Mas tudo isso faz sentido quando o raciocínio se volta à noção de “marxismo cultural”. Vale lembrar que o suposto público de Marcuse eram os jovens universitários (LIND, 2005). Daí a importância de se demonizar a Universidade (BRASIL PARALELO, 2020a), e de buscar ocupar espaço político em meio à educação, por meio do “Escola Sem Partido”, um projeto de lei que, afirmando defender a neutralidade e o direito dos pais a não verem seus filhos sendo doutrinados ideologicamente por professores militantes, termina por

> negar à história a sua possibilidade de ser perfurada pelas vozes do público e à escola a condição de espaço vivo para a realização do debate público contemporâneo; ao mesmo tempo, tenta vetar a condição intelectual do professor como agente produtor de interpretações e intervenções neste debate (SILVA, 2016, p.27).

Ou seja, esse projeto é somente mais um elemento da guerra cultural. Demoniza-se os professores, principalmente da área de Ciências Humanas, e trata o que eles dizem como mentira, ou doutrinação, negando qualquer possibilidade de discussão e debate. Grupos como o Brasil Paralelo surgem, então, como aqueles que vão fazer ressurgir a VERDADE, esquecida e sufocada por esses professores, e junto com ela, devolver a história que foi negada aos brasileiros, assim como resgatar seu orgulho pátrio (BRASIL PARALELO, 2018c).

A produtora constrói, assim, seu pastiche, manipulando as fontes a serviço do seu discurso. Torna-se, dessa forma, o mais novo elemento da tradição revisionista brasileira, filha da linguagem “orviliana”, com apenas alguns retoques pontuais que não desfazem a base original. Enfim, arremeda uma narrativa velha e ultrapassada, já refutada pela historiografia, enquanto promove alguns rearranjos, a fim impô-la como “verdade” ao público que a segue. Este, ao ouvir que essa verdade é desconhecida por ter sido tolhida por interesses escusos de grupos ligados à esquerda, se convence da narrativa e toma parte na sua reprodução, fazendo com que o discurso revisionista transponha seus nichos tradicionais e encontre respaldo num maior número de pessoas, que se tornam, ao mesmo tempo, consumidores (fonte de lucro) e defensores de uma causa.

3. “SALVAR O BRASIL”: JUSTIFICAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DA DITADURA PELO BRASIL PARALELO

3.1 Goebbels são os outros: visão geral do documentário *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros*

O termo “revisionismo”, segundo Demian Melo, aparece pela primeira vez em meio às intervenções de Eduard Bernstein na social-democracia alemã e na Internacional Socialista, na passagem entre os séculos XIX e XX, ganhando força entre o movimento comunista, nos anos posteriores. Surge, então, atrelado a uma semântica meramente político-ideológica: revisionista seria todo aquele que deturpa (trai) a visão original de Marx, gerando divisões no movimento socialista, enfraquecendo-o (MELO, 2013).

O conceito só será apropriado pelos historiadores a partir de meados do século XX. Demian Melo (MELO, 2013) vai apontar então dois vieses: um de genuína renovação de abordagem, obedecendo à dinâmica da História; outro com menos rigor acadêmico e mais interesses em criar narrativas que sirvam às disputas ideológicas.

> Na historiografia ocidental sobre a Revolução Russa de 1917, por exemplo, o termo “revisionismo” refere-se a um conjunto de trabalhos que a partir da segunda metade dos anos 1960 se opôs à interpretação ortodoxa/anticomunista dos *coldwarriors* estadunidenses, e se caracterizou pela introdução da história social. Entretanto, em outros contextos hermenêuticos recentes, o termo apareceu com teor *negativo*, como forma de *crítica* a certas abordagens, principalmente em razão de suas tendências *apologéticas* (e/ou reacionárias), como acontecem nos debates sobre a Revolução Francesa e o Nazifascismo, respectivamente ligados às proposições dos historiadores François Furet (1927-1997) e Ernst Nolte (1923-) (MELO, 2013, p.50).

Esse “teor negativo” pode ser visto na análise de Hobsbawn (1996) acerca dos autores que estavam revisando a Revolução Francesa. Segundo ele, revisionistas como Furet estavam, simplesmente, “ajustando de forma diferente os fatos conhecidos. (...) o argumento não tem sido feito com base em fatos, mas em interpretações” (HOBSBAWN, 1996, p.106-107). Isso gerava uma nova literatura “distorcida” por parte daqueles que não gostam da Revolução Francesa, permitida por conta de uma “combinação de ideologia, moda e poder publicitário da mídia moderna” (HOBSBAWN, 1996, p.9).

O interesse por trás dessas distorções dos revisionistas como Furet, era criar uma narrativa que se concatenasse com o pensamento neoliberal (MELO, 2013). É o que mais tarde Habermas, contrapondo-se a um artigo de Ernst Nolte (NOLTE, 1989), vai chamar de “tendências apologéticas” do novo revisionismo, analisando dessa vez um outro contexto: a busca pela legitimação do Estado alemão-ocidental, atenuando as atrocidades do Nazismo.

> Uma República Federal da Alemanha firmemente consolidada na comunidade de valores do Atlântico deve recuperar a autoconfiança nacional mediante a identificação com um passado apto ao consenso (...). Essa investida de identificação na história nacional requer, na verdade, (...) **remover da memória setores da história mais recente ocupados negativamente**, impeditivos à identificação (...). Precisa-se, por isso, dos serviços dos historiadores. Estes têm um lugar seguro no planejamento ideológico. **Devem tratar a consciência histórica como massa de manobra para servir, com passados adequados e positivos**, à necessidade de legitimação *(Legitimationsbedarf)* do sistema político (HABERMAS, 1989, p.17-18) – grifos nossos.

Seguindo essa mesma linha, Luciana Soutelo vai dizer que essa literatura revisionista, atrelada a um interesse político-ideológico, seja ele liberal ou de legitimação nacional, acaba por se impor como leitura dominante, uma espécie de História Oficial. “Neste sentido, o uso do conceito de *revisionismo histórico* é importante para *desnaturalizar* e promover a crítica destas interpretações tão em voga na atualidade” (SOUTELO, 2009, p.103).

O ponto extremo dessa questão se apresenta com a negação pura e simples do Holocausto, ideia combatida frontal e contundentemente por Pierre Vidal-Nacquet. Ele vai dizer que, nessa questão, o revisionismo não pode ser levado em consideração, nem a sério. A ideia de que seria necessário opor uma escola “exterminacionista” a uma escola “revisionista” é uma ideia absurda. Vidal-Naquet vai dizer a esse respeito: “O revisionismo mostra-se como um empreendimento de desrealização do discurso, e sua literatura é um pastiche, um pastiche da História” (VIDAL-NACQUET, 1988, p.177-178).

A partir daí são desenvolvidos inúmeros trabalhos que buscam “revisar” outros temas importantes da História Contemporânea, como a Revolução Russa, as ditaduras ibéricas (franquismo e salazarismo), e no caso específico brasileiro, a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Em suma, essa conotação negativa de revisionismo – “novo revisionismo” (HABERMAS, 1989, p.25) possui, entre outras, as seguintes características: 1) é apologética (HABERMAS, 1989), ou seja, busca defender uma causa, e faz isso negando, atenuando os efeitos, ou justificando os erros ocorridos em um dado contexto histórico, dividindo, ou mesmo transplantando a culpa, para outros, atuando de forma a validar uma memória e/ou uma narrativa de um grupo específico; 2) busca hegemonia, ou seja, ao mesmo tempo em que afirma-se como alternativa a uma pretensa “história oficial”, busca, na verdade, se impor como visão normativa da História, a “verdadeira história” (SOUTELO, 2009); 3) é conservadora, buscando deslegitimar qualquer tipo de pensamento, visão ou postura que se identifique com a esquerda política (MELO, 2013); e 4) manipula as fontes históricas de forma arbitrária, ignorando deliberadamente algumas, ou dando luz a outras de autenticidade duvidosa, não trazendo novidades relevantes para a discussão, em termos científicos. (VIDAL-NACQUET, 1988).

Tomando como exemplo a narrativa revisionista em torno da Ditadura Civil-Militar brasileira, vemos que boa parte desses elementos se encaixam.

> Se o revisionismo histórico tem incursionado em diversos temas da historiografia brasileira, é, sobretudo, quanto ao golpe de 1964, e à ditadura que lhe seguiu, que a revisão política e ideologicamente motivada, em função da necessidade de se ajustar às memórias coletivas e, às vezes, às memórias individuais, fincou raízes e vicejou nas últimas décadas (SENA JÚNIOR, 2017, p.62-63).

No entanto, esses discursos “caracterizados por uma retórica marcada por distorções e idealismos” (BAUER, 2020, p.199), mais do que propriamente revisar a Ditadura, ou mesmo negá-la, procuram justificar e buscar legitimações para suas práticas. Segundo Melo (2014), as três teses que sustentariam essa interpretação revisionista seriam: os dois lados, golpistas e golpeados, seriam igualmente responsáveis pelas violências ocorridas; haviam dois golpes em curso, e venceu o dos militares; e a resistência à Ditadura foi um mito. Esses discursos, tidos como “novos”, “na verdade revelaram um notório empobrecimento conceitual e a marca do conservadorismo político na produção acadêmica dos últimos anos” (MELO, 2014, p.158). Conforme veremos a seguir, é o mesmo discurso do Brasil Paralelo.

Em 2019, a produtora lançou o documentário *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros* (BRASIL PARALELO, 2019a). Pouco antes, e a título de prévia do que estava

por vir, lançaram o pequeno livro digital *Entre Mitos e Verdades – A História do Regime Militar* (BRASIL PARALELO, 2018a), sobre o qual já foi falado. A ideia de se fazer um documentário falando exclusivamente sobre o golpe de 1964 e a ditadura subsequente, foi bastante ponderada pelos donos da produtora, por entenderem que era um assunto espinhoso e polêmico, que só foi levado à frente por conta da insistência de um dos funcionários, Henrique Zingano:

> O público pediu muito e o próprio Zingano, quando a gente falou (...): "Esse tema aí é complicado de tratar, documentação, tem que ir para fora do Brasil, etc., muito espinhoso nesse sentido". Ele falou: "Tá, mas eu posso ir trabalhando paralelo, e fazer um projeto aqui para apresentar para vocês?" A gente disse que sim. Quando ele apresentou, parecia ter bastante coisa legal de investigar, e a gente comprou na confiança e deu certo (THE NOITE, 2019[55]).

Apesar do receio, a produtora conseguiu explorar bem o "assunto polêmico". Logo nos primeiros minutos do documentário, recortes de notícias tratando do filme aparecem na tela, e são ouvidas vozes apresentadas como de jovens universitários denunciando uma suposta censura promovida por professores de esquerda contra a exibição da película, e a complementar retaliação aos docentes de direita. Tudo muito genérico, na base do "recebemos informações"[56]. Não aparece nada muito concreto que possa comprovar que a censura realmente aconteceu.

Como já visto, a ideia de "verdade" permeia as produções do Brasil Paralelo. E aqui não é diferente. A palavra aparece inúmeras vezes, no seu sentido absoluto: "A busca pela VERDADE depende do seu engajamento[57]"; "Este é um livro muito importante porque é primeiramente VERDADEIRO: somente a VERDADE interessa[58]"; "Então, se a história deve ser a professora da vida, deve ser baseada na VERDADE[59]". No entanto, vão ocorrer, como veremos mais adiante, muitos erros, factuais, conceituais, temporais e interpretativos. Uma primeira explicação para esses erros é a parca presença de historiadores. Dos 24 entrevistados, apenas quatro são apresentados como historiadores, sendo dois deles estrangeiros, sem nenhum trabalho relativo à História do Brasil. Os dois brasileiros, Rafael Nogueira e Thomas

[55] Fala de Lucas Ferrugem a partir de 02:21.
[56] "A abordagem do projeto já fica clara aí: "recebemos informações"? Como assim? Uma denúncia de 'retaliações' profissionais a professores de direita é algo sério demais para ser resumida a 'recebemos informações'. Mas acusar é fácil quando não se enxerga a necessidade de provar" (VILLAÇA, 2019b).
[57] Fala de Felipe Valerim a partir de 01:45.
[58] Fala de Andrzej Wojtas a partir de 34:34.
[59] Fala de Leskek Pawlikowicz a partir de 02:04:04.

Giulliano tampouco possuem trabalho de pesquisa relevante, seja sobre a Ditadura, seja sobre a história brasileira como um todo. Ou seja, num documentário que se diz de conteúdo histórico, não aparecem os especialistas da área. Isso se deve, talvez, ao desprezo e não reconhecimento que a produtora tem pela produção histórica acadêmica. Desprezo explicado por ser uma narrativa revisionista, que algumas vezes arremeda o próprio *Orvil*[60].

Mas antes de apontar os erros, é bom que se diga que, pelo menos em alguns momentos, o filme apresenta uma contextualização razoável. Por exemplo, não se nega que houve um golpe e uma ditadura, embora alguns continuem a chamar a deposição de Goulart de "revolução", e que haja tentativas de amainar as violências cometidas, buscando justificá-las. Há também a necessária abordagem sobre os crimes cometidos pelos regimes comunistas do Leste Europeu, e a contextualização do golpe de 1964 como inserido no contexto de embate ideológico da Guerra Fria, tendo a Revolução Cubana de 1959 colocada corretamente como pano de fundo da radicalização dos EUA no tratamento de grupos mais à esquerda na América Latina.

Fora os elementos de contextualização básicos, o restante da narrativa é marcado por um forte maniqueísmo. De um lado, os EUA, ou melhor, o "ocidente", apresentados como

> uma democracia liberal baseada na sociedade de mercado e nos **valores cristãos**. A maior indústria, a maior economia do mundo é também o único país a ter armas nucleares. Sendo **a força imprescindível que derrotou os nazistas** (BRASIL PARALELO, 2019a[61]) – grifos meus.

Aqui já se vislumbra o teor apologético da narrativa. Os EUA representam toda essa entidade chamada de "ocidente", são vinculados à religião cristã, e foram heróis ao livrar o mundo dos nazistas, um feito que, mal ou bem, foi obra dos soviéticos.

Do outro lado, a URSS, e os comunistas como um todo, são reduzidos ao papel de assaltantes de bancos, agitadores, assassinos, genocidas, cujo objetivo é conquistar o mundo e implantar o "terror vermelho", uma ditadura totalitária na qual não haja outro Deus que não Lenin[62]. A partir dessas premissas, e por toda a extensão

---

[60] Ao falar do movimento que ficou conhecido como Intentona Comunista, de 1935, o documentário vai chama-lo de "primeira tentativa de tomada do poder" (22:27), as mesmas exatas palavras do *Orvil* (ORVIL, s/d, p.1)

[61] Fala do narrador a partir de 07:10.

[62] Esse retrato desolador do comunismo, ilustrado por imagens em tom vermelho e escuro, é apresentada a partir de 06:17.

do filme, o retrato dado aos comunistas, brasileiros ou estrangeiros, é sempre o de seres desprezíveis, inimigos da liberdade, subservientes à Rússia. William Waack chega a generalizar[63] que todos os países da Europa que se tornaram comunistas o fizeram por imposição dos soviéticos, ignorando a complexidade das disputas políticas e o caso clássico da Iugoslávia, que se libertou da Alemanha nazista e se tornou comunista no pós-guerra sem intervenção soviética.

Um outro exemplo gritante desse maniqueísmo é quando o assunto é tortura. O documentário deixa claro que os regimes comunistas torturavam[64], assim como os guerrilheiros[65]. Mas quando se trata da repressão militar, a tortura é apenas obra de alguns "psicopatas", sádicos perversos infiltrados, não se configurando em política sistemática das forças policiais. Toda a documentação e testemunhos que descrevem a tortura sistematizada nos porões é ficção, narrativa inventada pelo movimento estudantil e depois pelos professores comunistas. Se houve casos, foram isolados e de responsabilidade individual. Tortura sistemática, só nos governos comunistas.

O que se vê em relação aos militares é o mesmo estereótipo dado aos EUA. Eles são tratados pelo documentário como um órgão acima dos poderes constituídos, responsáveis pela manutenção da ordem e da soberania. Em um momento será chamado, inclusive, de "quarto poder"[66]. Em outros, lhe será abertamente atribuída a função do Poder Moderador, extinto desde a primeira constituição republicana, de 1891: "Os militares, mais uma vez, exerciam a função do extinto Poder Moderador"[67]. As várias intervenções golpistas dos militares ao longo da história republicana são legitimadas pelo discurso de que eram necessárias para garantir a ordem e a democracia. As Forças Armadas ficam assim, com uma responsabilidade acima dos poderes constituídos, uma espécie de guardiã do bem-estar e da paz nacional.

Além da linguagem maniqueísta e estereotipada, ressalta também o tom coloquial, anedótico e burlesco com que são contados certos eventos e atribuídos certos adjetivos. Olavo de Carvalho, por exemplo, vai dizer que o general Olímpio

---

[63] A partir de 09:42

[64] "A qualquer revolta, o protesto contra Moscou era brutalmente reprimido pelo Exército Vermelho. Os presos eram mortos, **torturados**". Fala do narrador a partir de 11:11.

[65] "O terrorismo revolucionário se torna cotidiano: o crime, o medo e o sangue marcam presença na vida dos brasileiros. Assaltos a bancos e estabelecimentos comerciais, explosão de bombas em lugares públicos, fuzilamento e **tortura** de inocentes". "Bandidos e terroristas, hoje reverenciados como heróis nacionais, sequestraram, **torturaram** e assassinaram inocentes em nome de seus ideais". Falas do narrador a partir, respectivamente, de 01:21:29 e 01:22:30. É bom ressaltar que a informação de que guerrilheiros comunistas no Brasil praticavam tortura não possui base factual.

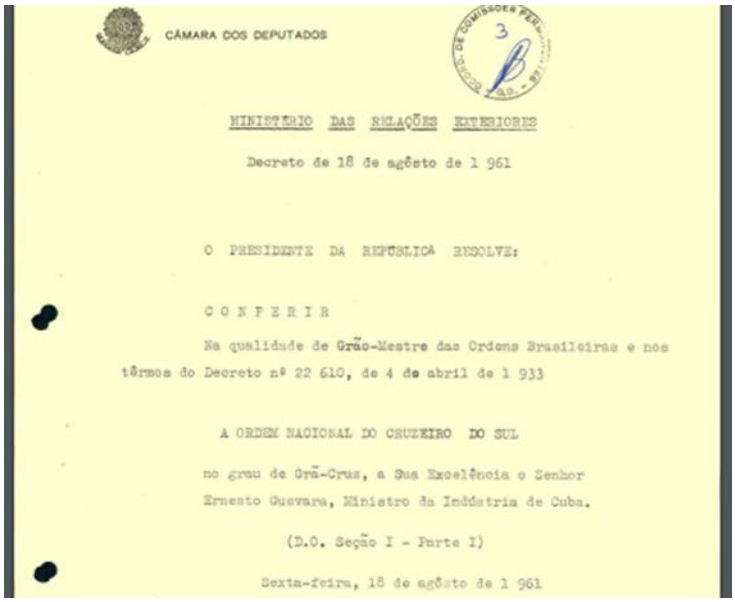
[66] Fala do narrador em 02:04:32.

[67] Fala do narrador a partir de 01:11:26. Thomas Giulliano vai confirmar esse discurso em 01:59:26.

Mourão Filho, que foi efetivamente quem disparou o golpe, era um “doidão”[68]. Da mesma forma, Lucas Berlanza vai dizer que aqueles governantes que se colocavam como independentes em meio à disputa entre a “civilização ocidental”, liderada pelos EUA, e o “totalitarismo comunista soviético”, eram “engraçadinhos”[69]. O episódio da condecoração de Che Guevara por Jânio Quadros é contado da seguinte maneira por Sílvio Grimaldo, apresentado como cientista político:

> Aconteceu o seguinte: eles estavam numa sala, e o Jânio Quadros pegou a medalha numa prateleira e colocou no peito do Che Guevara. E aquilo foi um presente, porque a comanda (sic), ela teria que ser dada pelo Estado Maior, por uma decisão das três armas. Mas o presidente simplesmente passou por cima daquilo e deu a comanda (sic) para o Che Guevara (BRASIL PARALELO, 2019a[70]).

No entanto, de acordo com a documentação oficial, não foi dessa forma que se deu a entrega da COMENDA da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao guerrilheiro argentino. Em primeiro lugar, o presidente é o grão-mestre da ordem e comandante-em-chefe das Forças Armadas, não precisando da autorização destas para condecorar ninguém. Além disso, o ato não foi feito num arroubo, mas foi documentado antes. Jânio condecorou Guevara em 21 de agosto. O documento que se segue é de três dias antes:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Decreto de 18 de agôsto de 1 961

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE:

C O N F E R I R

Na qualidade de Grão-Mestre das Ordens Brasileiras e nos têrmos do Decreto nº 22 610, de 4 de abril de 1 933

A ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL

no grau de Grã-Cruz, a Sua Excelência o Senhor Ernesto Guevara, Ministro da Indústria de Cuba.

(D.O. Seção I - Parte I)

Sexta-feira, 18 de agôsto de 1 961

IMAGEM 2 – Documento do Itamaraty decretando a condecoração de Che Guevara[71]

[68] Em 01:05:36
[69] Falas a partir de 39:15.
[70] Fala a partir de 39:52.
[71] https://bit.ly/35fWb5m.

Quem mais chama atenção nessas narrativas anedóticas, pelo seu jeito teatral, é Rafael Nogueira. Ainda sobre Jânio (que ele não "acha" que é comunista), Nogueira ilustra seu relato ao fazer uma analogia entre sua política externa e uma foto famosa publicada pelo *Jornal do Brasil* quando era presidente:

> Eu não acho o Jânio Quadros comunista. Eu acho que o Jânio Quadros, nessa ideia de ser independente, acabava não tendo uma linha diretiva. **Como eu explico isso**? Tem uma foto no jornal em que ele está com um pé para um lado, um pé para o outro, um olho para um lado e o outro olho para o outro, e o óculos torto. Aí tá escrito: "A orientação de Jânio Quadros", alguma coisa parecida com isso. Então **você entende Jânio Quadros por essa foto**, cara. Tá olhando para tudo que é lado, tá tentando ir pra todos os lados ao mesmo tempo. Vai cair! (BRASIL PARALELO, 2019a[72]) – grifos nossos.

Ou seja, Nogueira "explica" a política de Jânio pela foto. Essa analogia, aliás, nem é nova[73] (QUELER, 2011). A foto, com certeza, foi publicada como uma forma de ilustrar, de forma irônica, o posicionamento dúbio de Quadros. Mas, por si só, não "explica" nada.

O que melhor exemplifica a teatralidade de Nogueira é seu relato sobre a cassação do PCB em 1947, no qual ele se inspira numa série de fontes desencontradas, e distorce o que realmente aconteceu, impostando a voz e se esmerando na interpretação. "É óbvio que Nogueira não se deu ao trabalho de pesquisar o episódio" (ROCHA, 2021, p.287).

A tentativa de se fazer um relato anedótico e teatralizado da história, além de profundamente enviesado, e sem a menor sombra de problematização, possivelmente por conta da ausência de historiadores especialistas no período, vai gerar um problema maior: o anacronismo. O que acontece é que, em meio ao relato que busca alcançar o objetivo de forma rápida, ocorrem erros temporais que induzem quem assiste ao erro, como quando Aristóteles Drummond[74] diz que "a Revolução de 1964 foi feita para deter a nossa caminhada para Havana e **para Caracas**" (BRASIL PARALELO, 2019a – grifos nossos), num exemplo crasso de presentismo. A Venezuela não representava oposição alguma aos interesses dos EUA na década de 60.

---

[72] Fala a partir de 40:25.
[73] A mesma falta de originalidade se dá quando ele afirma que Jânio buscava, com a renúncia, imitar Charles de Gaulle.
[74] Em 01:02:21.

O primeiro desses grandes erros temporais ocorre quando se insere a Guerra Civil Espanhola no contexto da Guerra Fria[75]. Acontece que o conflito espanhol se dá entre 1936 e 1939. Ou seja, antes da Segunda Guerra. Como isso não é esclarecido, o espectador é levado a pensar que está tudo no mesmo contexto. A edição das falas reforça o equívoco. Em um momento[76], o narrador vai dizer que “nas décadas seguintes” (aos anos 60), soviéticos e estadunidenses vão estar envolvidos com partidos opostos, sendo complementados por Andrzej Wojtas, que diz: “Exemplo, a Guerra Civil Espanhola, onde durante três anos quem dava as cartas do lado republicano eram os serviços especiais soviéticos”. A informação está correta. No entanto, os adversários dos republicanos, os nacionalistas, estavam alinhados com Itália e Alemanha fascistas, não com os EUA.

Outro erro de contexto temporal terá como alvo João Goulart, no intuito de demonstrar o caráter golpista de suas pretensões de poder, justificando, assim, o golpe de 64. Trata-se da proposta de aprovar um estado de sítio, em 1963. Sobre isso, assim se coloca Thomas Giulliano:

> João Goulart vai tentado governar por decretos. E essa tentativa de governar por decretos é o que vai ser um momento determinante para que a oposição se manifestasse contrária a ele. E como o Brasil já tinha desde 1889 uma tradição de golpes ou tentativas de golpe, João Goulart era mais um que, de fato, tinha essa intenção. Quer dizer, um clima assustador se cria, porque João Goulart é um presidente fraco, o presidente não consegue solucionar os problemas, então, ele acha que a solução para ele é se juntar com a extrema esquerda, que quer cavalgá-lo, que é exatamente como o Partido Comunista recomendava. Essa era a ideia. Dali poderia sair um novo Estado Novo, um regime populista trabalhista, não propriamente comunista, mas trabalhista, populista, ou um regime comunista, ou uma coisa e depois a outra. Porque eles iam cavalgá-lo e depois iam tomar o lugar dele (BRASIL PARALELO, 2019a[77]).

O texto dá a entender que a proposta de estado de sítio, realmente encampada por Goulart em outubro de 1963, vinha no contexto de uma tentativa de golpe articulado à esquerda, à revelia e de encontro aos interesses dos militares. Mas não foi bem assim. Segundo Bandeira (2010), a proposta partiu dos próprios militares. Surpreendentemente, a causa foi uma entrevista de cunho golpista dada pelo governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, ironicamente uma das lideranças civis do golpe de Estado do ano seguinte. As forças de esquerda, inclusive

[75] Fala do narrador a partir de 13:36.
[76] Mais precisamente em 18:51.
[77] A partir de 53:53.

o PTB, partido do presidente, não apoiaram a medida, e ela não passou no Congresso.

A tese de Bandeira é corroborada por outras fontes. Skidmore (1982) irá dizer:

> No dia 4 de outubro, Jango enviou ao Congresso mensagem solicitando o estado de sítio por 30 dias. Jango foi forçado a pedir a medida por seus ministros militares, (...) ultrajados por uma entrevista concedida pelo Governador Carlos Lacerda (...).
> Os ministros militares queriam rápida aprovação do Congresso (...). A princípio, a bancada do PTB na Câmara dos Deputados assegurou apoio unânime; mas em seguida mudou de opinião ao perceber que a esquerda em peso condenava a medida (SKIDMORE, 1982, p.318).

O mesmo é dito pelo historiador Jorge Ferreira (2011), biógrafo de Jango:

> Os ministros militares, indignados com os ataques sistemáticos de Lacerda e Ademar[78], afrontando de maneira insultuosa o governo federal, pediram a Goulart a decretação do estado de sítio. (...)
> Os estudantes, intelectuais, a imprensa e até mesmo suas bases partidárias no Congresso negaram apoio à medida. O PCB também declarou-se contra (FERREIRA, 2011, p.366-367).

Até Marco Antônio Villa, afeito a textos revisionistas, corrobora a tese, embora afirme que a decisão de decretar estado de sítio ("mais ousada", embora seja a medida que siga "todos os dispositivos constitucionais") foi de Jango, e não dos ministros, que queriam mesmo era expulsar Lacerda, algo que não estava previsto na Constituição de 1946[79], então vigente:

> Às 22h o presidente chamou os ministros militares para expor-lhes a situação. Estes propuseram o impedimento e a posterior expulsão do Brasil do governador Carlos Lacerda. Jango conseguiu convencê-los de que a medida acertada seria a adoção do estado de sítio. Um dos presentes propôs que se prendesse Lacerda em vez de mandá-lo para o exílio, o que foi aceito (VILLA, 2004, p.81).

> Dessa forma, a esquerda, em sua quase totalidade, estava contra a medida — incluindo o PTB, que, por meio de seu líder na Câmara, Bocaiúva Cunha, afirmou que o partido votaria contra — e somou-se à direita, que tinha como certa a intervenção federal em São Paulo e na Guanabara (VILLA, 2004, p.82-83).

[78] Ademar (ou Adhemar) de Barros, governador de São Paulo, outra das lideranças civis do movimento golpista de 64.

[79] O verbo "expulsar" só aparece duas vezes na Carta de 1946: na alínea *n* do inciso XV do artigo 5º, que versa sobre o que compete à União, no caso, legislar sobre naturalização, entrada, extradição e EXPULSÃO de estrangeiros; e no artigo 143, também referente a estrangeiros, nunca a brasileiros, ainda mais governadores de estado. No caso de estado de sítio, o máximo de desterro é para dentro do território nacional, em localidade "povoada e salubre" (inciso III, artigo 209).

O anacronismo mais significativo, no entanto, ocorre quando o documentário vai falar sobre o movimento ocorrido em maio de 1968, na Europa.

> Na década de 60, a sociedade ocidental passava por uma transformação profunda. Crenças, valores e tradições que se acumularam durante os séculos passaram a ser contestadas. O movimento *hippie* dos Estados Unidos e os acontecimentos de maio de 68 na França são reflexos dessa revolução cultural, que ocorria no ocidente, quando jovens e estudantes protestavam e entravam em confronto com a polícia, exigindo mudanças sociais. Usando a máscara de demandas sociais genuínas, como a liberalização sexual, movimento por paz mundial, aborto e a quebra da noção tradicional de família, jovens eram usados como massa de manobra de uma trama que não conseguiam ver. Percebendo que a classe trabalhadora não havia aderido à revolução como Marx havia previsto, o filósofo comunista Georg Lukács concluiu que o movimento revolucionário não deve se preocupar com a destruição do capitalismo, mas sim das bases da civilização ocidental - a filosofia grega, o direito romano e a religião judaico-cristã. O fundador do Partido Comunista Italiano passa a escrever os *Cadernos do Cárcere*, onde relata que a estratégia marxista deve acontecer no meio cultural, destruindo todos os valores, a moral, a religião e a família. Para isso os comunistas devem ocupar espaço e exercer controle dos meios educacionais, das instituições (BRASIL PARALELO, 2019a[80]).

O texto é extremamente confuso, ainda mais por se tratar, não de uma fala de entrevistado, mas da própria narração. Ela faz uma associação, no mínimo problemática, entre os movimentos culturais e políticos da juventude dos anos 60 e os pensadores marxistas Georg Lukács e Antonio Gramsci. O nome deste último não é citado, dando a entender que quem fundou o PC italiano e escreveu os *Cadernos do Cárcere* foi o primeiro, que era húngaro. Não se fica sabendo o que causa o quê, e dá-se a impressão de que os dois marxistas estão no contexto da década de 60. Lukács escreveu suas obras críticas ao marxismo tradicional bem antes de 1968 (tendo morrido em 1971). Já Gramsci foi preso pelo regime de Mussolini em 1926, tendo escrito os *Cadernos* até 1937, ano em que morreu. O conteúdo apocalíptico é simplesmente parte do repertório da teoria conspiratória do “marxismo cultural”, tratado no tópico 3 do segundo capítulo.

Todos esses erros temporais demonstram a que veio o Brasil Paralelo: um órgão que busca revisar a história, no sentido de criar uma narrativa conservadora e que se arroga como “verdadeira”, mas que não consegue evitar nem os anacronismos mais básicos, algo ensinado nas disciplinas de metodologia nos primeiros semestres de qualquer curso de graduação em História. A certa altura, ao falar da produção acadêmica, o documentário vai dizer: “É mentira, que de tão repetida, tornou-se

[80] Fala do narrador a partir de 01:35:30.

História”[81], atribuindo aos historiadores o seguimento à máxima do prócer nazista Joseph Goebbels. O problema é que é o documentário quem claramente segue à risca esse dístico, jogando informações a seu bel-prazer, e esperando que seus espectadores simplesmente as “transformem” em verdade, sem que se precise dialogar com outras fontes.

Assim sendo, cumpre-se o objetivo, que se não é negar a Ditadura, é pelo menos: 1) justificá-la, apontando que houveram, antes, durante e após 1964 tentativas de tomada do poder pelos comunistas; 2) legitimá-la, colocando que o regime surgiu e se manteve amparado na vontade popular; e 3) atenuar seu alcance, apresentando a narrativa de que a esquerda, derrotada no campo das armas, passou a controlar, através do “marxismo cultural”, a imprensa e a Universidade, mesmo se dizendo perseguida. Cada um desses pontos será analisado separadamente nas seções que seguem.

3.2 “Prevalecendo a razão”: justificando a suposta necessidade do golpe e da Ditadura

Um dos objetivos do documentário *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros* é buscar, senão negar a Ditadura e seus arbítrios, pelo menos justificá-los ou legitimá-los, seja atenuando seu grau de violência, seja apelando para o argumento do mal menor: a Ditadura foi violenta, etc., mas nos livrou de algo pior. Sendo assim, seria necessário demonstrar à exaustão o que era esse pior, a fim de convencer quem assiste. E o pior é, obviamente, o comunismo. Sendo assim, desde o início do filme, a URSS é apresentada como um país que conspira da maneira mais sórdida e rasteira para impor ao mundo, ou melhor, ao “ocidente”, sua ideologia:

> A revolução contra o Ocidente contava com forças ocultas que operavam nas sombras. Era a era dos serviços secretos. Lenin afirmava que a única moral que os comunistas reconhecem é aquela que serve aos próprios interesses. Essa visão permitiu que a União Soviética fizesse da mentira sua política pública número um. A mentira ganhou forma na propaganda e na tática da desinformação. (...) Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a desinformação soviética é a arma secreta mais efetiva na sua batalha contra a sociedade ocidental (BRASIL PARALELO, 2019a[82]).

[81] Fala do narrador em 01:23:56.
[82] Fala do narrador a partir de 16:20.

Assim, os comunistas são apresentados como seres amorais e mentirosos, que agem nas sombras. Contribui para isso o jogo de imagens negativas, com cores escuras e sombrias. Praticamente tudo de ruim que acontece na Guerra Fria é culpa dos soviéticos, assim como de seus agentes e colaboradores, visto que sua influência se espalha pelo mundo.

> Se existiam agentes soviéticos infiltrados até na CIA e no FBI, no coração do inimigo, o resto do mundo não era um desafio maior. Havia propaganda soviética, desinformação e medidas ativas por todo o globo (BRASIL PARALELO, 2019a[83])

Haviam muitos agentes infiltrados no mundo inteiro, e não só soviéticos. O mesmo se pode dizer da propaganda, que vinha de todo lado. Por sinal, será um recurso bastante utilizado pela própria Ditadura. Contudo, como o objetivo é construir uma narrativa enviesada, tem-se que demonizar o outro.

Tão grande será a suposta influência soviética no mundo, que sobrou até para a construção de Brasília. De acordo com Alexandre Borges[84], diretor do Instituto Liberal, a mudança de capital no Brasil também é fruto da polarização ideológica, visto que se trata de

> um projeto muito esquerdista de poder, de tirar a política, por exemplo, do Rio de Janeiro, de tirar de perto da população. E você encomenda um projeto urbanístico de esquerdistas, de stalinistas, para fazer uma capital totalmente de concreto, sem esquinas, com grandes avenidas, com palácios, onde os políticos podem viver numa redoma, numa ilha, distanciados da população, porque eles são esses iluminados que têm uma visão inacessível à população, população não vai entender (BRASIL PARALELO, 2019a).

Mais um estereótipo associado aos comunistas: são pessoas que pensam o poder como uma redoma de iluminados, distanciados da população. O objetivo é fazer crer que são inimigos do povo. A mesma ideia é reforçada por Olavo de Carvalho:

> Por exemplo, se você pega o Palácio do Catete no Rio de Janeiro, você abriu a porta do Palácio do Catete, está na rua, está no meio do povão. Agora em Brasília, não! Você tem um lago, tem uma distância, tem não sei o quê. Quer dizer, o Presidente é o inatingível, está no Olimpo. A cidade foi feita para isto, a concepção dos caras é esta. Você não faz isto a não ser que você tenha um plano na cabeça. E, evidentemente, o Niemeyer tinha um plano na cabeça (BRASIL PARALELO, 2019a[85]).

[83] Fala do narrador a partir de 20:36.
[84] A partir de 36:08.
[85] A partir de 37:01.

Não existe lago na frente do Palácio da Alvorada. Existe uma praça, aberta ao público. Além disso, a concepção praticamente inteira da cidade foi de Lúcio Costa, não de Niemeyer, destacado aqui por ser declaradamente comunista. A sede do governo brasileiro é mais acessível que a Casa Branca, por exemplo, que é murada.

Tendo o comunismo já se fortalecido no país, tem-se, então, a justificativa para o golpe: havia uma conspiração da esquerda para tomar o poder à força. Isso se reforça nas falas que afirmam que já haviam guerrilhas antes de 1964[86], e que elas, na esteira do comunismo internacional, vinham implantar um regime assassino:

> Os comunistas brasileiros seguiram o exemplo de seus companheiros ideológicos, que em outros países já somavam mais de 50 milhões de assassinatos em nome da revolução. No mês de fevereiro, antes da subida dos militares ao poder, o PC do B enviou brasileiros para a China, com o objetivo de aprender as técnicas de guerrilha de Mao Tsé-tung. Foram estes cidadãos que voltaram quatro anos depois e formaram a Guerrilha do Araguaia (BRASIL PARALELO, 2019a[87]).

Apresenta-se, então, os guerrilheiros, como “bandidos e terroristas”, que torturam, matam e sequestram inocentes. E isso é o que justifica a violência estatal. Mesmo que em algum momento se teça uma crítica ao AI-5[88], ele é visto como um ato emergencial do governo militar, mais particularmente de Costa e Silva, que por conta da forte oposição, seja através de manifestações e passeatas, seja através do “terrorismo”, “se via cada vez mais isolado” (BRASIL PARALELO, 2019a). A violência da esquerda é que teria dado o pretexto para que a chamada “linha dura” assumisse o poder. “A guerra travada pelos terroristas expandia as justificativas para repressão por parte do Exército” (BRASIL PARALELO, 2019a[89]).

Ao final, o que se busca é uma espécie de “teoria dos dois demônios” (FRANCO, 2014), em que se equipara a violência da repressão militar com a da guerrilha. No entanto, nada se fala sobre os grupos armados de apoio ao governo, como o Comando de Caça aos Comunistas, ou o Grupo Secreto. Nada se fala, também, do grupo comandado pelo general Paulo Trajano da Silva, amigo pessoal de Costa e Silva, que promoveu atentados a bomba desde 1967, em São Paulo. Esses atentados, coordenados por outro general, Aladino Félix, tido como místico e

[86] Fala de Olavo de Carvalho a partir de 51:32 e do narrador a partir 01:21:13.
[87] Fala do narrador a partir de 01:21:50.
[88] Falas de Silvio Grimaldo, William Waack e Lucas Berlanza, a partir de 01:29:34.
[89] Fala do narrador a partir de 01:28:06.

esotérico, foram tema de uma extensa reportagem (QUADROS, 2018), carregada de documentos extraídos dos processos dos próprios órgãos de repressão, que demonstram que havia inúmeros atentados feitos por grupos terroristas associados à "linha-dura" militar, e que podem ter sido eles que geraram o clima propício para a promulgação do Ato Institucional nº 5.

Os mortos pela guerrilha são sempre certos, tendo inclusive um número preciso: 119 mortos. As mortes causadas pela repressão militar são sempre dúbias.

> Há uma divergência sobre o número de mortos e desaparecidos durante o regime militar: 424, segundo os movimentos de esquerda e 362 segundo os militares. O número verdadeiro deve estar em algum lugar no meio dessa diferença. (BRASIL PARALELO, 2019a[90]).

O atentado do Riocentro, seguindo esse mesmo parâmetro, é apresentado por Lucas Berlanza como sendo, "provavelmente", uma ação dos militares, não de grupos guerrilheiros. Como veremos mais à frente, a violência do governo militar será tratada pelo documentário como um exagero, fruto da manipulação da esquerda.

Essa demonização da esquerda, dos comunistas, ou de qualquer pessoa ou grupo que tenha se oposto à Ditadura faz parte da estratégia narrativa do Brasil Paralelo, que visa justificar o regime de exceção. Um elemento derivado desse é a ideia de que havia um golpe comunista em curso. Essa, inclusive, é a tese defendida na narrativa oficial da repressão desde o golpe militar, narrativa essa condensada no *Orvil*. O Brasil Paralelo, e seus entrevistados, só fazem, mais uma vez, arremedá-la. Aristóteles Drummond vai dizer[91]: "E eles se reuniram. (...), defendendo a democracia e alertando para o **golpe que as esquerdas planejavam** com o apoio do presidente João Goulart" (BRASIL PARALELO, 2019a) – grifos nossos. Logo em seguida, aparece Lucas Berlanza[92]: "O golpe viria. O golpe de esquerda viria". No entanto, essa tese é rebatida pelos historiadores. Rodrigo Patto Sá Motta (2002), por exemplo, vai dizer que houve uma tentativa de superlativizar o real poder do Partido Comunista, assim como uma atribuição do adjetivo "comunista" a qualquer pessoa de esquerda, no objetivo de unificar seus diferentes adversários, civis e militares, num objetivo comum:

---

[90] Fala do narrador a partir de 01:27:20.
[91] A partir de 57:48.
[92] A partir de 01:00:01.

> A manipulação maior, sem dúvida, foi passar para a população a versão de que haveria risco de uma revolução comunista iminente, quando na verdade os grupos conservadores bem informados consideravam a hipótese de um possível golpe presidencial com apoio comunista, cujos desdobramentos ninguém tinha condições de prever com exatidão. A derrubada de Goulart foi uma ação preventiva para evitar um processo de radicalização esquerdista, o qual, eventualmente, poderia beneficiar os comunistas. Entretanto, foi apresentado um quadro bem mais dramático à sociedade, para facilitar a mobilização (MOTTA, 2002, p.277).

Outro renomado historiador, Carlos Fico, autor de significativas pesquisas sobre o golpe de 1964 e a Ditadura, corrobora a mesma tese, em vídeo publicado no YouTube:

> Na conjuntura anterior ao golpe o que havia eram propostas de reformas, algumas bastante modestas, da parte do governo de João Goulart. Boa parte dessas reformas, reforma agrária, reforma universitária, reforma bancária, reforma habitacional, de modo algum mexia na propriedade privada ou colocava em xeque ou em risco o capitalismo no Brasil, de modo que é um erro flagrante dizer que havia possibilidade de revolução comunista, tanto porque os comunistas eram frágeis, como porque as propostas de João Goulart, que de modo algum era comunista, ele seria, no máximo, um reformista... tanto porque essas propostas de João Goulart, as famosas "reformas de base", elas não tinham essa caracterização que marca as ações comunistas propriamente. Eram, no máximo, reformistas. Em alguns aspectos, até bastante modestas (CAFÉ HISTÓRIA TV, 2019).

O fato de não ter havido resistência já seria um indício da falta de planejamento do governo para uma ação golpista. O documentário, porém, tenta mostrar o contrário. Mesmo não sendo "ligado ao pensamento marxista, João Goulart tinha ligações com outras ditaduras populistas latino americanas"[93]. O que e quais seriam essas "ditaduras populistas", não é especificado. Outro conceito estranho é colocado logo depois: "Nós tínhamos, então, uma possibilidade de república sindicalista, que é uma pré-revolução"[94]. O termo "república sindicalista" inexiste na Ciência Política, tendo sido cunhado por Carlos Lacerda em 1955, no contexto de uma carta falsa atribuída a um político argentino, a "Carta Brandi". O documentário, mais uma vez, se vale, acriticamente, do vocabulário dos golpistas.

Para atestar a validade da tese de que havia um golpe em curso, era necessário colocar Goulart como alguém que planejava uma ruptura junto com os comunistas. Quem nos dá essa informação é Renor Filho[95], apresentado como pesquisador das

[93] Fala do narrador a partir de 42:58.
[94] Fala de Rafael Nogueira a partir de 47:47.
[95] A partir de 52:45.

ações da StB no Brasil:

> João Goulart faz uma viagem a Praga e essa viagem é toda monitorada, é conduzida pelos agentes da StB. Se até então a história dizia que é toda uma teoria da conspiração, dizer que não existia possibilidade nenhuma de golpe comunista no Brasil, o livro relata algumas cenas que dão a entender que o Jango era muito próximo de pessoas, que eram agentes da KGB. Isso era grave! (BRASIL PARALELO, 2019a).

Na verdade, o próprio livro *1964 – O Elo Perdido* (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017) apresenta elementos que contrariam essa tese. Por exemplo, no contexto mesmo do golpe, os documentos da StB mostram a surpresa da agência com o fato de não ter havido nenhum tipo de resistência. Eles lamentam a hesitação do presidente deposto em defender seu mandato, e atribuem isso ao receio que ele tinha de provocar uma revolução ou uma guerra civil:

> Na opinião do autor do relatório, o presidente estava se preparando para o choque com a direita e estava ciente de que ele aconteceria, mas acreditava que cumpriria o papel de conciliador no confronto. Quando viu que a única alternativa possível contra as aspirações da direita era uma revolução esquerdista e socialista, reconheceu a sua derrota. Apenas isso pode explicar a hesitação do presidente, (...). João Goulart não usou da mobilização dos sindicatos, dos sargentos, marinheiros e forças nacionalistas no exército pois temia que uma força como essa, posta em movimento, poderia dar partida a uma revolução socialista (KRAENSKI; PETRILÁK, 2017, p.198).

Se o líder era Goulart, ele estava desinteressado. Não havendo outro líder, não havia a possibilidade de um golpe comunista. Esse parágrafo tão explicativo da principal fonte usada pelo documentário foi omitido, providencialmente. Ele colocaria a perder toda a narrativa.

Segundo Olavo de Carvalho, os militares “nem queriam dar o golpe”, estavam “tudo quietinho”. Ele alega que o movimento não veio dos militares, mas dos governadores de estado. Já faz tempo que a historiografia consolida a ideia de participação civil. É correto, portanto, dizer que o golpe não foi eminentemente militar, mas civil-militar. No entanto, não se pode descartar os militares como meros coadjuvantes, ou como elementos passivos, levados a agir por outros grupos. Desde que derrubaram a Monarquia, em 1889, os homens da caserna, principalmente os do Exército, estiveram sempre ativos na política, pressionando, conspirando, ou mesmo, derrubando governos.

Foram os militares quem forçaram a renúncia de Vargas em 1945. Foram eles

também que contribuíram para a crise que culminou no suicídio de Vargas, em agosto de 1954. Quando Juscelino Kubitschek foi eleito presidente, em 1955, lá estavam os militares buscando impedi-lo de tomar posse, o que só foi contornado pela ação legalista de um deles, general Henrique Lott. O próprio JK sofreria, durante seu mandato, mais duas tentativas de golpe por parte de militares: a chamada Revolta de Jacareacanga, em 1956, e a chamada Revolta de Aragarças, em 1959, esta liderada por dois oficiais da Aeronáutica[96], que chegaram a sequestrar aviões a fim de bombardear o Palácio do Catete. A justificativa para tais ações era a mesma: impedir os comunistas de tomarem o poder.

O próprio Jango já havia sofrido uma tentativa de golpe militar, quando da renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Por ser o vice eleito, a Constituição determinava sua imediata posse. No entanto, por estar fora do país, ainda mais em viagem oficial à China comunista, oposicionistas civis e militares buscaram lhe negar esse direito. Jango teve, então, que fazer inúmeras escalas de avião até Montevidéu, onde foi convencido de que só tomaria posse se aceitasse a adoção do Parlamentarismo, onde ele seria só chefe de Estado e não mais chefe de governo. Rafael Nogueira dá a sua versão do encontro de Jango com Tancredo Neves no Uruguai[97]:

> E Tancredo diz para ele o seguinte: “Escuta, tá difícil no Brasil, muita resistência. Mas a gente achou uma medida para salvar a Constituição. Na verdade, a gente pode deixar a Constituição um pouquinho de lado. É para salvar o Brasil”. “Que conversa é essa?” Tancredo diz o seguinte: “A gente pode fazer um parlamentarismo (sic). Então, você é o presidente, mas quem governa é um ministro, primeiro-ministro, alguém colocado nessa posição pelo Congresso, momentaneamente, porque se você voltar como presidente, vão te perseguir, é melhor você ficar no exílio”. E ele diz: “Pode ser”. Agora eu abro um parêntese: o que estava acontecendo no Brasil neste momento? No Rio Grande do Sul, o cunhado do Jango, chamado Leonel Brizola, estava armando toda uma espécie de revolução contra os grupos que queriam impedir a posse do Jango (BRASIL PARALELO, 2019a).

Aqui, a narrativa prevalece claramente sobre os fatos. Goulart estava sendo impedido de tomar posse, como era seu direito constitucional, pelos ministros militares. No entanto, para Nogueira, a culpa pela crise era de Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e cunhado de Jango, que resistia a fim de garantir a posse do vice eleito. Repete-se, assim, a ideia de que a culpa é dos outros, não dos golpistas. A

[96] Um deles, João Paulo Burnier, tomou parte ativa na eliminação de dissidentes do governo militar, a partir de 1964.
[97] A partir de 44:00

opção de “fazer um parlamentarismo” aparece, então, como uma forma de “salvar o Brasil”. “Acabou prevalecendo a razão[98]” (BRASIL PARALELO, 2019a), e Goulart aceitou se submeter ao parlamentarismo.

O parlamentarismo, porém, tem vida curta. Em 1963, um plebiscito decide pela volta do presidencialismo. Goulart é derrubado no ano seguinte, e tem início a Ditadura. O documentário não nega isso. Porém, sempre que é possível, busca atenuar, como já foi dito, os arbítrios e exceções, vendo-os como uma espécie de mal necessário, ou de algo que não foi tão ruim assim.

O primeiro ponto dessa questão diz respeito à natureza, à essência do novo regime. Lucas Berlanza vai dizer[99], sobre os anos 1964-1968: “Você pode falar que há uma meio-ditadura, uma **ditadura abstrata**, uma ditadura iminente pairando sobre as regras (BRASIL PARALELO, 2019a) – grifos meus. A partir de 1964 já haviam cassações, prisões, torturas, fechamento de entidades, eleições indiretas, mas isso é só uma “meio-ditadura”, ou num vocabulário mais caprichado, “ditadura abstrata”. Ela só se concretizaria em dezembro de 1968, com o AI-5:

> O regime começa a assumir a cara que a linha-dura queria. Um regime tecnocrático, um regime dos militares promovendo desenvolvimento de cima da sociedade, das instituições e da economia. A partir daí não há como tratar essa situação política, tecnicamente falando, de outra forma que não como uma ditadura. Há uma ditadura militar no Brasil a partir de 1969 (BRASIL PARALELO, 2019a[100]).

Essa “linha-dura”, que seria a ala mais radical entre os militares, é colocada como a força atuante das ações mais excessivas e autoritárias do regime. Ela se difere dos castelistas (referência ao general Castello Branco), ou “grupo da Sorbonne”, que seriam os militares mais moderados. Essa tese da “linha-dura X moderados”, foi consagrada na volumosa obra de Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003, 2004). No entanto, ela é rebatida por Gilberto Grassi Calil:

> Gaspari considera o Ato Institucional número 5 como principal marco de ruptura – mais relevante do que o próprio Golpe de 1964, transferindo assim a responsabilidade ao grupo dos “duros”. O período do governo de Castello Branco é designado como “ditadura envergonhada”, minimizando assim os atos de violência executados neste período. Com a imposição do Ato Institucional Número 5, a ditadura deixaria de ser “envergonhada” para tornar-se “escancarada”. (...) De fato, a montagem de vasto aparato repressivo é

[98] Fala de Percival Puggina, em 45:50.
[99] A partir de 01:11:53.
[100] Fala de Lucas Berlanza, a partir de 01:31:08.

> uma das marcas fundamentais do período em que Castello esteve à frente do governo e tem continuidade durante o governo do "duro" Costa e Silva. Pode-se aceitar a tese de que houve um "golpe no golpe", expresso no AI5, mas não é razoável negar a responsabilidade de Castello Branco e dos "moderados" em tal processo (CALIL, 2017, p.99-100).

Castello é apresentado como tendo sido "escolhido de maneira democrática"[101], e logo "toda a sociedade entende como um governo legítimo"[102].

O segundo ponto diz respeito à censura e às cassações. No campo da censura, ela seria pouco profissional, "se botava um guardinha qualquer, de esquina, até senhoras, para fazer censura. Não sabiam! Censuravam besteiras, pornografia" (BRASIL PARALELO, 2019a[103]). Olavo de Carvalho vai dizer[104] que em alguns jornais maiores, como o Estadão, o censor nem entrava na redação. As universidades também não teriam sofrido censura. Quando se assume que ela ocorreu, é sempre apresentada como não sendo tão rígida quanto se faz crer, o que gera até críticas. Segundo nos diz Lucas Berlanza[105], a censura era tão fraca, frouxa e ineficiente que "não impedia que o que realmente importava e importou para os destinos do país penetrasse no imaginário da sociedade, se instalasse nas esferas de produção do imaginário, do ideário da cultura" (BRASIL PARALELO, 2019a). Era uma censura abjeta, que "errava o próprio alvo"[106], censurava a revista *Playboy* e as pornochanchadas, mas deixou a esquerda se apoderar do ambiente cultural, editorial, fonográfico e universitário. Até o sucesso editorial dos autores ligados à Teologia da Libertação é apresentado como evidência da falta de rigidez censorial, que permitiu que esse pensamento religioso "contaminasse o Brasil inteiro"[107].

Em relação às cassações, o mesmo discurso. Admite-se que ocorreram, mas tiveram a medida certa, e pouca gravidade. Aqui já não há tantas críticas, visto que

> As listas de cassação dos Atos Institucionais até que não erraram muito. Porque as pessoas ali cassadas, muitas delas, estavam realmente implicadas com (sic) relações com o serviço secreto estrangeiro, e isso representava um crime, realmente. E tinha, como a gente já falou antes, a consequência da perda dos direitos políticos (BRASIL PARALELO, 2019a[108]).

---

[101] Fala de Thomas Giulliano em 01:13:02.
[102] Fala de Sílvio Grimaldo em 01:13:30.
[103] Fala de Lucas Berlanza em 01:46:04.
[104] A partir de 01:46:17.
[105] A partir de 01:46:35.
[106] Fala de Thomas Giulliano em 01:49:09.
[107] Fala de Bernardo Küster a partir de 01:47:34.
[108] Fala de Renor Filho a partir de 01:14:52.

Ao fim, o que se tem é a ideia de que o golpe foi necessário, uma "intervenção cirúrgica"[109], para deter uma tomada do poder iminente pelos comunistas. Infelizmente, por conta da violência cada vez maior dos terroristas de esquerda, o processo intervencionista teve que durar vinte anos, nos quais se tentou lutar contra esses inimigos da forma mais branda possível, censurando, cassando e prendendo aqui e ali. Infelizmente, os inimigos, sempre rasteiros, aproveitaram alguns atos isolados de maior violência para destruir a imagem dos militares, e assim, manipular a história do regime.

3.3 Todo mundo a favor: a suposta popularidade da Ditadura

No dia 6 de janeiro de 1963, a população brasileira apta a votar foi às urnas. Ao contrário da última vez, em 1960, os eleitores não iam escolher representantes para ocupar cargos públicos. O que estava em jogo era a manutenção, ou não, do sistema parlamentarista.

> E cerca de 9 milhões de eleitores, em 10 milhões, ratificaram o mandato de Goulart, dizendo *sim* ao presidencialismo e ao programa de reformas de base, que se vinculara à sua restauração. Goulart considerou aquele resultado como outra eleição, sua verdadeira eleição para a presidência da República, a mais expressiva de toda a história do país, maior do que a de Quadros, até então recorde, com 6 milhões de votos. Era seu "triunfo pessoal", como *The New York Times* reconheceu (BANDEIRA, 2010, p.205).

Uma votação considerável, que dava uma ideia do quanto Jango, que já tinha vencido duas eleições para vice-presidente (votava-se presidente e vice separadamente), continuava popular. Uma popularidade que se manteria até próximo de sua derrubada. De acordo com pesquisa de opinião realizada entre 9 e 26 de março de 1964, se houvesse reeleição, 49,8% admitiam votar em Goulart, contra 41,8% (REDA, 2003). Outra pesquisa do mesmo instituto dava conta de que 45% dos eleitores consideravam seu governo ótimo ou bom. Isso significa que a oposição a Jango era forte, mas ele ainda contava com ampla parcela da população.

O documentário *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros* (BRASIL PARALELO, 2019a), entretanto, apresenta uma versão diferente. Segundo ele, o golpe foi dado com o apoio de "toda a sociedade"[110], "o Brasil inteiro estava a favor de 1964. Toda a

[109] Figura usada por Rafael Nogueira em 01:15:17.
[110] Fala de Silvio Grimaldo em 01:05:45.

imprensa, Igreja, todo mundo"[111]. Ilustra bem essa versão a ênfase dada à famosa "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", ocorrida em São Paulo, em 19 de março de 1964, e posteriormente repetida em outras cidades.

> Era gigantescamente maior do que a Coluna Prestes. Teve um milhão e meio de pessoas na época em que o Brasil tinha menos de um terço da população atual. Quer dizer, você imagina hoje uma marcha com 4 ou 5 milhões de pessoas. Ela foi gigantesca, foi um negócio assim, para falar, "'olha, nós não queremos comunista, comunista tá fora. Jango, pelo amor de Deus, ninguém quer esse cara!" (BRASIL PARALELO, 2019a[112])

Ignorando o número hipertrofiado (a marcha em São Paulo não teve um milhão e meio de pessoas, mas um terço disso, ou menos), o tom sugere o total repúdio da população ao governo, muito embora este tenha reunido seis dias antes, 150 a 200 mil pessoas num comício pró-reformas. Além disso, essa marcha não foi um evento espontâneo. Ela teve origem na chamada "Cruzada pelo Rosário em Família", organizada por Patrick Peyton, um famoso padre anticomunista estadunidense. Sobre essa "Cruzada", assim fala Márcio Moreira Alves:

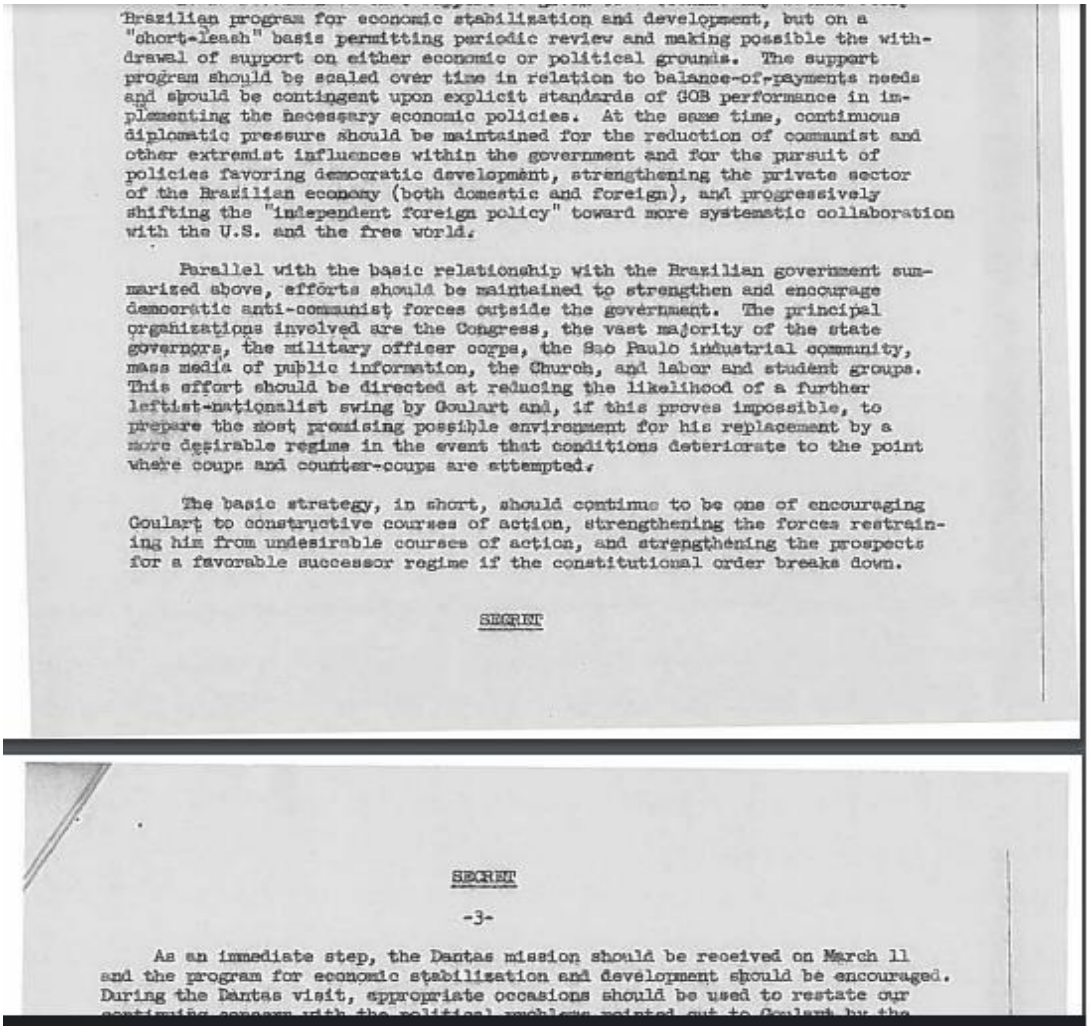
> A Cruzada pelo Rosário em Família inseria-se no quadro mais vasto da mobilização da classe média das cidades contra o regime Goulart. Os conspiradores militares e seus aliados da alta burguesia precisavam de manifestações massivas para se justificarem junto dos colegas que queriam atrair à conspiração, para intimidarem os adversários e para terem uma ideia das próprias forças. A campanha tornava-se um ponto de aglutinação para os adversários do Governo (...) e um centro de difusão para a rápida transmissão de ordens de mobilização. Preparava também o terreno, pela propaganda anticomunista, para as grandes mobilizações de março de 1964, o objetivo do seu esforço, as "marchas com Deus, pela família e pela democracia". Estas marchas foram financiadas pelas grandes empresas norte-americanas e pela CIA (ALVES, 1979, p.112-113).

As Cruzadas foram logo ficando desinteressantes para os grupos conservadores após o golpe, apesar da insistência do padre Peyton (ALVES, 1979). E aqui entra mais uma vez a CIA. Como já vimos, o documentário coloca, principalmente através de Olavo de Carvalho[113], que não houve participação nenhuma dos EUA no processo de derrubada de Goulart, e que qualquer insinuação nesse sentido é fruto da manipulação da inteligência tchecoslovaca, desmascarada pelo agente desertor Ladislav Bittman. O objetivo é mostrar que o golpe foi sustentado pelo

[111] Fala de Fernão Mesquita a partir de 58:18.
[112] Fala de Flávio Morgenstern a partir de 57:11.
[113] Toda a narrativa de Olavo de Carvalho (com colaboração de Vladimír Petrilák), que nega a participação americana no golpe, aparece entre 01:07:46 e 01:11:20.

apoio quase unânime da sociedade, prescindindo de ajuda estrangeira. No entanto, documentos da própria inteligência americana desmentem essa narrativa.

Esses documentos (THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2014) foram tornados públicos na internet em 2014 pelo próprio governo dos EUA. Trata-se de uma coleção de 16 documentos, que demonstram que desde 1962, o governo estadunidense vinha cogitando incentivar um golpe de Estado no Brasil. O trecho a seguir, por exemplo, extraído de um memorando do embaixador Lincoln Gordon enviado ao conselheiro de segurança nacional McGeorge Bundy, é datado de 7 de março de 1962. Ou seja, dois anos antes do golpe já se planejava o fortalecimento da oposição a Goulart e já se aventava a possibilidade de uma ruptura golpista, caso o presidente insistisse na sua "política externa independente" ou na sua orientação política "esquerdista-nacionalista".



Brazilian program for economic stabilization and development, but on a "short-leash" basis permitting periodic review and making possible the withdrawal of support on either economic or political grounds. The support program should be scaled over time in relation to balance-of-payments needs and should be contingent upon explicit standards of GOB performance in implementing the necessary economic policies. At the same time, continuous diplomatic pressure should be maintained for the reduction of communist and other extremist influences within the government and for the pursuit of policies favoring democratic development, strengthening the private sector of the Brazilian economy (both domestic and foreign), and progressively shifting the "independent foreign policy" toward more systematic collaboration with the U.S. and the free world.

Parallel with the basic relationship with the Brazilian government summarized above, efforts should be maintained to strengthen and encourage democratic anti-communist forces outside the government. The principal organizations involved are the Congress, the vast majority of the state governors, the military officer corps, the Sao Paulo industrial community, mass media of public information, the Church, and labor and student groups. This effort should be directed at reducing the likelihood of a further leftist-nationalist swing by Goulart and, if this proves impossible, to prepare the most promising possible environment for his replacement by a more desirable regime in the event that conditions deteriorate to the point where coups and counter-coups are attempted.

The basic strategy, in short, should continue to be one of encouraging Goulart to constructive courses of action, strengthening the forces restraining him from undesirable courses of action, and strengthening the prospects for a favorable successor regime if the constitutional order breaks down.

SECRET

SECRET

-3-

As an immediate step, the Dantas mission should be received on March 11 and the program for economic stabilization and development should be encouraged. During the Dantas visit, appropriate occasions should be used to restate our

IMAGEM 3 – Memorando do embaixador Lincoln Gordon articulando medidas contra Goulart[114]

[114] https://bit.ly/3psALZJ.

Seguindo a linha de buscar legitimação através de uma pretensa popularidade, o documentário vai apreciar, e exaltar, o presidente Médici. Rafael Nogueira, por exemplo, vai dizer[115]: “O Médici era aplaudido em qualquer circunstância esportiva. Onde quer que ele estivesse presente, ele era aplaudido por todos. (...) O governo militar tinha uma aceitação quase total” (BRASIL PARALELO, 2019a). Thomas Giulliano completa[116]: “Ele tinha uma presença de palco que era impressionante, a começar pelo seu próprio timbre. A voz dele era uma voz impactante” (BRASIL PARALELO, 2019a).

No entanto, logo depois, vai ser mostrada a falta de tato dos militares com o público jovem. Esse fenômeno é atribuído ao já citado “gramscismo”, através do qual os jovens vão sentindo que ser rebeldes e contra o governo é ser *cool*. Nesse contexto, então, despontam os artistas da MPB:

> Enquanto, por exemplo, Chico Buarque, o próprio Gilberto Gil, Caetano Veloso organizando festivais de alta relevância cultural, sob o ponto de vista de que alcançavam pessoas, tinham protagonismo, começaram a ditar certas regras. O movimento da contracultura no Brasil foi muito forte (BRASIL PARALELO, 2019a[117]).

Realmente, a chamada “canção de protesto” correspondia aos apelos de uma parte da juventude, principalmente a universitária. No entanto, outros movimentos, como a Jovem Guarda, que não era nem contracultural, nem veículo de rebeldia política, mas que estava inserido no contexto consumista da indústria cultural, obtiveram enorme sucesso junto a parte considerável do público jovem (OLIVEIRA, 2011). Mais uma vez, com essa omissão, objetiva-se criar um ambiente no qual a esquerda se apodera da esfera cultural.

Essa popularidade, supostamente unânime, do regime militar só iria cair com a Crise do Petróleo de 1973. Nesse momento, o alvo das críticas dos entrevistados será a intervenção do Estado na economia, chamada por eles de “ilusão desenvolvimentista”. Será isso que provocará o desgaste do governo. Esse desgaste leva, nos anos seguintes, ao fim do AI-5, à anistia, ao surgimento do PT (a única “força

[115] A partir, respectivamente, de 01:32:45 e 01:34:15.
[116] A partir de 01:32:56.
[117] Fala de Thomas Giulliano a partir de 01:41:11. Vale ressaltar que os festivais eram organizados pelas emissoras de televisão, não pelos artistas.

política organizada”[118]), e ao movimento por eleições diretas. Tudo isso seria evitado se não fosse a inflação causada por essa intervenção[119].

Até mesmo porque o movimento pelas diretas não será considerado um movimento legítimo, espontâneo, diferente daquelas marchas contra Jango.

> É claro que tinha gente comum defendendo a eleição direta, não estou dizendo o contrário. Mas se você olhar, você vai ver a bandeira do PT, a bandeira dessa extrema-esquerda a rodo nas manifestações das “Diretas Já!” (BRASIL PARALELO, 2019a[120])

Mesmo diante desse desgaste cada vez maior, Olavo de Carvalho vai afirmar o seguinte: “Os militares entregaram. Eles simplesmente entregaram, porque não sabiam mais o que fazer. Ninguém tirou eles de lá, eles se tiraram. Eles estavam loucos para ir para casa” (BRASIL PARALELO, 2019a). Minimiza-se, assim, toda a resistência democrática contra o regime, e toda a pressão popular por eleições diretas e por liberdade individual. Reforça-se a ideia de que os militares não queriam estar no governo, mas o faziam por força da circunstância, e por exigência da nação. Além disso, acentua-se, também, a ideia de que eles eram populares, e se mantinham amparados no povo, e não na força ou no arbítrio. O regime ditatorial, portanto, passa a ser legítimo, pois além de impedir uma revolução comunista, manteve a missão, mesmo que a contragosto, por mais de vinte anos, e quando viu que a tinha cumprido, entregou o país a uma democracia formal sem a necessidade de maiores reclamos por parte da sociedade.

3.4 “O que fizeram os heróis?”: a suposta vitória da esquerda no campo cultural

A narrativa que vimos até aqui é a síntese do discurso revisionista sobre a Ditadura, iniciada no *Orvil* e continuada na produção videográfica e bibliográfica de Olavo de Carvalho e seus seguidores, e mais recentemente, no bolsonarismo. Ela culmina, então, na tese central do Brasil Paralelo: a ideia de que a esquerda dominou, após a redemocratização, todo o aparato midiático, editorial e universitário do país. O

[118] Fala de Silvio Grimaldo em 01:55:28.
[119] “Elas (as manifestações pelas diretas) foram possíveis porque o povo estava sentindo a inflação. Se não fosse por isso a camada de classe média brasileira continuaria apoiando o período militar, pois não vão para a rua se o bolso não for afetado. A história brasileira é assim”. Fala de Thomas Giulliano a partir de 01:56:18.
[120] Fala de Lucas Berlanza a partir de 01:56:33.

próprio título do documentário já explica muita coisa: a luta pelo poder, que antes era feita pelas ARMAS, passa agora a ser feita pelos LIVROS[121], ou seja, os comunistas buscam agora conquistar as mentes para, assim, engendrar a revolução de forma mais bem sucedida.

Daí a importância da já citada categoria do "marxismo cultural", uma teoria da conspiração, partilhada pelos entrevistados do documentário, cuja ideia principal é exatamente essa: a de que os comunistas deixam de lado a tomada imediata do poder, pleiteando agora o que seria a sabotagem total dos valores e princípios da sociedade ocidental, que seriam a filosofia grega, o direito romano e a religião judaico-cristã[122]. Enfim, conquistar a hegemonia. Quem coloca o termo é o professor Luiz Felipe Pondé, que resume em poucas linhas a ideia: "Você não vai causar uma revolução, mas vai causar uma hegemonia. E essa hegemonia você vai acordar um dia sendo comunista, tipo assim (BRASIL PARALELO, 2019a[123]). Vale lembrar que no seu livro *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia* (PONDÉ, 2012), Pondé já defendia o mesmo ponto de vista revisionista aqui apresentado pelo Brasil Paralelo: o de que a Ditadura não foi tão ruim, e o de que ao final, a esquerda venceu no campo cultural.

> Se a ditadura brasileira matou tanta gente da esquerda, por que, ao terminar a ditadura, a cultura como um todo (professores, mídia, literatura, filosofia, ciências humanas, artes, os principais partidos políticos) se revelou completamente de esquerda? Independentemente do fato de que ditaduras são horríveis, a brasileira não liquidou a esquerda como se fala por aí. E mesmo os tais guerrilheiros lutavam por uma outra forma de ditadura. Tivesse a guerrilha de esquerda vencido a batalha, nós acordaríamos numa grande Cuba. A ditadura, de certa forma, nos salvou do pior (PONDÉ, 2012, p.92).

O documentário introduz sua "explicação" da vitória cultural da esquerda, centrando-se na mídia. Coloca que, ainda durante a Ditadura, os meios de comunicação já eram dominados pelos comunistas:

> Não havia uma publicação de direita, nada, zero. Claro que havia editorais de direita. Por exemplo, você lia o editorial d'*O Globo*, às vezes o editorial era

[121] "**A revolução se transmutou das armas para os livros**. Transformou um lado da guerra em mártir, fez da história propaganda, panfletou nas escolas, na mídia, nas universidades. Formou a nova geração brasileira. Essa geração foi trabalhar nos meios de comunicação, nas editoras e na educação do Brasil. A hegemonia quase apagou o passado e perpetuou uma narrativa, um lado da guerra foi o herói e o outro opressor". Fala do narrador a partir de 02:04:46.

[122] O termo "judaico-cristão" é problemático, visto que a religião judaica e a religião cristã são distintas uma da outra, tendo inclusive entrado em conflito em alguns momentos históricos.

[123] Fala a partir de 01:37:17.

> frequentemente a favor do governo e contra a esquerda. Mas só o editorial, que era aquele espacinho que generosamente a redação dava para o dono do jornal: "Aqui você pode escrever o que você quiser, no resto mandamos nós" (BRASIL PARALELO, 2019a[124]).

Olavo de Carvalho chega a dizer[125] que ouviu de Ênio Silveira, dono da Civilização Brasileira ("principal editora comunista no Brasil"), que esta empresa só sobreviveu por conta da ajuda do governo militar. No entanto, segundo Hallewell (2005):

> Ênio Silveira manteve-se fiel a uma política editorial que pôs à prova os limites de tolerância de todos os governos, desde Castelo Branco até Geisel. Como resultado, sofreu contínuos prejuízos financeiros e dilapidação de patrimônio, repetidas prisões e pelo menos uma tentativa de assassinato (HALLEWELL, 2005, p.535).

Mas o cerne do que teria sido o trabalho da esquerda gramscista no Brasil não teria sido a mídia, mas as universidades[126]. Para demonstrar a facilidade como isso aconteceu, o documentário vai remeter ao que vai ser chamado de "teoria da panela de pressão", elaborada pelo general Golbery do Couto e Silva, ministro da Casa-Civil na gestão de Ernesto Geisel (1974-1979), e companheiro fiel deste. Essa teoria é definida assim por Silvio Grimaldo[127]:

> A ideia do Golbery que ficou famosa é a da panela de pressão. A sociedade estava numa panela de pressão que vai estourar a qualquer momento. Então era preciso aliviar essa pressão. A pressão é o quê? É permitir que dentro da esquerda surja uma esquerda moderada que controle os seus radicais. Então os militares derrotam a guerrilha no campo bélico, da luta armada militar, que é óbvio, é o que os militares realmente sabem fazer. Para que isso não aconteça de novo eles liberam a esquerda para ela se articular em vários movimentos comunistas, se articular dentro das instituições. E o que os militares fazem na verdade? Eles entregam a Universidade na mão da esquerda (BRASIL PARALELO, 2019a).

Sendo assim, o meio universitário é apresentado como um meio no qual a esquerda vai poder livremente se manifestar, e dar prosseguimento ao seu projeto hegemônico. Dessa forma, é ela quem vai contar a história no final, e manipular as

---

[124] Fala de Olavo de Carvalho a partir de 01:41:59.
[125] A partir de 01:44:57.
[126] "Esse trabalho, ele foi se gestando nas universidades, o gramscismo foi se desenvolvendo" (Fala de Lucas Berlanza a partir de 01:39:23). "Aos poucos, a nova estratégia revolucionária se infiltrava através das universidades, especialmente em instituições como a União Nacional dos Estudantes. A cultura popular se disseminava. Inspirados pelos movimentos internacionais, a rebeldia tomou conta da juventude brasileira" (Fala do narrador a partir de 01:40:08).
[127] A partir de 01:43:15.

mentes[128].

Essa ideia de ampla liberdade no meio universitário é contestada no livro extensamente documentado *As Universidades e o Regime Militar*[129] (MOTTA, 2014), do historiador Rodrigo Patto Sá Motta. Embora concorde com uma menor repressão e maior espaço para ações de resistência nas universidades, o ambiente apresentado pelo livro difere totalmente do de ampla liberdade apresentado pelo documentário do Brasil Paralelo. Vão haver perseguições, censuras e expurgos dentro da Universidade, além de trabalho de propaganda, espionagem de entidades estudantis e doutrinação ideológica. Um caso notável de censura, por exemplo,

> envolveu um indiano estudante do mestrado em sociologia da USP. Seu projeto de pesquisa, "O negro brasileiro", chamou atenção das autoridades em decorrência de matéria jornalística de repercussão nacional. O CSN solicitou ao governador de São Paulo a suspensão da pesquisa, "por tratar de assunto polêmico, suscetível de criar tensões sociais indesejáveis e realmente inexistentes até então". Poucos dias depois, a ASI/USP informou aos órgãos competentes que orientador e aluno haviam mudado o título da pesquisa para "Simbiose cultural", e que se tomaram providências a fim de que a bolsa do estudante não fosse prorrogada. Esses casos são interessantes por mostrar a maneira elástica como o conceito de segurança nacional era manipulado pelas elites governantes. O regime militar havia incorporado o conceito de "democracia racial" como dogma e preocupava-se em evitar que pesquisadores acadêmicos questionassem sua validade. O temor era de que a denúncia da existência de racismo no Brasil servisse de estímulo à eclosão de conflitos sociais de natureza racial, colocando em xeque a ordem e a segurança internas (MOTTA, 2014, p.263-264).

Haviam aulas de Moral e Cívica. Haviam, inclusive, seleção de professores por critérios ideológicos:

> Antes das assessorias, algumas universidades adotaram procedimentos para evitar a contratação de esquerdistas. Uma dessas práticas se tornaria comum também em instituições privadas: a exigência de atestados de "bons antecedentes" expedidos por órgãos policiais. No sistema universitário federal, parece que o costume foi inaugurado pela reitoria da UFRGS, em junho de 1968. Nos anos seguintes, o procedimento tornou-se corriqueiro, a ponto de ser abordado pela imprensa, como uma matéria da *Veja*, de 1973, que apontou a exigência do atestado por órgãos do governo, prática sem amparo na legislação. Exatamente por não estar previsto em lei, o procedimento não tinha nome bem-definido, às vezes se falava em atestado de bons antecedentes, outras, de atestado de ideologia (MOTTA, 2014, p.268-269).

---

[128] "Quando o Geisel, e todo aquele momento da Ditadura, simplesmente esquece a cultura da esquerda, ela vai simplesmente perseguir o terrorismo, ela deixou que a esquerda cultural contasse a história do terrorismo, da perseguição ao terrorismo e nunca mais se vai ouvir uma palavra contra o terrorismo de esquerda no Brasil". Fala de Flávio Morgenstern a partir de 01:44:13.

[129] Este livro foi finalista do Prêmio Jabuti de 2015, na categoria Ciências Humanas.

Um vislumbre do que seria a tal “panela de pressão” de Golbery pode ser explicada, a partir da leitura de Motta, pelo comportamento paradoxal do regime, que era repressivo e violento, mas buscava se mostrar liberal na superfície. Em vista disso, boa parte das medidas eram secretas, visto que iam de encontro à própria legislação criada por eles mesmos, e muitas vezes se optava por atitudes menos belicosas. Por exemplo, o ministro Ney Braga, que enquanto endossava censuras e perseguições, também sugeria a reitores que mantivessem “canal aberto de diálogo com estudantes não envolvidos na mobilização a fim de isolar os radicais” (MOTTA, 2014, p.355). O mesmo paradoxo de querer se mostrar liberal foi o que levou a se permitir textos de Marx, “desde que os professores o tratassem como pensador, e não como revolucionário” (MOTTA, 2014, p.352).

Tudo isso, porém, se colocado, poderia derrubar a tese que o documentário quer colocar, que é a do aparelhamento das universidades pela esquerda cultural. Esse suposto aparelhamento, por sua vez, teria trazido duas consequências. A primeira delas seria a falsificação da história. Um exemplo que o documentário frisa é sobre o número de mortos e desaparecidos pelo regime. Vai ser dito o seguinte:

> Algumas pessoas que constam como desaparecidas, na verdade se auto-exilaram, ou eram delatores que ganharam uma nova identidade do governo para não serem mortas pelos próprios ex-companheiros de guerrilha (BRASIL PARALELO, 2019a).

No momento em que isso é dito (de 01:28:29 até 01:28:40) aparecem na tela o nome de seis pessoas (e seus respectivos codinomes)[130], membros do PC do B e integrantes da Guerrilha do Araguaia, tidas como desaparecidas, mas que teriam feito acordo de delação com os militares e mudado de identidade em troca de entregar companheiros e permanecer vivos. Além de não representar um dado significativo, visto ser uma lista pequena comparada aos quase 500 mortos pela Ditadura (BRASIL, 2007), sua veracidade é contestada, por falta de fontes verificáveis. O problema aqui é o mesmo da abordagem do livro de Kraenski e Petrilák: pega-se uma fonte isolada como retrato da realidade, sem nenhum esforço de contextualização. É uma história sem crítica documental, ou seja, que ignora os princípios profissionais mais

[130] Antônio de Pádua Costa (Piauí), Luiza Augusta Garlippe (Tuca), Tobias Pereira Júnior (Josias), Hélio Luiz Navarro de Magalhães (Edinho), Luiz Renê Silveira e Silva (Duda) e Maria Célia Corrêa (Rosa).

elementares..

No caso do Araguaia, a hipótese dos chamados “mortos-vivos” vem de Hugo Studart, autor do livro *Borboletas e Lobisomens* (STUDART, 2018a). No artigo “Sonata para Carmen” (STUDART, 2018b), disponível no seu próprio site individual, ele próprio vai dizer:

> Cerca de 20 guerrilheiros tombaram na mata, de armas na mão. Entre 25 e 30 foram feitos prisioneiros e depois executados. **Ocorre que cinco** (sic) **deles teriam sido poupados. Uso aqui os verbos na condicional, em sinal de prudência acadêmica.** Esses cinco, que passaram a ser chamados de “mortos-vivos” pelos militares, teriam feito acordo com os algozes e recebido novas identidades (STUDART, 2018b) – grifos meus.

A segunda consequência desse suposto aparelhamento dos meios universitários pela esquerda será, segundo o documentário, a criação de um mito fundador da Nova República. Esse mito fundador será a Constituição de 1988, que é apresentada como sendo fruto do trabalho dos “antigos políticos” e dos “ex-guerrilheiros intelectuais de esquerda”, sem levar em consideração que, dos 559 constituintes, apenas 50 eram de partidos de esquerda (PDT, PT, PCB, PC do B e PSB). A Carta é mostrada como algo ruim, que “amarra o Brasil”[131], que é cheia de artigos desnecessários e que por garantir benefícios e direitos demais, termina por ser impraticável. “Porque quando você promete gratuidade para todos, o que você vai conseguir entregar é mediocridade para todos” (BRASIL PARALELO, 2019a[132]). Portanto, quando se defende a Constituição, o que se defende, segundo o documentário, é a narrativa gramscista que a coloca como o mito fundador da farsa chamada Nova República, controlada por uma burocracia que blinda a si mesma contra os interesses do povo[133]. Sendo assim, mais uma vez, justifica-se de certa forma o regime militar, ao mostrar como é negativo tanto o que veio antes (governo Goulart e seus supostos flertes com as ditaduras comunistas), quanto o que veio depois, a Nova República, oligárquica e anti-povo.

A narrativa é, então, coroada numa espécie de “gran finale”, que sintetiza toda a narrativa. O Exército, “quarto poder”, impediu uma revolução em 1964. Derrotada, a

---

131 Fala de Aristóteles Drummond em 02:02:34.

132 Fala de Hélio Beltrão a partir de 02:02:47.

133 “Essa nova república no fundo é uma farsa. É uma burocracia tremenda e o povo tá fora. Então, você tem essa burocracia tremenda querendo se proteger e para se proteger eles precisam proteger o quê? O mito fundador da nova república. Eles precisam insistir na tese de que esta nova república foi fundada para o cidadão e contra um ditador e qualquer pessoa que os contrariem é ditador”. Fala de Rafael Nogueira a partir de 02:03:18.

esquerda mudou de estratégia:

> A revolução se transmutou das armas para os livros. Transformou um lado da guerra em mártir, fez da história, propaganda, panfletou nas escolas, na mídia, nas universidades. Formou a nova geração brasileira. Essa geração foi trabalhar nos meios de comunicação, nas editoras e na educação do Brasil. A hegemonia quase apagou o passado e perpetuou uma narrativa: um lado da guerra foi o herói e o outro opressor. O que fizeram os heróis? (BRASIL PARALELO, 2019a[134])

"O que fizeram os heróis?" A partir desta colocação, aparecem na tela uma série de imagens mostrando políticos e artistas de esquerda. Quando se mostram Lula e Dilma, por exemplo, aparecem capas de jornal com as denúncias de corrupção envolvendo seus governos. O objetivo é mostrar o que seria a velha e verdadeira face da esquerda, corrupta, mentirosa, manipuladora, e consequentemente, fechar o filme dando a impressão de que a Ditadura, por pior que tenha sido (e nem foi tão ruim assim), nos livrou dessas pessoas. Assim, se demonstra pelo jogo de palavras e imagens, que o Brasil hoje é praticamente o mesmo de 1964, e de forma bem sub-reptícia, cria-se um ambiente de engajamento político, no qual o público, convencido da "verdade" da narrativa que acabou de ver, é chamado a se fazer ativo, como o foram religiosos, empresas, jornalistas, políticos e, principalmente, militares, naquele 31 de março.

[134] Fala do narrador a partir de 02:04:45.

4 PROPOSTA DE PROJETO DIDÁTICO: QUEBRANDO O REVISIONISMO EM SALA DE AULA

4.1 O revisionismo vai à escola

Se, na prática, como busca demonstrar a narrativa revisionista sobre a qual essa pesquisa se debruçou, todos os professores são de esquerda, principalmente os da área de Humanas, e são engajados politicamente, doutrinando seus alunos para que adiram a determinada ideologia ou partido, é preciso apresentá-los como profissionais fracos e sem credibilidade. E aqui não se discrimina se esse professor é do ensino básico ou do superior. Isso fica bem claro na fala de Rafael Nogueira, hoje presidente da Biblioteca Nacional, em vídeo do Brasil Paralelo:

> A História não é um patrimônio dos doutores em História. A História é um patrimônio público. Eles são uma espécie de guardiões. Se eles estão agindo mal, ou seja, se eles pegam um tesouro que é nosso, tomam para eles dizendo que "não, não é seu, é nosso", e eles não lidam com isso de forma a nos contar essa História adequadamente, pelo contrário, eles criam narrativas para nos conduzir por caminhos que lhes interessam, então a gente tem que quebrar essa História. Bom, vocês como guardiões estão muito mal! Volte a nós esse trabalho e nós vamos tentar aí, reencaminhar. E aí no futuro, ou futuros historiadores ou o povo mesmo, decidem (BRASIL PARALELO, 2019d).

Nessa tarefa de descredibilizar a escola e os professores, repete-se a ideia do "marxismo cultural", havendo novamente a associação forçosa entre coisas não tão semelhantes assim, como Lukács, Escola de Frankfurt, Revolução Cultural Chinesa e o movimento de maio de 1968 na França. O educador brasileiro Paulo Freire é também inserido nesse caldeirão. Pinçam-se frases descontextualizadas de sua obra, e o colocam como mais um elemento, talvez o maior, de implantação do comunismo no Brasil através da cultura (BRASIL PARALELO, 2020c). Os efeitos dessa mentalidade são bem negativos para a educação como um todo, ao ponto de o governo Bolsonaro, ao qual, como já vimos, o Brasil Paralelo está atrelado, ter dado início à efêmera operação "Lava Jato da Educação", que segundo Rosário (2019), ao não ter "objeto definido ou denúncia formalizada, institui uma política de terrorismo sobre educadores, instituições e seus dirigentes".

Diante disso, a produtora parte para a defesa de formas alternativas de educação, como o chamado *homeschooling*[135]. Ela chega a apresentar as vantagens desse modelo em relação à escola, entre elas: processo de aprendizagem personalizado, maior cooperatividade, formas diferentes de aprendizagem (BRASIL PARALELO, s/d). Esses elementos são insistentemente colocados como ausentes nas escolas. O artigo defende que, mesmo cumprindo o passo a passo (são citados cinco livros), uma família, que tem outros afazeres e formações, seria capaz de ensinar, a contento, os conteúdos das disciplinas. Ou capaz de bancar, sozinha, a carga horária de um "mentor" exclusivo, como na Antiguidade ou Idade Média. É a ideia de que basta ler o manual que se aprende, como se o professor fosse obsoleto.

Na verdade, fica implícito que o inimigo do Brasil Paralelo é o acesso universal à educação pública, que ao tornar o ensino obrigatório, passa a ser propagado como algo imposto e autoritário. Deveria estudar quem quer (e quem pode). É o que podemos ver na fala de Olavo de Carvalho:

> Você só ensina pro sujeito o que ele quer aprender. Se ele não quer aprender, ele não vai aprender. Então, você tem que pegar as pessoas e dar a elas a oportunidade da educação, não a obrigatoriedade da educação. Então, o que eles chamam de democratização da educação é uma imposição tirânica. Quer dizer, você está amarrando a mão do cara, e dizendo que é um direito dele (BRASIL PARALELO, 2020b[136]).

Ou seja, o ensino universal obrigatório é um exercício de tirania, instrumento com o qual governos centralizadores "impõem" a educação aos seus cidadãos. Os problemas da educação são culpa, portanto, além da doutrinação ideológica esquerdista, deste seu caráter compulsório. Uma educação massificada perde a qualidade, problema que não se soluciona nem com um aumento dos recursos.

Mas enquanto não se resolve esta questão urgente da "desobrigação" da educação estatal, que permitiria às famílias tomar as rédeas diretamente da escolarização de seus filhos, o Brasil Paralelo cumpre seu papel de, além de produzir conteúdo considerado "didático", busca inserir esse conteúdo nas escolas. Algumas práticas já apontam para isso. Vale lembrar que o documentário *1964 – O Brasil Entre Armas e Livros*, por exemplo, foi organizado para ser exibido em várias universidades, e que já no governo Bolsonaro, a produtora fechou um contrato com a TV Escola para

[135] Termo inglês, que significa, literalmente, "educando em casa".
[136] A partir de 05:27.

transmitir outro de seus filmes. Repercutiu também a presença de material da produtora entre as sugestões do caderno de apoio da Secretaria de Educação da Bahia, ironicamente governada pelo PT (OLIVEIRA, 2021). Professores estão começando a trazer os vídeos da empresa para as atividades escolares, como demonstra um vídeo publicado no Facebook (BRASIL PARALELO, 2021b).

Esse cenário de inserção de narrativas revisionistas nas escolas já vem de alguns anos, em parte, principalmente, por conta dos “guias politicamente incorretos”. Mas com o Brasil Paralelo ele ganha outra dinâmica, em vista de o produto agora ser audiovisual, com muito maior apelo perante o público. Em vista disso, torna-se necessário ao professor de História enfrentar o revisionismo em sala de aula. Tal enfrentamento não deve ser feito na forma de um embate puro e simples, que pode desencadear para o mero confronto, onde muitas vezes o professor pode se ver obrigado a usar o recurso de apelar à sua autoridade acadêmica como forma de se fazer valer, o que se torna, além de um dilema intelectual, um dilema ético. Um aluno pode sempre chegar na aula apresentando uma narrativa do Brasil Paralelo, mas confrontá-lo, “debater” com ele, não é a solução mais producente. Como diz Vidal-Nacquet:

> Podemos e devemos discutir **sobre** os “revisionistas”; podemos analisar seus textos como fazemos a anatomia de uma mentira: podemos e devemos analisar seu lugar específico na configuração das ideologias, questionar-nos sobre o porquê e como apareceram, mas não discutir **com** os “revisionistas”. (...) não tenho o que lhes responder e não responderei. Esse é o preço da coerência intelectual (VIDAL-NACQUET, 1988, p.11) – grifos no original.

Deve-se levar em consideração, ainda, que muitos desses jovens são seduzidos pela simplicidade retórica com que o discurso revisionista é propagado. Esses discursos partem muitas vezes de dados concretos, que convencem *a priori*. É preciso colocá-los, então, em perspectiva, apontando seu caráter incompleto e descontextualizado. Pois como afirma Marcos Napolitano (2021), boa parte desses argumentos contém muitas mentiras amparadas em meias verdades.

A partir dessas constatações, portanto, foi pensado um trabalho que, ao tomar o caso do Brasil Paralelo como um eloquente exemplo de narrativa revisionista, visa expor suas fraquezas e incoerências, do ponto de vista da ciência histórica, enquanto ao mesmo tempo, pode ser capaz de munir os jovens estudantes do ensino médio com as ferramentas do fazer historiográfico, para que eles tenham condições de,

como cidadãos e seres sociais, reconhecer os discursos revisionistas, seja do exemplo dado (Brasil Paralelo), seja de outros que já existam ou que venham a aparecer.

4.2 Juntando os cacos: o Projeto Didático “Reconstruindo a História”

Segundo Anderson Moço (2011), um projeto didático

> é um tipo de organização e planejamento do tempo e dos conteúdos que envolve uma situação-problema. Seu objetivo é articular **propósitos didáticos** (o que os alunos devem aprender) e **propósitos sociais** (o trabalho tem um produto final, como um livro ou uma exposição, que vai ser apreciado por alguém). Além de dar um sentido mais amplo às práticas escolares, o projeto evita a fragmentação dos conteúdos e torna a garotada corresponsável pela própria aprendizagem (MOÇO, 2011) – grifos no original.

Em relação à disciplina de História, o mesmo autor destaca a questão da pesquisa histórica como um bom elemento para a aprendizagem, pois possibilita criar situações significativas, “semelhantes às vividas por historiadores” (MOÇO, 2011). Pensamos, portanto, que um projeto didático que envolvesse os elementos da pesquisa histórica seria o produto melhor adequado ao objetivo do trabalho.

O projeto deve cobrir todo o terceiro bimestre (20 horas/aula) de uma turma de 3ª série do Ensino Médio. Os conteúdos programáticos serão a Guerra Fria e a Ditadura Civil-Militar. Ambos serviriam de base para o reconhecimento, análise e busca de soluções em torno do discurso revisionista do Brasil Paralelo, o tema principal do projeto, cujo título seria “Reconstruindo a História”.

Os objetivos do projeto seriam os seguintes:

OBJETIVO GERAL: Examinar o discurso revisionista do Brasil Paralelo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Explicar os fundamentos do método crítico;
- Contextualizar o objeto de estudo (Brasil Paralelo);
- Aplicar o método crítico ao discurso analisado;
- Associar o objeto de estudo ao conteúdo programático da disciplina;
- Auxiliar os alunos a desenvolver uma pesquisa histórica.

O trabalho consistirá numa pesquisa, feita com a supervisão e orientação do professor, que se estenderá por todo o bimestre, culminando na apresentação dos resultados para toda a escola. A pesquisa será feita em torno das produções do Brasil

Paralelo e da historiografia referentes aos temas da Guerra Fria e da Ditadura Civil-Militar.

O cronograma das aulas será organizado da seguinte forma:

Nas aulas 01 e 02 será apresentado o projeto para os alunos, além do objeto, dos objetivos do trabalho, do processo avaliativo e do cronograma detalhado. Nessa aula, o professor deverá sanar todas as dúvidas dos alunos referentes à feitura do trabalho. Além disso, esse primeiro encontro servirá para dividir a turma em seis grupos, cada uma responsável por um subtópico do tema da pesquisa.

Nas aulas 03 e 04 o professor apresentará um resumo geral dos conteúdos programáticos já citados (Guerra Fria e Ditadura Civil-Militar), atendo-se a expor o quadro geral e a discutir as especificidades que tenham mais a ver com os subtópicos.

As aulas 05 e 06 irão servir para apresentar o Brasil Paralelo. O professor deverá expor a história da empresa, seus vínculos políticos, sua inserção na guerra de narrativas e os problemas e contradições do seu fazer historiográfico. Esse momento deverá ser importante para que os alunos conheçam adequadamente o objeto, e saibam inseri-lo dentro dos conteúdos programáticos trabalhados nas aulas anteriores.

As aulas 07 e 08 servirão para que o professor instrua os alunos no passo a passo da metodologia da História. Os alunos deverão entender o manejo das fontes, quais os critérios para sua seleção, como exercer a crítica sobre elas, e como confrontar umas com as outras a fim de interpretá-las de forma producente. Isso servirá para que eles possam, de um lado, realizar a contento a sua pesquisa, e de outro, identificar as limitações metodológicas da narrativa do Brasil Paralelo.

Nas aulas 09 e 10 haverá o primeiro seminário, no qual os grupos apresentarão as fontes selecionadas e explicarão a importância de cada uma delas para a pesquisa. Ou seja, é o momento de avaliar a heurística e a crítica das fontes. O professor irá, a partir do que for apresentado, expor sugestões e apresentar aperfeiçoamentos aos trabalhos.

Após esse momento de escolha e crítica das fontes, passa-se à etapa da interpretação das mesmas, e da escrita do texto do seminário de conclusão. Dessa forma, durante quatro encontros (aulas 11 a 18), o professor irá orientando a feitura do trabalho, analisando cada grupo em particular, observando o que já vem sendo feito, apresentando sugestões e apontando coisas que podem ser modificadas ou

melhoradas. O objetivo é que seja resguardado o caráter acadêmico do trabalho, evitando-se que o texto se transforme num mero artigo de opinião.

Chega-se, enfim, à culminância. Esse momento pode ser feito criando-se um evento próprio, ou aproveitando uma data já existente no calendário escolar, como uma feira científica, artística ou cultural, o que seria a melhor escolha. O importante é que a apresentação dos trabalhos de pesquisa seja feita de forma conjunta para toda a comunidade escolar, e se possível, para o público em geral. Aqui os alunos, após terem organizado da melhor maneira seu texto através dos encontros de orientação, terão a oportunidade de expor, auxiliados pelos recursos disponíveis, os resultados de sua pesquisa.

Durante esse momento de apresentação do trabalho, os alunos terão liberdade para usar, caso haja disponibilidade, qualquer tipo de material: cartazes, *banners*, quadro, retroprojetor, projetor multimídia. Junto ao professor/orientador, cada grupo irá avaliando qual(is) desses recursos são mais viáveis para que o trabalho seja feito a contento.

Embora feitos separadamente por cada grupo, as apresentações devem ser realizadas de modo que os subtemas estejam em consonância uns com os outros. Para isso, torna-se imprescindível a atuação do professor/orientador, ao estar sempre propondo questionamentos, analisando o andar das produções e cobrando a realização das tarefas pelos alunos.

Em se tratando dos subtemas, eles seriam seis: 1) o Golpe Militar de 1964 e a suposta ameaça comunista; 2) a “ditabranda” e o uso da tortura; 3) a popularidade de Jango e dos militares; 4) o apoio dos EUA ao golpe e ao regime; 5) a atuação repressiva nas escolas e universidades; e 6) a tese do “marxismo cultural”. Em cada um desses subtemas, os alunos irão confrontar as teses do Brasil Paralelo com as fontes documentais e bibliográficas. Apesar da imprescindível orientação do professor, isso não significa que os alunos devam se manter na passividade. Eles próprios deverão buscar fontes por conta própria, e discutir com o professor a validade e viabilidade das mesmas para o objetivo do trabalho. A partir daí, e com base nesses estudos, os alunos terão total autonomia para construir seus textos e organizar a metodologia da apresentação para o público.

Além de orientar e sugerir modificações, quando necessário, caberá ao professor avaliar os trabalhos. Isso será feito observando alguns critérios básicos: participação efetiva dos alunos em cada etapa do projeto; leitura e apontamento dos

textos apresentados; autonomia na interpretação das fontes; concisão e coerência dos textos; e apresentação dos resultados em linguagem respeitosa, didática e obediente às normas da língua portuguesa.

Espera-se que, ao término, os alunos tenham condições de compreender e identificar o discurso revisionista. Espera-se também que, a partir da socialização com o público, as pessoas possam ter um mínimo de noção dos erros e limitações dessas narrativas frágeis e panfletárias. Com isso, o conhecimento histórico, construído e reinterpretado no ambiente escolar, é capaz de cumprir seu papel: levar a História para o público, extrapolar seu ensino para além dos ambientes educacionais institucionais. Uma das formas, talvez a mais producente, de se travar o bom combate pela história, contra as manipulações e apropriações ideológicas, reconstruindo a História “quebrada” pelo discurso revisionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu ilustrar, através da análise de algumas produções do Brasil Paralelo, como essa empresa sintetiza, em suas narrativas históricas, o discurso revisionista sobre a Ditadura implantada em 1964, discurso esse não tão novo, mas que remonta, praticamente, já ao início do processo de redemocratização.

Buscamos mostrar o sucesso dessa empreitada, tanto do ponto de vista político quanto do econômico, principalmente pela exploração superlativa das mídias digitais, que possibilitam que o texto, escrito ou falado, possa ser complementado por sons e imagens, feitos para dinamizar a narrativa. Ao aproveitar o público produzido na chamada “onda conservadora”, dá a ele, através dessas narrativas, propagadas com facilidade no meio digital, uma confirmação de suas ideias, engajando-o numa pretensa guerra cultural.

Por emular o *modus operandi* historiográfico (embora o despreze totalmente na realidade), indo aos documentos primários, apresentando testemunhos de homens tidos como professores e historiadores, pinçando textos aqui e ali que “provam” o que estão dizendo, a narrativa se coloca como a VERDADE, e toda a historiografia e conhecimento acumulado sobre o período é logo colocada, de antemão e sem qualquer crítica, como manipuladora e ideológica.

Nesse contexto, professores e historiadores, das escolas e universidades, são colocados, não como profissionais, especialistas, cuja produção é constantemente vista e revista, avaliada e reavaliada, com compromisso e profissionalismo, mas simplesmente como doutrinadores, militantes infiltrados nos meios culturais para propagar, de forma sórdida e subterrânea, as ideias de Gramsci, de Lukács, da Escola de Frankfurt, ou de qualquer outro grupo ou pessoa que possam ser elencados arbitrariamente na mesma parafernália que chamam de “marxismo cultural”.

Além de trazer o velho discurso revisionista sobre a Ditadura para os modernos meios digitais, obviamente com novos ingredientes, o Brasil Paralelo também replica bastante aquela que talvez seja a fonte primordial desse discurso, que é o *Orvil*. Nele já estão presentes muitas das ideias contidas na produção da empresa, como o escalonamento das tentativas de tomada do poder pelos comunistas no Brasil, a ideia de que o golpe de 1964 foi um movimento reativo a uma revolução de esquerda, e aquela que é a espinha dorsal de seus documentários: a esquerda (os comunistas, sempre mostrados de forma pejorativa), derrotada política e militarmente, se

reinventa, e passa a optar pela manipulação das massas através da mídia, da arte, da educação, enfim, dos meios culturais.

Essa narrativa se mostra, portanto, à luz da ciência histórica, falsa, apesar das alusões à ideia de VERDADE. Suas afirmações centrais, sobre a qual esse trabalho se debruçou (golpe comunista em 1964 liderado por Jango, o regime era popular e caiu por decisão própria e a esquerda monopolizou a cultura na redemocratização) se mostraram baseadas em informações isoladas e sem contexto, em fontes contraditórias e em omissões e silenciamentos convenientes, e se valem pela fidelização de um público correligionário, que não vai contestar o que é dito.

Isso é aproveitado para ir mais longe e adentrar esse discurso na escola, visto ser esse o ambiente tido como tomado pela doutrinação. Aqui a questão se torna mais problemática. A história revisionista tem a pretensão de ser história oficial (SOUTELO, 2009). Um conteúdo que tenha sua didaticidade atestada pela autoridade da escola, persuade melhor do que um documentário na internet.

E aqui entra a importância da frase de Arlette Farge, que epigrafa esta dissertação. As falsificações, derrapagens e denegações trazidas pelo revisionismo precisam ser encaradas pela ciência histórica, com seus estatutos e protocolos de veridicidade, coerência e ponderação que a tornam imprescindível e indispensável.

Trazemos, então, a pesquisa, o método, o fazer historiográfico, para a sala de aula. Mais do que ultrapassar a validade e necessidade dos conteúdos, isso complementaria essas temáticas, mostrando que a narrativa do livro de História, mesmo sendo ela mesma histórica, fruto de um lugar (um autor, uma editora), ela é “fabricada” obedecendo a regras procedimentais, e não aleatória ou arbitrariamente. Nem todos os alunos serão historiadores, mas se enturmando com o básico de como é feita a pesquisa, pode se tornar mais reativo ao discurso revisionista.

Lembrando que esse discurso não é deletério apenas para a ciência histórica. O discurso do Brasil Paralelo, ao justificar e negar todo o alcance nocivo de um acontecimento, como foi a Ditadura, termina por, mesmo que indiretamente, endossá-lo nos dias de hoje, ainda mais por também reproduzir uma narrativa centrada nos grandes vultos, que nega a certos grupos o seu real protagonismo na história, como o faz em outros trabalhos que não puderam ser contemplados por esta pesquisa, por exemplo, os vídeos referentes ao período imperial da *Brasil – A Última Cruzada*.

Mas aí é, como se diz popularmente, outra história. Obviamente essa discussão não termina aqui. Como diz Michel de Certeau, o texto tem um fim, mas “a pesquisa

é interminável” (CERTEAU, 2002, p.94). O Brasil Paralelo é uma empresa que se encontra a todo vapor, adentrando ultimamente no mundo popular dos *podcasts* e *streamings*. Além disso, não fala só de Ditadura, mas de várias outras temáticas históricas, inclusive História da Arte. Esta pesquisa se reserva ao papel de mais um “retalho na colcha” do que já foi feito e que ainda pode vir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes

ADUA – Associação dos Docentes da Ufam. Nota da ADUA em solidariedade a integrantes da comunidade universitária agredidos nas redes sociais. Manaus, 25 de março de 2019. Disponível em https://adua.org.br/mobile/frame1.php?pagina=noticia2.php&ID_ARTIGO=4873. Acesso em 01 de julho de 2021.

AVELLAR, Rogério. Houve Ditadura Militar? As contradições de Marco Antônio Villa sendo reveladas por Jair Bolsonaro. 18 de fevereiro de 2018 (04m57s). Disponível em: https://youtu.be/ltSmPWAjYM8. Acesso em 08 de dezembro de 2020.

BETIM, Felipe. Professora de inglês sofre processo disciplinar por falar sobre feminismo em cidade berço do MBL. *El País*, São Paulo, 17 de fevereiro de 2020. Escola Sem Partido. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-17/professora-de-ingles-sofre-processo-disciplinar-por-falar-sobre-feminismo-em-cidade-berco-do-mbl.html. Acesso em 15 de maio de 2021.

BOLSONARO, Eduardo. Tenho estudado para a sabatina e isso inclui estudar a história nacional. Assim, tenho revisto episódios do @brasilparalelo sobre a história do Brasil, como o episódio que trata da nossa independência passando por Leopoldina, Bonifácio e Princesa Isabel. 25 de agosto de 2019. Twitter: @BolsonaroSP. Disponível em: https://twitter.com/bolsonarosp/status/1165809702581735424. Acesso em 16 de março de 2021.

BOLSONARO, Jair. COMISSÃO DA VERDADE. 2014 (12m34s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m_ODr4VJrV8. Acesso em 21 de junho de 2021.

BORGES, Ítalo Nelli. O Paralelismo do Absurdo: '1964 - o 'Brasil entre Armas e Livros' e seus desserviços históricos e sociais. *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 10, p. 152-166. https://www.rev, 2019.

BORGES, Helena; CANÔNICO, Marco Aurélio. Novo ministro da Educação critica 'marxismo cultural' nas universidades e diz que não falta orçamento, mas 'eficiência'. *O Globo*. 08 de abril de 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/novo-ministro-da-educacao-critica-marxismo-cultural-nas-universidades-diz-que-nao-falta-orcamento-mas-eficiencia-23582376. Acesso em 20 de junho de 2021.

BRASIL. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL PARALELO. 1964 – O Brasil entre armas e livros. 2019a (02h07m19s). Disponível em: https://youtu.be/yTenWQHRPIg. Acesso em 25 de novembro de 2020.

_____. A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim. 15 de fevereiro de 2021a. Disponível em

https://conteudo.brasilparalelo.com.br/historia/brasil-paralelo/. Acesso em 16 de março de 2021.

_____. As universidades brasileiras são as piores do mundo? 15 de abril de 2020a (13m39s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JRbdz_A8xkQ. Acesso em 22 de junho de 2021.

_____. Brasil Paralelo fala sobre Democracia em Vertigem. 2019b (45m54s). Disponível em https://youtu.be/M7BBTXNl0oo. Acesso em 30 de março de 2021.

_____. Capítulo 1 - A Cruz e a Espada | Brasil - A Última Cruzada. 20 de setembro de 2017a (51m44s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TkOlAKE7xqY. Acesso em 15 de maio de 2021.

_____. Capítulo 2 - A Vila Rica | Brasil - A Última Cruzada. 18 de outubro de 2017b (01h09m28s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=svViHH8IBVg&list=PL3yv1E7IiXySpilepZSpHnrWGWbmryk9j. Acesso em 15 de maio de 2021.

_____. *Entre Mitos e Verdades*: a história do regime militar. 2018a (PDF).

_____. Estamos chegando nas escolas! 26 de novembro de 2021b. Facebook: Brasil Paralelo @brasilparalelo. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=565876577843724. Acesso em 10 de dezembro de 2021.

_____. Foro de São Paulo e Porquê Bolsonaro. 2018b (03m45s). Disponível em: https://youtu.be/bnsIR5NaS5I Acesso: 16 de março de 2021.

_____. GOVERNO IMPLEMENTA CURRÍCULO OBRIGATÓRIO PARA TODAS AS ESCOLAS! 14 de abril de 2020b (12m03s). Disponível em: https://youtu.be/tLp7e9N9JTk. Acesso em 30 de setembro de 2021.

_____. MAIS DE 150 MIL EBOOKS BAIXADOS! 21 de março de 2019c. Facebook: Brasil Paralelo @brasilparalelo. Disponível em: https://www.facebook.com/brasilparalelo/posts/mais-de-150-mil-ebooks-baixadosbaixe-gratuitamente-o-ebook-entre-mitos-e-verdade/1005319933191011/. Acesso em 02 de dezembro de 2020.

_____. O método que distorce a história do Brasil | Rafael Nogueira. 22 de março de 2019d (00m49s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9AusF45Sjr0. Acesso em 25 de novembro de 2020.

_____. O que DE FATO é o Brasil Paralelo? 02 de outubro de 2018c (03m28s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9RDrKmAvsik. Acesso em 08 de outubro de 2020.

_____. O que é homeschooling e como funciona? 8 benefícios em relação às escolas. s/d. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-homeschooling. Acesso em 3 de setembro de 2021.

_____. PELAS BARBAS DO PROFETA | PÁTRIA EDUCADORA - CAPÍTULO 2 | FILME COMPLETO. 2020c (01h12m01s). Disponível em: https://youtu.be/UPDjFGGN2w0. Acesso em 30 de setembro de 2021.

BUENO, Eduardo. *A Viagem do Descobrimento*: a verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

_____. *Capitães do Brasil*: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

_____. *Náufragos, Traficantes e Degredados*: as primeiras expedições ao Brasil (1530-1531). Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CAFÉ HISTÓRIA TV. Havia realmente a chance de um golpe comunista no Brasil em 1964? 31 de março de 2019 (02m16s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4bK9z3NJr9w. Acesso em 14 de outubro de 2021.

CALDEIRA, Jorge. 'As redes sociais deram voz a uma legião de imbecis' (Umberto Eco). *Hoje em Dia*, 27 de março de 2021. Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/f%C3%A1bio-caldeira-1.450485/as-redes-sociais-deram-voz-a-uma-legi%C3%A3o-de-imbecis-umberto-eco-1.830458. Acesso em 14 de maio de 2021.

CARDOSO, José Luís. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crónica de um fracasso anunciado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, nº 59, p. 167-192, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n59/v30n59a09.pdf. Acesso em 10 de maio de 2021.

CARVALHO, Olavo de. Ambos estão unidos no erro, mas não posso nivelar a Janaína com o Kim Katapiroka. 22 de maio de 2019a. Twitter: @opropriolavo. Disponível em: https://twitter.com/opropriolavo/status/1131294694548410370. Acesso em 06 de maio de 2021.

_____. Comunistas, como bons psicopatas que são, sabem imitar perfeitamente os sentimentos bons das pessoas normais, para conquistar sua confiança e depois, quando estão desprevenidas, inocular nelas o veneno, o ódio revolucionário. No aguardo do momento certo de virar o jogo, podem esperar dez, vinte, trinta anos, gerações inteiras. A "Campanha do Betinho", que começou simulando caridade até transfigurar-se no obsceno "Fome Zero", foi um exemplo clássico. A transformação da inocente Revistinha da Mónica num odiento discurso abortista é outro. 28 de junho de 2016. Facebook: Olavo de Carvalho @carvalho.olavo. Disponível em: https://www.facebook.com/carvalho.olavo/photos/comunistas-como-bons-psicopatas-que-s%C3%A3o-sabem-imitar-perfeitamente-os-sentimento/657883627697048/. Acesso em 06 de maio de 2021.

_____. *O Imbecil Coletivo*: atualidades inculturais brasileiras. Faculdade da Cidade Editora, 1997. (PDF)

_____. O Olavo Tem Razão - 1: Quem Sou Eu. 03 de março de 2019b (27m25s). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5q1FhFgjBhY. Acesso em 06 de maio de 2021.

_____. Que pensar de um sujeito que começa como puxa-saco do Olavo para depois terminar como chupador de pica do Bebê Ãnus? 13 de outubro de 2019c. Twitter: @opropriolavo. Disponível em https://twitter.com/opropriolavo/status/1183272956618825728. Acesso em 06 de maio de 2021.

_____. Quebrada a hegemonia intelectual, a guerra cultural começa com a DESOCUPAÇÃO DE ESPAÇOS. Botar para fora, da maneira mais humilhante possível, os farsantes e usurpadores. Isso exige militância organizada e PRESENÇA FÍSICA. 20 de março de 2018. Facebook: Olavo de Carvalho @carvalho.olavo. Disponível em: https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/993809884104419/. Acesso em 06 de maio de 2021.

CHRISTOFOLETTI, Lilian. Juiz condena Ustra por sequestro e tortura. *Folha de São Paulo*. 10 de outubro de 2008. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm. Acesso em 20 de junho de 2021.

COUTO, Márcia Thereza; BARBIERI, Carolina Luísa Alves; MATOS, Camila Carvalho de Souza Amorim. Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. *Saúde Soc*, v. 30, n. 1, e200450, 2021

FAGA JR, Jonas. Os apelidos dos detratores. In: ASMAR, Marie. *Blog Olavo de Carvalho: Notas das redes sociais reunidas*. 27 de outubro de 2017. Disponível em: https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2017/10/27/os-apelidos-dos-detratores/. Acesso em 06 de maio de 2021.

G1. *Casos de coronavírus e número de mortes no Brasil em 22 de abril*. 22 de abril de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/22/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-22-de-abril.ghtml. Acesso em 31 de março de 2021.

GROSSMANN, Luís Osvaldo. Brasil, 4° País com mais internautas, é 54° em governo digital. *Convergência Digital*, 22 de julho de 2020. Governo. Disponível em: https://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&UserActiveTemplate=mobile%252Csite&infoid=54296&sid=11#:~:text=Nona%20economia%20do%20planeta%2C%20quarto,Pesquisa%20sobre%20Governo%20Eletr%C3%B4nico%202020. Acesso em 13 de maio de 2021.

KRAENSKI, Mauro “Abranches”; PETRILÁK, Vladimír. *1964 – O Elo Perdido*: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista. Campinas: Vide Editorial, 2017 (PDF).

LIBERALIZANDO. Todas as Mitadas do MBL. 2019 (20m30s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sK4wGW6wUXk. Acesso em 14 de maio de 2021.

LIND, William. The Next Conservatism: What Is Cultural Marxism? *Newsmax*. 01 de novembro de 2005. Disponível em: https://www.newsmax.com/pre-2008/the-next-conservatismwhat/2005/11/01/id/681461/. Acesso em 01 de novembro de 2005.

LUIZ O VISITANTE. *Meu Filho Vai Ser Bolsonarista*. 05 de maio de 2018 (03m26s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ROOgsTh71k. Acesso em 06 de maio de 2021.

_____. *Se Essa Rua Fosse Minha*. 06 de setembro de 2016 (04m21s). Publicado pelo canal Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SYZKqGcncYw. Acesso em 06 de maio de 2021.

MARIN, Denise Chrispim. Ernesto Araújo: 'Justiça social e clima são pretextos para a ditadura'. *Veja*. 11 de setembro de 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/ernesto-araujo-justica-social-e-clima-sao-pretextos-para-a-ditadura/. Acesso em 20 de junho de 2021.

MENEZES, Luiz Fernando. Site engana ao dizer que não há restrições a jornalistas na posse de Bolsonaro. *Aos Fatos*, 01 de janeiro de 2019. Disponível em https://www.aosfatos.org/noticias/site-engana-ao-dizer-que-nao-ha-restricoes-jornalistas-na-posse-de-bolsonaro/. Acesso em 02 de abril de 2021.

MÍDIA SEM MÁSCARA. True Outspeak - Olavo de Carvalho. 05 de dezembro de 2012 (10m52s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hRYwIi751_E. Acesso em 20 de junho de 2021.

MILARÉ, Gabriel. 5 fake news na História brasileira. *Blog do QG*, 09 de setembro de 2019. Disponível em: https://blog.enem.com.br/5-fake-news-na-historia-brasileira/. Acesso em 15 de maio de 2021.

MOTA, Daniel. Olavo de Carvalho I Marco Antônio Vil. 2020 (14m26s). Disponível em https://youtu.be/X6cAPcQb6BY. Acesso em 31 de março de 2021.

MOURA, Nando [Compositor e intérprete]. *Pátria Traída*. 11 de setembro de 2019 (05m03s). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=eT66hoLLjcE. Acesso em 06 de maio de 2021.

_____. A VERDADE sobre a DITADURA BRASILEIRA. 27 de novembro de 2017 (09m17s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mrnrgVTk9zA. Acesso em 18 de junho de 2021.

NASCIMENTO, José; MACIEL, Lício. *Orvil – Tentativas de Tomada do Poder*. Salto: Schoba, 2012.

NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil***.** São Paulo: Leya, 2009.

NICOLAZZI, Fernando. A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. *Sul 21*. 23 de março de 2019. Disponível em: https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/. Acesso em 10 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, Geovana. Produtora Brasil Paralelo diz que não faz perseguições e acionou professor por "afirmações mentirosas". *Metro1*. Cultura. 27 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.metro1.com.br/noticias/cultura/111189,produtora-brasil-paralelo-diz-que-nao-faz-perseguicoes-e-acionou-professor-por-afirmacoes-mentirosas. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

ORVIL. *Orvil*: tentativas de tomada do poder. s/l, s/d (PDF).

PACHÁ, Paulo. Deus vult: uma velha expressão na boca da extrema direita. [Entrevista cedida a] Ethel Rudnitzki e Rafael Oliveira. *Pública*, 30 de abril de 2019. Disponível em: https://apublica.org/2019/04/deus-vult-uma-velha-expressao-na-boca-da-extrema-direita/. Acesso em 15 de maio de 2021.

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo – uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). *REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v.10, n.1. jan./abr. 2020

POMAR, Pedro. *In*: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-ventura-filipe-de-araujo-pomar. Acesso em 07 de maio de 2021.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia*. São Paulo: Leya, 2012 (PDF).

QUADROS, Vasconcelo. Atentados de direita fomentaram AI-5. *El País*. Brasil. 02 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538488463_222527.html. Acesso em 30 de setembro de 2021.

QUELER, Jefferson. A roupa nova do presidente: a politização da imagem pública de Jânio Quadros (1947-1961). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.19. n.2. p. 45-69. jul.- dez. 2011.

REAC, Banda [Compositor e intérprete]. *Olavo Tem Razão*. 16 de julho de 2018 (04m02s). Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=p-22_WSZ5To. Acesso em 06 de maio de 2021.

REDA, Paulo. Jango tinha apoio popular ao ser deposto em 64, diz Ibope. *Folha de São Paulo*. Poder. 09 de março de 2003. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46767.shtml. Aceso em 16 de outubro de 2021.

ROSÁRIO, Maria do. “Lava Jato da Educação” é um meio para destruir o ensino público. *Carta Capital*. Opinião. 05 de março de 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/lava-jato-da-educacao-e-um-meio-para-destruir-o-ensino-publico/. Acesso em 30 de setembro de 2021.

SALDAÑA, Paulo. Moraes manda transferir R$ 1,6 bi de acordo da Petrobras da educação para saúde. *Folha de São Paulo*, 22 de março de 2020. Coronavírus. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/moraes-manda-transferir-r-16-bi-de-acordo-da-petrobras-da-educacao-para-saude.shtml. Acesso em 1º de abril de 2021.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Como Vencer Um Debate Sem Precisar Ter Razão*: em 38 estratagemas (dialética erística). Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SECOM. Nos Estados Unidos, a cineasta Petra Costa assumiu o papel de militante anti-Brasil e está difamando a imagem do País no exterior. Mas estamos aqui para mostrar a realidade. Não acredite em ficção, acredite nos fatos. 03 de fevereiro de 2020. Twitter: @secomvc. Disponível em: https://twitter.com/secomvc/status/1224441600798887937. Acesso em 02 de abril de 2021.

SILVA, Cedê. Exclusivo: contrato da TV Escola com Brasil Paralelo é de três anos. *O Antagonista*. 09 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.oantagonista.com/brasil/contrato-da-brasil-paralelo-com-tv-escola-e-de-tres-anos/. Acesso em 15 de março de 2021.

STUDART, Hugo. *Borboletas e Lobisomens*: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia. Brasília: Francisco Alves, 2018a.

_____. Sonata para Carmen. 09 de janeiro de 2018b. Disponível em: https://hugostudart.com.br/2018/01/09/sonata-para-carmen/. Acesso em 28 de novembro de 2021.

SUL 21. Mestranda da UFAM recebe ataques e ameaças após publicação de Eduardo Bolsonaro. Da Redação. 26 de março de 2019. Disponível em: https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2019/03/mestranda-da-ufam-recebe-ataques-e-ameacas-apos-publicacao-de-eduardo-bolsonaro/. Acesso em 11 de novembro de 2020.

THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE. Brazil Marks 50th Anniversary of Military Coup. 02 de abril de 2014. Disponível em: https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

THE NOITE. Entrevista com produtores de "1964: o Brasil entre armas e livros" | The Noite. 05 de abril de 2019 (20m31s). Disponível em: https://youtu.be/-cbyRJnZExk. Acesso em 02 de outubro de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Com redes à beira do colapso financeiro, MEC tem baixa execução orçamentária. 27 de agosto de 2020. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-na-pandemia-mec-tem-baixa-execucao-orcamentaria-ate-junho/. Acesso em 1º de abril de 2021.

TORRES, Sérgio; MAGALHÃES, Mário. Internet revela livro secreto do Exército. *Folha de São Paulo*. 05 de novembro de 2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u10628.shtml. Acesso em 21 de junho de 2021.

VALERIM, Filipe. Brasil Paralelo: em entrevista exclusiva, conheça a origem dos documentários que fazem sucesso na Internet. [Entrevista concedida ao] *Boletim da Liberdade*, julho de 2018. Disponível em https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/. Acesso em 28 de março de 2021.

VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à Brasileira (1964-1985):* a democracia golpeada à direita e à esquerda. São Paulo: LeYa, 2014 (PDF).

_____. *Jango: Um Perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004 (PDF).

VILLAÇA, Pablo. 1964: Brasil - Entre Armas e Livros – Comentários. 05 de abril de 2019a (18m55s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T8GRqNZDogc. Acesso em 27 de julho de 2021.

_____. Assisti ao tal "documentário" que a direita insiste em dizer que não é pró-ditadura, mas uma leitura "imparcial" da História. Estou organizando minhas anotações, mas posso dizer, de cara, que é necessário ser muito ignorante ou mal intencionado pra dizer uma coisa assim. 03 de abril de 2019b. Twitter: @pablovillaca. Disponível em: https://twitter.com/pablovillaca/status/1113521852666740736. Acesso em 16 de março de 2021.

2. Bibliografia

AGEE, Philip. *Dentro da Companhia – Diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARNS, Dom Paulo Evaristo Cardeal. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

BANDEIRA. Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964. São Paulo: Unesp, 2010.

BARDINI, Elvis Dieni. *A Cibercultura da Intolerância Política, ou Como a Linguagem do Ódio Desconstrói a Cidadania*. Tese (doutorado) Doutorado em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017.

BATISTA, Ariel Cherxes. *Uma Imersão no Passado-Presente: O Revisionismo Bolsonarista Sobre a Ditadura (2011-2019)*. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs). *Que História Pública Queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2020.

BERNARD, Sheila Curran. *Documentário*: técnicas para uma produção de alto impacto. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

BEZERRA, Silvia Ramos. *Ciberativismo: A Política em Tempos de Internet*. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992.

CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (orgs.). *Contribuição à Crítica da Historiografia Revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que História Pública Queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2020.

CARVALHO, Roldão Pires. *História, Comunicação e Ideologia: A Propaganda do Ticket Conservador-Liberal*. 2019d. 148 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2019.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *BRASIL. Mito fundador e sociedade autoritária***.** São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando César. Aproximações entre história pública e história oral: o caso do Laboratório de História Oral da Univille. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 96-129. set./dez. 2016.

COIMBRA, Cecília Marques Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a Violência. *Psicologia em Estudo*, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.

CORREIA, João Carlos; JERÔNIMO, Pedro; GRADIM, Anabela, 2019. Fake news: emoção, crença e razão na partilha seletiva em contextos de proximidade. *Brazilian Journalism Research,* vol. 15, n. 3, p. 626-651.

CRUZ, Fátima M. Leite; LEWIS, Liana (orgs.). *2016 – O Ano Que Não Acabou*. 2020 (PDF).

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DIAS, André Bonsanto. Narrativas "historiográfico-midiáticas" na era da pós-verdade: *Brasil Paralelo* e o revisionismo histórico para além das fake news. *Liinc Em Revista*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5631, maio 2021.

_____. Um Brasil (em) Paralelo: as "verdades" da ditadura e sua historicidade mediada como um empreendimento político. 2019. Alcar 2019 - XII Encontro Nacional de História da Mídia (Encontro).

DREIFUSS, René Armand. *1964 – A Conquista do Estado*: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 39-65 – 2019.

FELDMAN, Matthew; GRIFFIN, Roger (orgs.). *Fascism: Fascism and Culture*. Nova York: Routledge, 2003.

FERNANDES, Eurico da Silva. O estudo do revisionismo histórico brasileiro na sala de aula: os casos da "ditabranda" da Folha de S. Paulo e da "ditadura à brasileira" de Marco Antônio Villa. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE*. Curitiba: 2016. Cadernos PDE - Versão Online.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart*: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FIRMINO, Karine Rodrigues. Brasil Paralelo: um empreendimento de disputa política e simbólica da(s) direita(s) recente(s). In SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (orgs.). *Nova Direita, Bolsonarismo e Fascismo*: reflexões sobre o Brasil contemporâneo (Coleção Singularis v. 9). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

FONTANA, Josep. *História*: análise do passado e projeto social. São Paulo: Edusc, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

FRANCO, Marina. La “teoría de los dos demonios”: un símbolo de la posdictadura en la Argentina. *Contra Corriente*, vol. 11, n. 02, winter 2014, pp. 22-52.

FREIRE FILHO, João. Das subculturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. *Contemporânea*, v. 3, n. 1, p. 138-166, 2005.

FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (orgs.). *2016:* o ano do golpe. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GENARI, Élton Rigotto. *Revisionismo, Memória e Ensino de História da Ditadura Civil-Militar – Por Uma Prática Politizante*. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

GHIRALDELLI, Paulo. *A Filosofia Explica Bolsonaro*. São Paulo: Leya, 2019.

GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil Sempre*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

GOMES, Laurentino. *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

_____. *1822*: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GRESPAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

HABERMAS, Jürgen. Tendências apologéticas. *Novos Estudos CEBRAP,* São Paulo, n.25, p. 16-27, 1989.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*: sua história. São Paulo: Edusp, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*: Dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOEPFNER, Guimarães. “Para que filósofos da mídia? A contribuição da filosofia aos estudos da mídia como tarefa da filosofia”. In: Dossiê Eco-Pós. v. 16. n. 1. p. 42-58. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

HUGGINS, Martha. *Polícia e Política*: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecilia; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (orgs.). *Cultura Política, Memória e Historiografia.* FGV Editora, 2009, pp. 79-87.

LANGGUTH, Arthur. *A Face Oculta do Terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Rosana Pinheiro. *Amanhã vai ser maior*. *O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.15, p.27-50, ago. 2014.

MELO, Cristina; GOMES, Isaltina; MORAIS, Wilma. *O documentário jornalístico, gênero essencialmente autoral*; Anais INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação /XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro; 2001

MELO, Demian Bezerra. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian (org.) *A Miséria da Historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. In: *Marx e o Marxismo*, v.1, n.1, jul/dez 2013. Disponível em: http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/11. Acesso: 08 de dezembro de 2018.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: Negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade'. *Revista História Hoje*, v. 08, p. 66-88, 2019.

MOÇO, Anderson. 14 perguntas e respostas sobre projetos didáticos. *Nova Escola*. 01 de abril de 2011. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/424/14-perguntas-e-respostas-sobre-projetos-didaticos. Acesso em 04 de outubro de 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014 (kindle).

_____. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *Novos Combates Pela História*: desafios ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

NOLTE, Ernst. “O passado que não quer passar”. *Novos Estudos CEBRAP,* São Paulo, n. 25, p.10-15, 1989.

OLIVEIRA, Adriana Mattos de. *A Jovem Guarda e a Indústria Cultural: Análise da Relação Entre o Movimento Jovem Guarda, a Indústria Cultural e a Recepção de Seu Público*. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra Cultural e Retórica do Ódio*: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021. (PDF)

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Antimanual do Mau Historiador*: ou como se fazer uma boa história crítica? Londrina: Eduel, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. *Teoria da História*: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A “boa memória”: algumas questões sobre revisionismo na historiografia brasileira contemporânea. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (orgs.). *Contribuição à Crítica da Historiografia Revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SEVERO, Leonardo Wexell. *A CIA Contra a Guatemala*: movimentos sociais, mídia e desinformação. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Daniel Pinha. Ampliação e veto ao debate público na escola: História Pública, Ensino de História e o projeto “Escola Sem Partido”. *Transversos*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Muniz. *As Estratégias Sensíveis*: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUTELO, Luciana de Castro. *A Memória do 25 de Abril nos Anos do Cavaquismo*: *O Desenvolvimento do* Revisionismo Histórico *Através da Imprensa* (1985-1995). Dissertação de mestrado em História Contemporânea. Universidade do Porto, Porto, setembro de 2009.

TAVARES, Flávio. *1964 – O Golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade*: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Ideologia e Cultura Moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRAVERSO, Enzo. *El Pasado, Instrucciones de Uso*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória*: “um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988.

WARNER, Michael. Searching Where The Light Shines? An American View of Methods for the Study of OSINT and the Other Intelligence “Ints”. In: JOHNSON, Loch (edit.). *Essentials of Strategic Intelligence*. Santa Barbara, CA: Praeger, 2015.

WOODWARD, Bob. *Veil – As Guerras Secretas da CIA*. Rio de Janeiro: Best Seller, 1987.